

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS.
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JANAINA ALIANO BLOCH

O direito à moradia.

Um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo

(Versão Corrigida – Exemplar Original
se encontra disponível no Centro de Apoio
à Pesquisa Histórica/CAPH-FFLCH/USP)

SÃO PAULO

2007

JANAINA ALIANO BLOCH

O direito à moradia.

Um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia
Orientador: Prof. Dra. Heloisa Helena de Souza Martins

(Versão Corrigida – Exemplar Original se encontra disponível no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica/CAPH-FFLCH/USP)

SÃO PAULO

2007

Folha de Aprovação

Janaina Aliano Bloch

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

Ao meu grande amigo de infância Rodrigo Moraes, que me apresentou ao movimento de moradia do centro e participou da construção do projeto, meu carinho e gratidão por seu incentivo, pois sem você talvez eu não estivesse aqui hoje com esse tema.

Agradecimentos

Ao apoio incondicional dos meus pais, Gentil e Marilena e a presença marcante de meus irmãos, Juliana e Felipe em meu caminho;

A atenção de minha orientadora Professora Dra. Heloisa Martins por me acompanhar nessa jornada, tornando mais claras as minhas idéias, a minha amizade e meu muito obrigada;

Ao Professor Dr. Lucio Kowarick, que contribuiu de forma singular para este trabalho com seu apoio e orientação em seu grupo de estudos. A Roberta Neuroid, Daniel Laje e Itaque, pelas discussões e textos lidos...aprendemos juntos;

Agradeço aos entrevistados e aos Movimentos de Sem teto do Centro de São Paulo;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta Pesquisa;

A José Roberto que esteve ao meu lado nos primeiros passos dessa caminhada, por muitas vezes, participando comigo do campo...meu eterno respeito, carinho e gratidão;

À Ana Claudia, obrigada pela ajuda na revisão e pela paciência na etapa final e em todos os dias...;

Aos amigos presentes, as minhas velhas companheiras...rs... Renata, sua contribuição me valeu muito, Fernanda, Bianca, Karina e Ana, simplesmente mais que uma prima e as mais novas Érika, Lili e Carol;

Aos amigos que descobri durante o mestrado, André e Sara;

Aos meus amigos de longe, mas não menos importante que estiveram comigo na graduação, o meu obrigado por vocês existirem!;

Andréia e Fábio que sempre leram inúmeras versões de textos... só tenho que dizer obrigada;

Tatiana e Ingrid, amigas adoráveis, incentivadoras de calma, meu pensamento e coração está com vocês;

Davisson e Marcinho, que sempre me deixam sem palavras pelo carinho e atenção;

Alexandre, Claudia, Karen, Márcia, Joyce, Marcelo... guardados a sete chaves;

Marx, a pessoa maravilhosa que me lembra sempre que é possível sonhar;

A Deus pelas pessoas que conheci e pelas experiências que vivi.

Resumo

Neste trabalho, analisamos os principais movimentos de moradia atuantes na região central de São Paulo, e em nosso quadro destacamos o Movimento de Moradia do Centro (MMC) como experiência etnográfica. Temos como base a relação movimento social, sociedade e cultura política. Neste projeto a questão da luta pela moradia na área central é entendida como luta pelo direito à cidade, assim, colocamos como objetivo contribuir para a discussão da participação desses movimentos na esfera pública. Refletimos também sobre os Movimentos enquanto espaço de luta e de construção da identidade e da representação social e política das pessoas envolvidas. Além da observação direta da prática desses sujeitos, realizamos entrevistas com membros da estrutura hierárquica e participantes em geral dos movimentos.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos-sociais, sem-teto, centro de São Paulo, luta política, exclusão social

Abstract

In this work, the main active landless people's movements in the downtown area of São Paulo are analysed, and in our research, we highlight the Home Movement of the downtown area (Movimento de Moradia do Centro), MMC as an ethnographic experience.

Our base is the relationship between the social movement, society and political culture. In this Project, the fight for a place to live in the downtown area is understood as a fight for the right to belong to the city, and therefore, we established an aim to contribute with the discussion about the participation of these movements in the public scene.

We have also reflected upon the Movements as a space for fight and identity construction, and the social and political representation of the people who are involved. Apart from the direct observation of these people's practice, we have also interviewed members of the structural hierarchy and general participants of the movements.

KEY WORDS: social movements, homeless, downtown São Paulo, political fight, social exclusion.

Siglas

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CEF: Caixa Econômica Federal
CMP: Central dos Movimentos Populares.
CUT: Central Única dos Trabalhadores.
FAR: Fundo de Arrendamento Residencial
FAS: Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
FAU: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
FDS: Fundo de Desenvolvimento Social
FINSOCIAL: Fundo de Investimento Social
FLM: Frente de Luta por Moradia.
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Ser
FHC: Fernando Henrique Cardoso
Lab Hab: Laboratório de Assentamentos Humanos e Habitação.
MMC: Movimento de Moradia do Centro.
MSTC: Movimentos dos Sem-Teto do Centro.
MUF: Movimento Unificado de Favelas.
PAR: Programa de Arrendamento Residencial
PROTECH: Programa de Difusão de Tecnologia para construção de habitação de baixo custo
PUC: Pontifícia Universidade Católica.
ULC: União para a Luta de Cortiços.
UMM: União dos Movimentos de Moradia.
UNMP: União Nacional dos Movimentos Populares.

Sumário

1. Introdução: A cidade e os Movimentos Sociais	10
1.1 Conceituando os movimentos sociais	15
1.2 Metodologia da Pesquisa	30
2. Cidade e Espaço na luta política.	32
2.1 A produção do espaço urbano: a localização e deslocamentos.	35
2.2 O que é o Centro de São Paulo?	38
2.3 A Moradia no Centro de São Paulo	41
2.4 Área Central: Espaço de uma disputa	42
2.5 Ação e comunicação na esfera pública	44
2.6 A esfera pública e o julgar	48
2.7 Política-corno-fabricação: Política e Violência	49
2.8 As políticas para o Centro	55
2.9 Breve caracterização da intervenção do Estado Brasileiro na área social	57
2.10 As recentes políticas habitacionais em São Paulo	69
3. Os movimentos de moradia do centro de São Paulo	82
3.1 Histórico e formação	88
3.2 O discurso dos movimentos a respeito de questões polêmicas	115
3.3 Síntese analítica	149
4 O Movimento de Moradia do Centro	155
4.1 Os moradores da Ocupação Presidente Wilson	158
4.2 Pequenas notas etnográficas do Movimento	166
5. Conclusão	176
6. Referências Bibliográficas	181
7. Anexos	190

1. Introdução: A cidade e os Movimentos Sociais

A proposta de realização da pesquisa que deu origem a esta dissertação foi motivada, inicialmente, pelo conhecimento do trabalho feito por amigos, estudantes da FAU/ USP que atuavam junto ao Movimento de Moradia do Centro - MMC, com o objetivo de pensar a problemática habitacional do Centro de São Paulo tomando contato com experiências diversas e promover melhorias físicas nas ocupações. A partir desse trabalho, uma pequena pesquisa foi realizada durante meu período de graduação, entre 1998 e 2002, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH da UNICAMP. Assim, a escolha desse Movimento teve como elementos a facilidade de acesso e o encontro de um ambiente propício à pesquisa, uma vez que encontrei espaço seguro para circular dentro do Movimento.

Pretendo analisar os Movimentos de luta que atuam no centro da cidade de São Paulo, entre eles o MMC, que surgiu por volta de 1984 tendo como principal liderança Luís Gonzaga da Silva, conhecido como Gegê, um ex-militante sindical. O movimento nasce da mobilização de um grupo de moradores de cortiços engajados na luta contra taxas de aluguéis abusivas e cobranças de água e luz muito além das suas possibilidades de pagamento. Quando parte das pessoas envolvidas nessas reivindicações foi despejada, o movimento foi oficializado, “com a união de todos”.

Os principais movimentos de moradia que atuam no centro de São Paulo são – o Fórum de Cortiços, Movimento de Moradia do Centro (MMC), Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) e União para as Lutas de Cortiços (ULC) – e mais duas entidades a União dos Movimentos de Moradia (UMM), ligada à Central dos Movimentos Populares (CMP), e Frente de Luta por Moradia (FLM).

O Movimento de Moradia do Centro passou a cadastrar os seus membros, a realizar assembleias periódicas e instituiu regras disciplinares. Há no MMC um estatuto formulado pelos próprios integrantes. Hoje, quem deseja se cadastrar, primeiramente, toma conhecimento do estatuto e só é aceito caso se comprometa a se enquadrar nas regras do movimento como, por exemplo: não beber, não usar drogas, ter assiduidade nas assembleias, contribuir financeiramente com o movimento e prestar serviços à coletividade.

A atuação do MMC caracteriza-se pela ocupação de edifícios públicos e privados ociosos no centro de São Paulo, tendo como fundamento a luta pela moradia e a organização urbana de trabalhadores empregados e desempregados. A ilegalidade dessas ocupações expõe uma tensão iminente de um conflito que se dá na esfera do direito social, quando o interesse da propriedade difere do interesse da moradia, que é considerada um direito básico.

No contexto urbano dos anos 80 e 90, a tendência de perda populacional no Centro de São Paulo, já existente desde a década de 60, se agravou devido à formação de novos pólos de centralidade e de valorização imobiliária em outras regiões da cidade, como a Paulista e o eixo formado pela Faria Lima, Berrini e Marginal Pinheiros e a conseqüente desvalorização da região central. A ociosidade imobiliária passa a ser uma realidade no Centro, concomitante à forte mobilização mediante um intenso processo de ocupação dos prédios vazios pelos movimentos de moradia (população encortiçada e sem-teto), que lutavam há décadas por moradia digna na região.

Na luta pelo direito à cidade, essas ocupações dão visibilidade ao problema da moradia e evidenciam a contradição de que, nas melhores áreas da cidade existem imóveis, terrenos e unidades habitacionais ocioso sem nenhuma destinação adequada. Para se ter uma noção, no último Censo do IBGE, do ano 2000, havia cerca de 420 mil imóveis residenciais vazios em São Paulo, sendo uma alta parcela distribuída na área do centro expandido. Só nos distritos da AR -

SÉ (Administração Regional Sé), por exemplo, há cerca de quarenta mil domicílios vazios (casas, apartamentos ou até prédios inteiros), o que representa cerca de 10% dos vazios urbanos na cidade, colocando em evidência que o Centro de São Paulo é o exemplo mais notório de tal dinâmica.

Quando pensamos na luta do MMC pelo centro de São Paulo consideramos, que a sua reivindicação não é só uma luta contra a segregação espacial, mas, também uma luta contra a exclusão social e política. **Ao analisar como o MMC elabora suas demandas em seu discurso procuramos, igualmente, entender suas formas de pensar a cidade e o centro no qual eles querem viver. É no como se dá essa luta pela participação política que estamos interessados.** Temos como hipótese, que apesar/ (mesmo com a) da construção de uma nova concepção de sociedade civil por movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de participação social e política, estes apenas proporcionaram oportunidades formais, e não garantiram a realização substantiva dos movimentos sociais, que continuam excluídos do debate político. Desse modo, colocamos a questão em outro contexto: no espaço da política, na esfera pública de debate, entre Movimento - sociedade e Estado (municipalidade no caso).

Os movimentos sociais surgem e lutam no interior de áreas autônomas (Economia, Estado, território, Direito, Família) buscando obter justiça para suas reivindicações, entretanto, as mais importantes formas de atuação e expressão usadas por eles, independem da sua posição nesses espaços, dependem da sua capacidade *de articular suas demandas para a sociedade*.

Para Jeffrey Alexander (1998), uma das preocupações de um movimento social é a de “recolocar suas próprias demandas”, tirá-las de instituições particulares para a sociedade civil. Assim, aponta para necessidade de constante diálogo entre a sociedade civil e os movimentos sociais. Portanto, os movimentos sociais não podem ser considerados como simples respostas, ao

contrário, devem ser entendidos como respostas à possibilidade de construir "problemas" convincentes, e de transmitir essa "realidade" ao conjunto da sociedade. Quando "*os movimentos iniciam uma conversa*" (pg12) com a sociedade e atraem a atenção dos seus membros para sua causa, o problema e o grupo que o aciona entram na esfera pública.

A compreensão de tais questões assinala um elemento-chave que traz em si a potencialidade de uma proposta de reorganização da cidade, na perspectiva do enfrentamento das desigualdades sociais. Renovação, embelezamento, intervenções pontuais, com o argumento social de recuperar áreas deterioradas, culminam em seu oposto, em mecanismos de exclusão social.

No momento em que a equação que se estabelecia entre trabalho, direitos e cidadania foi quebrada, é preciso reconhecer que mudam as formas de lidarmos com a cidade, seus espaços e territórios. Para analisarmos as linhas de forças que estão sendo traçadas, é necessário construir um plano de referência e um espaço conceitual que apanhem os processos em curso, outras relações e campos de força, para que as atuais configurações do mundo social sejam percebidas.

A habitação é uma necessidade básica do ser humano e por isso é condição para a reprodução da força de trabalho, mas é também um bem, sendo no sistema capitalista tratada como mercadoria. A problematização da habitação não é recente. Engels¹, em pleno século XIX já a tinha como um alvo de preocupação, e argumentava que no sistema capitalista a habitação é uma mercadoria entre tantas. Portanto, sua produção visa o lucro por meio da venda da propriedade ou da venda de seu uso, o aluguel. Para Engels, não existe uma crise da habitação em si. A impossibilidade de acesso à moradia por parte de todas as pessoas é dada como consequência do modo de produção capitalista, incapaz de oferecer moradia em número suficiente e qualidade satisfatória para a totalidade da população. Isso provocaria a exploração

¹ ENGELS, Friedrich. *Questão do alojamento*. Lisboa, Dinalivro, s.d. (Textos Políticos, 14).

imobiliária. A solução do problema, na visão de Engels, era a eliminação do capitalismo, responsabilizado pela origem dos males. A questão da habitação é apenas mais um ponto de conflito de interesses de classe, mais uma batalha entre classes no interior da grande guerra entre capital e trabalho inerente ao sistema. Engels pouco se refere à intervenção do Estado, porque compreende que o Estado é burguês e age em nome do capital.

Parsons², mais tarde, complexificaria a problemática habitacional, teorizando que no sistema capitalista as decisões não são determinadas previamente, elas dependem do poder de negociação dos segmentos da sociedade. Contudo, os estudos de Abrams³ no final dos anos 60 sobre a política pública de habitação nos Estados Unidos mostram que são sempre os empresários da construção civil e as municipalidades que mais se beneficiam dos programas habitacionais, ao obterem financiamentos subsidiados para realizarem construções públicas. Falhas do Estado em prover habitação para a população mais carente são alvos de freqüentes críticas nas publicações sobre políticas habitacionais. Por outro lado, um outro estudo norte-americano empreendido por Dreier⁴ em Nova Jersey, na década de 80, sobre o movimento de locatários, revelou que as pressões desse movimento e a prática de boicote ao pagamento de aluguéis e a ordens de despejo, contribuíram para a aprovação de leis de proteção ao inquilinato. Disso se conclui que supor que um único grupo de interesse – o do capital – obtém vantagens em todas as circunstâncias é adotar uma perspectiva reducionista.

Nesse sentido, a intervenção do Estado (ou diríamos a política urbana e habitacional) pode ser de dois tipos: repressiva ou integradora. Repressiva quando o fim último é o controle de áreas e grupos. Integradora quando visa atenuar conflitos entre grupos.

² PARSONS, Don. The development of development: public housing and urban renewal in Los Angeles. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, 6 (3): 393-413, 1982.

³ ABRAMS, Charles. *The city is the frontier*. New York, Harper Colophon Books, 1967.

⁴ DREIER, Peter. The tenants movement in the United States. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, 8(2): 255-79, 1984.

Desse sucinto quadro teórico, abstraímos significativas considerações para nossa pesquisa: a questão habitacional é uma componente da questão do desenvolvimento urbano que só se pode investigar adequadamente conferindo-se o justo peso ao conflito de interesses entre grupos distintos.

Não se trata de um déficit numérico de habitações, o problema é muito menos de capacidade de produção, ou melhor, é no acesso ao consumo que está o fundamento da questão.

A intervenção do Estado precisa ser contextualizada tendo em vista processos históricos específicos, nos quais o Estado é apenas um dos agentes. Estão interagindo com ele donos de terra, construtoras, trabalhadores da construção, organizações financeiras, promotores imobiliários e movimentos sociais.

1.1 Conceituando os movimentos sociais

Este tópico procura traçar um breve olhar, fundado nas diferentes análises de autores diversos que tematizam sobre os movimentos sociais, quanto ao seu aspecto conceitual e principalmente seu papel nas transformações sociais.

Primeiramente, devemos tentar definir o conceito de movimento social, e como esse é trabalhado quanto a sua formação, dinâmica interna e seu projeto de sociabilidade. Assim, tomaremos a definição de Gohn (1995,p.44),

“são ações coletivas de caráter sóciopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.”

Segundo Ilse Scherer-Warren (1996,p49-50) têm emergido “novos” movimentos sociais:

“que almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como campo da política institucional: o governo, dos partidos políticos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.”

Na óptica de Touraine (1977;1989) movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas associadas à luta por interesses, associados à organização social, a mudanças na esfera social e cultural. Evidentemente, essa mobilização é realizada contra um opositor, que resiste. Na compreensão de Gohn (1997.p145), Touraine entende que os:

“movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva. ‘Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apela à modernidade ou a libertação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios’(Touraine, 1978;35). Eles, movimentos, não seriam heróis coletivos, acontecimentos dramáticos, mas simplesmente parte do sistema de forças sociais dessa sociedade, disputando a direção de seu campo cultural. Ao mesmo tempo, Touraine assinalou que os movimentos são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu coração. Suas lutas não são elementos de recusa, marginais à ordem,mas ao contrário, de reposição da ordem. Ele chegou a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, pois tratar-se-ia de um objeto de análise que traz o ator social de volta(...).”

Tentando construir categorias gerais de análise social, Touraine propõe a definição de comportamento coletivo, de lutas e de movimento social. A importância de análise destes conceitos estaria relacionada a complexidades específicas, ou seja, da historicidade. Ele assinala que a historicidade se refere à capacidade dos sujeitos construir suas práticas. Os significados dos comportamentos coletivos estão necessariamente afastados dos atores. Os seus significados são heterogêneos e por isso acabam por se orientar por algum chefe específico ou por imposições econômicas ou políticas.

Ainda segundo o autor, os agentes de mudança não podem mais se definir globalmente em nome de um “sentido da história”. As lutas urbanas contemporâneas mostram as limitações de muitas dessas ações, e servem de contraponto a uma “história geral”. As lutas seriam cada vez

mais importantes, quanto mais elas se aproximam do acesso ao poder de decisão, elas não seriam respostas, mas sim iniciativas.

Para Touraine, os movimentos sociais lutam pelo controle de modelos culturais ou de historicidade. Os movimentos sociais seriam uma ação conflituosa, definido por orientações culturais, historicidade, transformada em organização social.

Diferentemente do caráter otimista – transformador de Touraine, temos o caráter propriamente propositivo dos movimentos sociais nas análises de Castells (1997), para quem, segundo nos indica Gohn (1995), constituem os movimentos sociais *“ações coletivas propositivas as quais resultam, na vitória ou no fracasso, em transformações nos valores e instituições da sociedade”*.(pg42)

Para Tarrow (1994) os movimentos sociais surgem como expansão da atividade política a partir do século XIX, defendendo interesses próprios, a fim de provocar mudanças institucionais, utilizando-se de formas de organização e atuação não-convencionais, ou seja, passeatas, atos de violência, protestos, etc.

Já criticando a centralidade da categoria trabalho na atualidade, o que tem levado muitos marxistas a voltarem-se à obra de Marx e a outros autores marxista, como Lukács, a fim de responder às ponderações e críticas à crise da “sociedade do trabalho”, Offe (1992) irá elaborar as bases para os denominados “novos movimentos sociais”. Para ele (Offe, 1992, p.181) as bases sociais desses novos movimentos seriam:

1. A nova classe média, especialmente aqueles elementos que trabalham em profissões de serviços humanos e/ou no setor público;
2. Elementos da velha classe média, e

3. Uma categoria da população formada por gente a margem do mercado de trabalho ou em uma posição periférica respectivo a ele

É nessa última direção, ou seja, de reafirmar as potencialidades conflitivas dos “novos” movimentos sociais com as relações de produção capitalistas, que de fato não conseguem realizar e satisfazer os anseios por uma vida plena de sentido, que aponta o pensamento de Antunes (1997, p. 86) ao afirmar que

(...) outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens etc.) são, como o mundo contemporâneo tem mostrado em abundância, de grande significado, na busca de uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido.

Note-se que uma visão de movimento social distanciado de uma concepção classista e de um projeto global de sociedade, voltada para a subjetividade, em si, poderia expressar uma preocupação com a condição do indivíduo. Entretanto, essa visão de particularizar e individualizar os movimentos, não leva em consideração que a própria subjetividade e individualidade apresentam-se contextualizadas numa teia de relações sociais, em que a grande maioria dos indivíduos se encontra explorada pela lógica do capital, e que qualquer movimento que não tenha claros objetivos para além da ruptura com a exploração, pode ser absorvido pela institucionalidade e, mesmo, assimilado como mantenedores em última instância de uma ilusória participação social na estrutura do poder.⁵

Sabemos que o fim último da ação humana é alcançar a felicidade, só que esse objetivo, imanente ao ser humano, difere quanto a sua natureza e finalidade. Entretanto é mister a

⁵ Neste sentido, podemos observar as permanentes tentativas de recolocar e condicionar os Movimentos dos Trabalhadores Rurais no Brasil aos designios do projeto de reforma agrária oficial, o que significaria imprimir ao movimento uma feição nitidamente propositiva, ou seja, de suas práticas e seus objetivos se manterem nos estritos limites das relações de produção capitalistas. Enquanto os métodos de financiamento e produção dos acampamentos rurais não se chocam com os interesses dos grandes proprietários e se condicionam às relações de mercado, nenhuma objeção encontra na institucionalidade e até são constantemente incentivados. Na medida em que entram em confronto aberto com direito de propriedade, o que se dá através das ocupações, ultrapassa-se os limites da aceitabilidade oficial, tendo o Estado que utiliza o aparelho de repressão policial para desmobilizar e desarticular os movimentos sociais.

participação do ser humano em processos coletivos para que ele possa vivenciar experiências que promovam a consciência auto-emancipadora e o despertem para a busca da *omnilateralidade*.⁶ Neste sentido, os movimentos sociais agem inicialmente como mediadores no processo de busca de respostas às interrogações suscitadas no cotidiano, projetando-se para uma perspectiva maior do que os problemas do dia-a-dia.

Como afirma Antunes (1997, p. 117),

Decisivo aqui é referir que a consciência é originada no interior da vida cotidiana. É na cotidianidade que as questões são suscitadas e as respostas dos indivíduos e das classes são uma constante busca de indagações que se originam na vida cotidiana, onde as questões lhes são afluídas. As respostas às questões mais complexas são, entretanto, mediatizadas.

Devendo ocorrer um reconhecimento do ser no outro e, particularmente, no gênero humano, entretanto, as classes sociais, segundo Antunes (1997), particularizam e limitam o ser social, e a generalidade cai numa profunda abstração, pois o homem que pertence à determinada classe não se reconhece no outro, que pertence à outra classe. Na perspectiva do capital, os projetos individuais são conformados aos interesses de uma classe social econômica e socialmente dominante, fazendo-se crer que há liberdade para promover as potencialidades humanas.

Na visão de Lukács, citado por Antunes (2001, p. 118), os indivíduos. *elevam-se até o ponto de adquirirem uma voz cada vez mais articulada, até alcançarem a síntese ontológico-social de sua singularidade, convertida em individualidade, como gênero humano, convertido neles, por sua vez, em algo consciente de si.*

Para Antunes, os “novos” movimentos sociais para possibilitarem aos indivíduos a sociabilidade coletiva e plena de sentido necessitam construir e desenvolver ações para além das formas atuais de sociabilidade capitalistas, questionando a ordem do capital, não se perdendo no campo de ações imediatas e particularizadas. Essas ações são importantes na medida em que

⁶ Antunes refere-se ao desenvolvimento de universalidade do ser – generalidade, como consciência auto-emancipadora, do seu ser para si mesmo, que se reconhece no outro e busca a *omnilateralidade*.

estiverem vinculadas a um projeto mais amplo de sociedade, que se constitua como alternativa ao capitalismo.

Se os movimentos se restringem às lutas cotidianas limitadas às reivindicações setoriais, desarticuladas com outras mobilizações configuram-se como ações paliativas e insuficientes para possibilitar mudanças estruturais, fechando-se em si mesmos. Para tanto, ressalta Antunes (1997, p. 81), de forma acertada, *é imprescindível articular estas ações mais imediatas com um projeto global e alternativo de organização societária, fundamentado numa lógica onde a produção de valores de troca não encontre nenhuma possibilidade de se constituir num elemento estruturante.*

Reconhecemos que numerosos autores se propuseram a estudar os movimentos sociais em seu desenvolvimento histórico, na sua composição social, em sua dinâmica interna, em seu metabolismo com o poder, enfim em sua capacidade de não só imprimir novas configurações às relações sociais, mas de se tornarem potencialidades transformadoras e reconstrutivas de uma nova sociabilidade⁷.

Apesar de não haver uma definição única e universal de movimentos sociais (GOHN, 1997) entende-se que representam o conjunto de ações coletivas dirigidas tanto à reivindicação de melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, quanto inspirado pela construção de uma nova sociabilidade humana, o que significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais e políticas da sociedade atual.

Embora as abordagens sejam distintas e heterogêneas, não podemos deixar de tê-las presente no debate. É importante lembrar que GOHN (1997) faz algumas interrogações àqueles

⁷ Estamos a indicar neste ponto que os movimentos sociais podem constituir espaços de conformação de uma nova sociabilidade, no sentido de que são efetivamente potenciais de transformação da sociedade, na busca de uma sociabilidade outra para além da produção capitalista, orientada para a satisfação não só de interesses individuais, mas para a satisfação das necessidades coletivas e para a realização das potencialidade humanas. Segundo ILSE SCHERER-WARREN (1996, p.71), referindo-se aos movimentos sociais no campo, *“sem sociabilidade política não há movimento social nem projeto coletivo em torno do que lutar. A participação direta das bases camponesas em grupos de reflexão e em assembleias deliberativas, conforme tem sido estimulado, sobretudo, pelo trabalho de mediação das pastorais, dos agentes das Igrejas progressistas e dos sindicatos “combativos”, contribui para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade política”*

que estudam a problemática dos movimentos sociais, ao perguntar-se sobre o papel dos movimentos sociais na atualidade e o que ocorre de fato quando uma ação coletiva expressa nos movimentos sociais, se institucionaliza. GOHN (1997) considera essas questões supramencionadas como não resolvidas do ponto de vista teórico, necessitando serem aprofundadas.

Nas discussões sobre os "movimentos sociais" no Brasil tomou-se o hábito de apontar um estado de crise dos movimentos quando comparado às décadas de setenta e oitenta, período no qual, muitos movimentos se formaram, consolidaram-se e ganharam pautas políticas. Essa comparação, dos tempos de luta contra os militares e a favor do "popular", deixa uma questão a respeito do processo que levou tais movimentos a esse "chamado" estado de crise. Este é por vezes, identificado como uma "anomia política", ou fracasso de um projeto político mais amplo, bem como a redução dos movimentos a um "espaço fragmentário de manifestação" que não chega ao nível das discussões políticas. Certamente é primordial o esclarecimento sobre essa questão que não só diz respeito aos movimentos sociais, mas também à conjuntura mais ampla que se estabeleceu após a abertura democrática. Nesse sentido, à obra de Ana Maria Doimo (1995) fornece-nos instrumentos para compreendermos como os "movimentos sociais" no Brasil carregaram uma ambigüidade que consolidou um campo ético-político que foi esfacelado na abertura democrática.

Doimo recorre a um termo – movimentos populares – cunhado em tempos de autoritarismo político na América Latina em vez de “movimentos sociais”, para referir-se a movimentos reivindicatórios nascidos no estado de “mal estar social”. Assim procedendo, distancia-se, por um lado, do debate europeu a respeito dos “novos movimentos sociais”, expressas que tem como referência a crise do *welfare state* e as transformações da sociedade

industrial. Por outro lado, estabelece um contraste entre os dois conceitos e coloca centro da discussão a categoria da ação-direta. Tal distância dos movimentos europeus é fundamental, posto que o Estado, nos países da periferia do capitalismo, configura-se como o ator-estruturante das relações sócio-econômicas, e que os "movimentos populares", como veremos, se fundam tanto na negação das instituições estatais quanto na reivindicação dos benefícios que o Estado pode promover. Nos países da América Latina e no Brasil, especificamente, o Estado criou uma base própria acumulativa e industrializou-se, sem ter nesse processo a consolidação de instituições democráticas estáveis. As representatividades pautadas por interesses inerentes ao conflito de classes não se constituíram, fazendo do Estado, ele mesmo, o gestor de desenvolvimento e produtor de riqueza. O *fundo público*, assim, “torna-se o pressuposto do financiamento tanto da acumulação do capital quanto da reprodução da força de trabalho”(pg 55), deslocando a natureza dos conflitos de classe para o próprio Estado, tendo como resultado, de um lado, a burocracia forte e poderosa, e por outro, uma sociedade marcada pela desarticulação social. O termo "regulamentação truncada", de Francisco de Oliveira (2003), em oposição ao “mercado institucionalmente regulado” do *welfare state*, revela-nos essa poderosa burocracia acompanhada da desarticulação social, gerando uma simultânea ausência de regras estáveis e de direitos de cidadania. Não obstante, por mais que o financiamento público intervenha na reprodução do capital (como nos produtos agrícolas para exportação), não financia a reprodução da força de trabalho. Temos, assim, uma economia complexa e expansiva, acompanhada de uma estrutura social marcada profundamente por desigualdades e carências de primeira ordem⁸:

“o *welfare state* brasileiro desenvolveu-se através de uma extrema centralização política e financeira no nível federal, aliada a formidável fragmentação no plano institucional,

⁸ Podemos ver esse processo nos recentes acontecimentos do Centro de São Paulo e na sua política de revitalização. É a escancarada tática de higienização social, deslocando moradores de ruas, encortiçados e os próprios movimentos de moradia que agem para ocupá-lo, para as periferias, para assim, conseqüentemente, revalorizar os imóveis e permitir grandes investimentos de empresas e bancos internacionais. Vê-se claramente o financiamento público interferindo na reprodução do capital, e não na reprodução da força de trabalho.

caracterizando um quadro de *privatização do fundo público e de exclusão da participação social e política da população nos processos de decisão*” (página 57).

Nesse sentido, Doimo identifica como que os movimentos sociais pós-70 originam-se fora da esfera produtiva e dos canais convencionais de mediação política, ou seja, fora dos espaços convencionais de luta pelo poder político. Nascem, então, em lugares fortemente marcados por carências estruturais da vida urbana (moradia, custo de vida, transporte, desemprego, saúde), no espaço limiar entre o próprio Estado, o mercado e a cultura, oscilando ora pela defesa do estadismo, ora pelos benefícios do mercado.

Essa elaboração, dentro das discussões sobre o tema no Brasil, vê um novo espaço de emergência dos movimentos, afastando-se do grande debate polarizado entre os paradigmas autonomia-institucionalização, das matrizes sobre os "movimentos populares" e os "movimentos sociais" em geral. Para a autora, o conceito de “movimento social” é um conceito em crise, pois, estando polarizado na discussão paradigmática entre a autonomia dos movimentos e sua institucionalização, resulta num imobilismo teórico. Sua maior discordância se dá com as matrizes interpretativas estruturalistas e culturalistas da década de setenta e começo de oitenta, as quais consideravam os “movimentos sociais” — e aqui se incluem também partidos políticos e sindicatos — como “novos sujeitos históricos” fortemente “independentes” e “autônomos” em relação ao Estado, carregando em potencial a transformação da sociedade capitalista:

“Embora diverjam entre si em alguns ângulos, ambas situam-se no universo marxista e trabalham com a hipótese de que esses movimentos sociais teriam o porte de sujeitos capazes de provocar uma ruptura da estrutura capitalista [...]” (página 48).

Doimo chama a atenção sobre o caráter normativo desses trabalhos e da afinidade que possuíam com os próprios atores dos movimentos, acusando-os de um “otimismo teórico”. Nesse sentido, não é à toa que essas duas matrizes interpretativas perderam voz na transição

conservadora rumo à democratização, e o restabelecimento dos canais institucionalizados de participação. E é na consideração das instituições dentro dos movimentos que a terceira e última matriz dá um giro da “autonomia” para as redes institucionais que cruzavam os movimentos. Conhecida como “enfoque institucional” reconhece que os movimentos podiam considerar o Estado amigo ou inimigo, dependendo dos interesses em jogo, defendendo, portanto, que a natureza dos movimentos reside menos no conflito de classes do que na ampliação das funções do Estado, ou seja, menos na ruptura da estrutura capitalista e mais na ampliação dos direitos de cidadania. Está última corrente interpretativa cria uma tensão interna com as matrizes anteriores que desemboca, sem consensos, numa “discussão paradigmática em torno da polarização autonomia-intitucionalização” (pg49), na qual o conceito de “movimento social” cai num imobilismo teórico. Para Doimo, essa discussão paradigmática entre autonomia e institucionalização, e principalmente o caráter normativo das duas primeiras matrizes, impossibilitaram-nas de reconhecer que “a marca comum desses novos impulsos participativos encontra-se, na verdade, na ação-direta”. (pg50)

Nossa autora coloca, então, no centro de sua elaboração teórica a categoria da ação-direta, pois acredita que a ação-direta é a marca comum desses novos impulsos participativos e utilizando-a ela foge do imobilismo teórico anterior. A categoria de ação-direta possui “uma natureza profundamente ambígua” possibilitando um novo ângulo para pensar os “movimentos populares”. Sendo a noção de ação-direta muito ampla, pois é por excelência a ação que não está mediada pelo Estado, Doimo a especifica para os movimentos. Afasta, portanto, de sua elaboração sobre os *conflitos de ação-direta*, manifestações como o crime organizado, as organizações terroristas, os grupos de extermínio policial, ou mesmo as manifestações dos movimentos europeus como o *Green Peace*. Define, assim, especificamente, um tipo de ação-direta reivindicativa, que emerge em “inusitados lugares entre o Estado, o mercado e a cultura,

contando com uma base social de natureza dispersa e volátil”(pg52). E aqui já se encontra a natureza ambígua das ações-diretas, pois ao mesmo tempo em que prescindem do Estado para agir: “*definem-se em referência ao fundo público, reivindicando bens de consumo coletivo, constituem-se por fora dos formatos tradicionais de representação política e realizam-se numa espécie de ‘vácuo regimental’ à base de critérios ad hoc de interlocução*” (pg 52).

A conduta de ação-direta sobre o sistema de decisão política ganha relevância na medida em que os movimentos tomam fôlego e passam a marcar presença na esfera pública, configurando um campo ético-político que funciona para os objetivos por eles determinados. Sendo esses campos "redes sociais que criam energias sócio-políticas e recursos de poder, capazes de influir nos padrões culturais e nas formas de convivência política"(pg 60), eles se firmam como um novo meio de reivindicação e diálogo, constituindo uma nova forma de participação política. Não obstante, estabelecendo-se na negação da lógica *racional-competitiva*, típica dos mecanismos de decisão institucionais, como os partidos, sindicatos, sub-prefeituras, os quais são marcados pela eficiência decisória, pautada por critérios precisos e regras universalistas de procedimentos, os movimentos de ação-direta, por sua vez, regem-se pela lógica *consensual-solidarística*, que é própria para gerar estados de mobilização e recursos de pressão, marcada por regras valorativas e particulares para qualificar a participação. Os movimentos de ação-direta constituem, então, um *campo ético-político* no qual se compartilha nas relações interpessoais atributos culturais, como signos de linguagem, códigos de identificação, crenças religiosas etc. Em outras palavras: partindo da negação da lógica institucional, o campo ético-político dos movimentos de ação-direta funda-se numa sociabilidade comum na qual os critérios da vida privada são utilizados para tratar das "coisas políticas", como uma espécie de "privatização dos recursos de poder". Eis aí a fundamentação da ambígua relação que os "movimentos populares" estabelecem com o Estado, ou com o institucional.

Doimo, a partir disso, defende que os movimentos oscilam entre duas faces. A *expressivo-disruptiva*, pela qual se estabelecem valores morais ou éticos políticos, tendentes a deslegitimar autoridades públicas e a estabelecer fronteiras entre os grupos de interesse, e a face *integrativo-corporativa* pela qual buscam conquistar maiores níveis de integração social pelo acesso a bens de serviços, não sem disputas entre os próprios grupos de interesses e interpelação direta, desses agora, oponentes. Essa ambigüidade caracteriza dentro do campo ético-político uma *sociabilidade cambiante de dupla face*, ora pela defesa do estadismo para conquistas de bens de serviços, definindo-se, assim, em referência ao fundo público, e ora na negação indiscriminada a institucionalidade e na reivindicação das vantagens do mercado, definindo-se em referência ao privado.

Tal sociabilidade mantém, portanto, uma tensão entre as instituições e seus valores. Por um lado, os movimentos, ao regerem-se pela lógica *consensual-solidarística*, tornam-se “vulneráveis ao agenciamento de grupos e instituições fundamentados em valores morais e culturais estranhos ao mundo da política”(pg67), como a Igreja Católica e as organizações não governamentais. Por outro, a ambigüidade inerente ao seu campo ético-político mantém em tensão, ao lado dessas instituições de valores “estranhos ao mundo da política”, movimentos radicais de esquerda, e racionalidades técnico-científicas de intelectuais e profissionais especializados. Estabelecendo, assim, uma *interação seletiva* entre essas determinadas instituições, bem como suas tradições e seu poder de formação de quadros.

Nesse sentido, a Igreja Católica foi à instituição mais presente nos anos de glória dos “movimentos populares”. Possuindo capital e principalmente organizações de base já arraigadas nas “áreas populares”, conseguiu uma grande proeminência na estrutura organizativa dos movimentos e influenciou diretamente a constituição de um “substrato comum de linguagem”, entre a década de setenta e a primeira metade dos anos oitenta. Substrato que lhes ofereceu um

“corpo de representações acerca do popular, capaz de dar sentido ao presente, reelaborar o passado e projetar promessas de futuro”(pg81), colocando ao lado da lógica *consensual-solidarística* um poder *persuasivo-catalizador* extremamente sedutor tanto para a base dos movimentos quanto para a própria reflexão teórica, esta última expressada pela Teologia da Libertação. Códigos como “democracia de base”, “educação popular”, “troca de experiência”, “autonomia”, “independência”, etc, constituíram esse substrato comum, determinando modos de procedência e critérios para os grupos e a relação entre eles, amparados, evidentemente, pelas Comunidades Eclesiais de Base e o poderoso apoio político da CNBB.

A força paradigmática de tal substrato de linguagem, considerada a partir da relação de resistência secular da Igreja para com a racionalidade do Estado Moderno — racionalidade expressada por Doimo na lógica *racional-competitiva* — leva-nos a entender como a ambigüidade do campo ético-político dos “movimentos populares” cria um *ethos* pelo qual a “Igreja popular” torna-se seu aporte preferencial, afinal os signos e imagens dos movimentos carregam valores da Igreja junto com suas próprias pautas políticas. Contudo, sendo a própria Igreja e o “movimento popular” cruzados, internamente, por *redes sociais* mais progressistas, como as organizações não governamentais e os liberais católicos, bem como agrupamentos de esquerdas e intelectuais que, a partir de cursos de formação de agentes de base, multicentraram o movimento, diversificaram-se, por essas *redes de influências*, diretividades políticas contraditórias, aproximando o movimento da esfera institucional. Não obstante, o maciço deslocamento de forças para a criação do Partidos dos Trabalhadores e a luta pela inclusão das emendas populares junto à Constituinte, essa aproximação aconteceu de forma tensa, contudo, sem dar uma institucionalidade própria ao “movimento popular”. Ou seja, mantendo a ambigüidade fundamental da *sociabilidade cambiante de dupla face*.

Todo esse quadro que se mantinha mediante esse ambíguo *campo ético-político*, unindo Igreja com intelectuais, organizações não governamentais, e movimentos de esquerda, transforma-se dramaticamente na segunda metade da década de oitenta, com a abertura democrática. Começa, então, uma forte *erosão do campo popular* com o afastamento da Igreja e da desconstrução do *substrato comum de linguagem* que deixa de ter seu mote no “popular” e passa a dar lugar à “sociedade civil organizada”. Por um lado, a lógica *consensual-solidarística* é posta em cheque pela possibilidade de participação efetiva, isto é, sem a pressão armada dos militares, através dos mecanismos de participação institucionais do Estado, cuja lógica *racional-competitiva* ganha relevância. Assim, o discurso da eficiência e da *ação propositiva* sobrepõe-se ao da “troca de experiência” e da “reivindicação”; em vez de “autonomia” e “independência” pensa-se em “ação conjunta” com instituições governamentais. As organizações não governamentais foram sintomáticas na mudança de discurso e paradigmas, pois estabelecera redes com fundações e organizações internacionais, e começaram a exigir critérios mais rígidos e ações propositivas para selecionar os movimentos, o que corresponde, conseqüentemente, já a outro substrato de linguagem:

“Nos anos 70/80, as palavras chaves eram ‘educação popular’ e ‘direitos humanos’, nos anos 90 passam a girar em torno da ecologia, da democratização, das diferenças inerentes à sociedade civil, da diversidade cultural e, enfim, dos direitos à cidadania” (página 209).

Doimo chama a atenção para a ação dos militantes de esquerda e dos intelectuais que, no momento de transição democrática, passaram a defender que era hora de consolidar instituições para uma forte democracia em vez de contestá-la, desamparando os “movimentos populares” de seu caráter fundamental. Não deixa também de chamar atenção para a derrocada socialista, representada pela queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, como fatores desestruturantes da radicalização dos movimentos. Pode-se dizer também que gerou uma

complacência com o rumo conservador da democracia brasileira. Enfim, podemos dizer sem dúvida, que o “movimento popular” como foi conhecido entra numa crise com a abertura democrática em virtude da erosão do seu *campo ético-político*. Para Doimo, a ambigüidade fundamental dos movimentos de ação-direta não conseguiu mais manter em tensão tantos atores controversos, o que levou a uma crise geral: a Igreja expulsou os idealizadores da Teologia da Libertação e entrou o “movimento carismático” — abandonando a politização e competindo com as Igrejas pentecostais para aumentar seus fiéis —, intelectuais e militantes de esquerda apostaram nas instituições democráticas e no avanço dos Partidos dos Trabalhadores, deixando para o “movimento popular” o papel de fazer, meramente, uma mediação, politicamente apática, entre uma população carente que será beneficiada e os ralos projetos sociais do Estado.⁹

Nessa perspectiva, podemos entender porque Doimo afirma que os conflitos de ação-direta, em especial no “movimento popular” “[...] tendem a gerar atores que caem numa espécie de 'anomia política' em relação ao clássico matizado direita-esquerda”(pg83), afinal de contas, estão fadados a essa sociabilidade de dupla face.

No entanto, podemos nos perguntar em qual sentido se expressa essa “anomia”. Pois, se por um lado, é possível considerar uma ambigüidade entre o institucional e não-institucional no campo ético-político, por outro lado, em um país no qual a maioria dos movimentos reivindicativos incidem sobre carências de sobrevivência imediata, seria difícil exigir deles uma politização polarizada para suas reivindicações de sobrevivência, pois o discurso e a luta política anulam-se diante da demanda e da oferta de condições básicas de vida. De qualquer forma, o campo foi erodido, e como afirma Doimo, se há perdedores nesse trajeto, perderam os que acreditaram na negação indiscriminada da institucionalidade. Ora, pode-se dizer, considerando os

⁹ É notório hoje como muitos movimentos fazem esse papel mediador entre o Estado e a “base”. São exemplos, os repasses de listas de famílias cadastradas para o CDHU, ou mesmo a criação de critérios para seleção e até mesmo a própria seleção de “beneficiários” e militantes da “base” para o recebimento dos benefícios dos projetos.

tempos de ditadura, perderam aqueles que de alguma forma conseguiram polarizar politicamente suas reivindicações.

1.2 Metodologia da Pesquisa

Como dissemos no início deste capítulo, a pesquisa teve como objetivo empírico o MMC. A opção metodológica principal foi pela observação direta ao participar das reuniões do movimento, o que iluminou de forma decisiva as reflexões. Somado a isso, decidimos, inicialmente, coletar histórias de vida. Segundo Maria Isaura P. Queiroz (1988), a história de vida é o registro do relato de um narrador sobre sua existência no tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Aqui, o pesquisador interfere o menos possível na fala do narrador, deixa-o com maior liberdade para selecionar as passagens que julgam significativas. A própria seleção feita pelo narrador é um elemento a ser explorado na análise.

Essa autora estabelece uma distinção entre história de vida e depoimento. Neste, o pesquisador tende a conduzir muito mais a conversa do que quando está interessado na história de vida. Direciona-se a memória do informante especificamente para os acontecimentos que se relacionam diretamente com a temática do trabalho, eliminando-se variáveis secundárias que também concorrem para o fenômeno estudado. Logo, a história de vida permite que um maior número de sutilezas envolvidas no fenômeno social sejam apreendidas; deixa-se ver o que não está explícito ou mesmo o que é “indizível”. Entretanto, como a coleta de histórias de vida demanda muito tempo e até vários encontros com o mesmo informante consideramos que seria mais importante recolher depoimentos pessoais em vez de histórias de vida. Isso nos permitiu dialogar com pessoas de diferentes posições no interior do movimento, buscando obter delas informações sobre suas trajetórias de vida, culminando com a adesão ao movimento.

Colocamos em prática aquilo que Maria Imacolata Maciotti (1988) chama de *tranches de vie*, registrar relatos de passagens da vida, determinadas e específicas, nas quais são focalizados elementos relevantes ao tema de pesquisa. Por isso, procuramos com os informantes as circunstâncias que os levaram a entrar no movimento, quais suas metas, seus projetos de vida, se pretendem continuar no movimento ou mesmo em São Paulo.

As entrevistas seguiram um roteiro prévio (ver anexo 1) preparado durante o primeiro semestre de 2005 e que abordava desde o histórico do movimento até sua relação com entidades religiosas, poder público, partidos políticos e organizações não-governamentais, tendo sempre como pano de fundo as disputas na região central da cidade de São Paulo. Foram realizadas entrevistas com membros dos movimentos: ULC, Fórum de Cortiços, UMM, MMC, MMRC e MSTC.

Essas entrevistas foram realizadas a partir da participação no grupo de estudos coordenado pelo Prof. Lúcio Kowarick, que proporcionou um espaço para debate, troca de idéias e forneceu outros nortes para a organização da pesquisa. Tenho que expressar meu profundo agradecimento, pelo acolhimento que recebi do Prof Lúcio Kowarick ao aceitar minha participação no grupo e permitir o uso do material coletado. Atitudes como essas são raras no meio acadêmico, e daí a sua valorização e o meu reconhecimento.

No trato do material recolhido, procurou-se ultrapassar o caráter individual da fala do informante e buscou-se captar o que é uma expressão coletiva, o que nos revelam da coletividade que integram. Esta é, de fato, uma imperiosa tarefa que requer muito critério e honestidade do pesquisador. O exercício de análise, segundo Queiroz (1988:19), consiste em “decompor o texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, isto é, separar claramente os diversos componentes, recortá-los a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca.”

2. Cidade e Espaço na luta política.

“Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com mesmas virtualidades, a mesma formação, até o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem, as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser ou não cidadão está em larga proporção, dependendo do ponto do território onde se está” (Milton Santos, 1987: 81)

Pensar a cidade no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, levando em conta a problemática da exclusão social é um grande desafio a ser enfrentado.

Esse processo contraditório se define a partir do global seguindo especificidades locais. A economia em escala global atinge a questão do desejo, aspirações valores, necessidades e modos de vida, impondo um padrão global de valores. Ao mesmo tempo em que há um aumento da velocidade de ocorrência dos fatos há paradoxalmente aumento da incerteza, a angústia, a ansiedade, o medo do desemprego, diante do inusitado, enfim a perda de referenciais locais.

Podemos pensar a forma como a cidade passa a ser produzida, apropriada e consumida de maneira fragmentada, assegurada por mecanismos de expropriação e privilégios que garantem essa diferenciação no/do espaço urbano (Santos,1988). Neste sentido, a identidade da cidade traduz-se pela articulação de lugares, integrando e desintegrando o local com conflitos e desequilíbrios.

A diversidade de novas situações criadas difunde-se sócio-espacialmente de maneira desigual, provocando (re)arranjos, produzindo novas localizações, usos e significados, sendo a configuração da cidade expressão dessas dinâmicas, tais como desagregação de antigos padrões

de uso ou funções, a produção seletiva de novos espaços, levando a uma modernização da cidade e também condicionando fatores de diversificação social e espacial.

Vainer (1995), acompanhando o consenso generalizado de que estes novos padrões não apenas representam uma profunda reestruturação territorial, mas também uma atribuição de novos significados às múltiplas escalas territoriais coloca, entre outras, a tarefa de identificar movimentos e conflitos que expressem essas transformações, revendo os diagnósticos do velho regionalismo para dar conta de novos discursos e movimentos que focalizam o território.

Nos últimos anos, as cidades brasileiras vêm sendo os cenários de enfrentamentos e conflitos entre o governo e os “sem tetos”. Manifestações, passeatas, confusão, quebra-quebra, acompanhadas de perto pela polícia, são a face visível dessa tensa relação, que comporta também tentativas de negociação entre as partes envolvidas, a saber: comerciantes, proprietários, “os sem-teto” e o governo municipal e estadual.

A questão habitacional reflete esses conflitos. Morar, como sugere Milton Santos, é componente essencial à cidadania. Onde se mora e como se mora estabelece mais uma clivagem entre as pessoas.

A habitação é uma necessidade básica do ser humano e por isso é condição para a reprodução da força de trabalho, mas é também um bem, sendo no sistema capitalista tratada como mercadoria. A problematização da habitação não é recente. Engels(1892), em pleno século XIX já a tinha como um alvo de preocupação, e argumentava que no sistema capitalista a habitação é uma mercadoria entre tantas. Portanto, sua produção visa o lucro por meio da venda da propriedade ou da venda de seu uso, o aluguel. Para Engels, não existe uma crise da habitação em si. A impossibilidade de acesso à moradia por parte de todas as pessoas é dada como consequência do modo de produção capitalista, incapaz de oferecer moradia em número

suficiente e qualidade satisfatória para a totalidade da população. Isso provocaria a exploração imobiliária.

Entretanto, é de Castells(1983) a contribuição que destacamos. A estratificação urbana não é um reflexo mecânico da estratificação social. Fatores econômicos, políticos e ideológicos interagem provocando certa configuração do espaço. Nesse sentido, a intervenção do Estado (ou diríamos a política urbana e habitacional) pode ser de dois tipos: repressiva ou integradora. Repressiva quando o fim último é o controle de áreas e grupos. Integradora quando visa atenuar conflitos entre grupos.

Para reconhecemos a forma como se dá o controle por áreas e localizações, e assim entendermos por que morar no centro se torna tão importante, precisamos compreender que o que está em jogo é a disputa pela otimização dos gastos de tempo e energia, parafraseando Castells, em torno da disputa pela apropriação diferenciada do espaço urbano enquanto produto do trabalho.

A compreensão de que a segregação e o controle do tempo de deslocamento dos indivíduos são decisivos nessa disputa requer a definição de alguns pontos fundamentais para a abordagem da questão.

Em nossa concepção é fundamental entender como as transformações sócio-econômicas são traduzidas em nossa sociedade no nível intra-urbano. As cidades expressam espacialmente o processo de urbanização e revelam, em sua estrutura, fatores de ordem econômica, política, cultural e ideológica, que se territorializam no espaço urbano e mostram as contradições da sociedade.

Villaça(1998) vê que tais traços passam pela segregação, pelo desnível de poder econômico e político entre as classes e passando pela dominação que se dá pelo espaço,

manifestado na estrutura espacial intra-urbana no fato de a maioria das classes de alta renda ocupar posições centrais¹⁰.

Desta maneira, chamamos a atenção para uma dimensão específica da cidade: a dimensão dos processos que constituem as imagens da cidade e de cidadão/cidadã que orientam as práticas no/do espaço urbano. Pensar a cidade implica, então, pensar como ela significa, quais são os sentidos produzidos nela e sobre ela pelos diversos processos que a configuram e a interpretam. Sanchez(1999) observa que a produção de imagens tem um papel cada vez mais relevante na formulação de novas estratégias econômicas e urbanas orientadas não só para a internacionalização das cidades, mas também voltadas para a obtenção de efeitos internos, particularmente no que se refere à construção de uma ampla adesão social a um determinado modelo de gestão e administração da cidade.

2.1 A produção do espaço urbano: a localização e deslocamentos.

A partir dessas considerações, esclareceremos que a produção do espaço urbano é intrínseca à própria lógica de produção:

Produzir e produzir o espaço são dois atos indissociáveis. Pela produção o homem modifica a natureza primitiva, e a natureza bruta... É pôe essa forma que o espaço é criado como natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, ato de produzir o espaço. (Santos, 1978,163)

Carlos (1994) desenvolve uma reflexão sobre a relação entre o ato de produzir e produzir o espaço, destacando que este processo encera contradições:

¹⁰ A tendência ao distanciamento do centro já é clara em muitas cidades mas, ainda é pequena se comparada com a proximidade ao centro. Em São Paulo, a população concentrada no bairros centrais como Higienópolis, Pacaembu, Sumaré, Jardins, Alto de Pinheiros e Vila Nova Conceição supera em muito a da Granja Vianna e todos os Alphavilles somados. Segundo pesquisa OD do Metrô de São Paulo, de 1987 (transcrita em PMSP/SEMPA, 1992), as zonas Paraíso, Paulista, Alamedas, Pacaembu e Jardins, sozinhas, tinham 1450645 pessoas com renda familiar mensal superior a trinta salários mínimos, enquanto as zonas que enquadram os Alphavilles, Tamboré e Granja Vianna tinham apenas 14873(dez vezes menos)e toda área metropolitana,236315.Ou seja, zonas distantes ao centro correspondem a 6,29% dos ricos da área metropolitana de São Paulo.

Há uma relação necessária entre sociedade e espaço. A produção da vida, no cotidiano do indivíduo, não só a produção de bens para satisfação de suas necessidades materiais , é também a produção da humanidade, através da produção de relações (sociais, econômicas, políticas ideológicas e jurídicas, etc) Por outro lado, a articulação dessas relações tende a individualizar – se espacialmente , dando singularidade às parcelas do espaço , articuladas numa totalidade espacial.

Temos o espaço dessa forma tanto como condição (tanto da vida humana como da reprodução do capital) quanto como produto, constituindo-se em trabalho materializado com especificidades em função do processo histórico, do desenvolvimento das sociedades e das forças produtivas . É desse modo uma criação social e histórica, estruturado a partir da divisão do trabalho, o que torna o processo de produção e consumo do espaço desigual (Carlos, apud Hora:1998)

Nos termos de Harvey (1993), “o espaço é um atributo material de todos os valores de uso (...), o trabalho útil concreto produz valores de uso em determinados lugares”. Os valores de uso são também consumidos em determinados lugares. Temos então dois espaços: o dos objetos em si, que não envolvem deslocamentos, sendo o espaço dado por relações visuais e contanto direto e aquele determinado pelos locais onde estes são produzidos e consumidos no quais as relações se dão pelo transporte, tanto de produtos como de pessoas.

Aparece assim a questão da localização: os locais onde os produtos são produzidos e consumidos. Localização é a relação a outros objetos ou conjuntos de objetos e a “*localização urbana é um tipo específico de localização: aquela na qual relações não podem existir sem um tipo particular de contato: aquela que envolve deslocamentos dos produtores e dos consumidores entre o locais de moradia e os de produção e consumo*”. (Villaça,1998)

Continuando com Villaça, os produtos resultantes da produção do espaço intraurbano não são os objetos urbanos em si: as praças, as ruas, edifícios, casas, são na verdade suas localizações. A produção dos objetos urbanos só pode ser entendida e explicada se forem consideradas suas localizações. A localização, neste modo, é produto do trabalho, sendo ela que especifica o espaço

intra –urbano como um todo, pois refere-se às relações entre um determinado ponto do território e os demais. Como produto a localização apresenta grande valor de uso. Esse valor se caracteriza pelas possibilidades que as diferentes classes sociais apresentam em comandar os deslocamentos intra-urbanos.

O que o autor demonstra são que as possibilidades de controle, do tempo de deslocamento e o controle das localizações fazem com que as classes sociais entrem em disputa. Como afirma Harvey (1993,212) “o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes”. Assim temos a segregação sócio-espacial que se coloca como uma forma de dominação necessária para que haja apropriação diferenciada das vantagens do espaço.

Como parte de um movimento que é fruto da interação de forças, o centro foi-se formando na direção dos deslocamentos das classes burguesas, transformando o sistema de localizações que define o que é “bom ponto” e o que é “fora de mão”¹¹.

As condições de deslocamento do ser humano, associadas a um ponto do território urbano, predominarão sobre a disponibilidade de infra-estrutura desse mesmo ponto. Para Villaça, a acessibilidade é mais vital na produção de localizações do que a disponibilidade de infra –estrutura.

Aqui temos mais um ponto para se pensar no poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro, pois atraem a maior quantidade de deslocamentos seja de força de trabalho ou como consumidores.

Da mesma forma que não basta constatar a configuração espacial residencial, é necessário explicá-la e articulá-la com demais elementos não só da estrutura urbana. Entender os fatores que

¹¹ Referimos aqui ao conceito de *sítio social* desenvolvido por SANTOS: “a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades e pessoas por dada localização. Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais”.(pg96)In: *A urbanização brasileira*.Hucitec : São Paulo,1993.

interagem configurando uma determinada localidade e o por que de sua escolha e suas alterações torna-se fundamental

Assim, vimos como que a cidade torna-se cada vez mais mercadoria, seja na forma do centro que se enobrece, seja na forma da paisagem que se mercantiliza. E concluímos essa parte nas palavras: "As paisagens urbanas na aurora do século XXI sugerem, paradoxalmente, que a democratização da sociedade é coordenada com uma transformação mais intensa do espaço urbano em mercadoria" (Sharon Zukin, 1991 p. 115).

2.2 O que é o Centro¹² de São Paulo?

Como vimos em Villaça (1998), o percurso da primazia urbana seguiu para o vetor sudoeste da cidade, foi do Centro para a Paulista nos anos 1960-70 e para Faria Lima e Berrini/Marginal em tempos mais recentes. (FRUGOLI, 2000), levando a saída dos camadas de renda média e alta fundamentalmente para esse lado da cidade.

No entanto, devemos chamar atenção que esse processo não significou um retrocesso em termos de emprego no centro, mas uma reorganização das atividades. Citamos: "*Não pode ser confundido com "esvaziamento econômico", pois não houve perda da densidade econômica*" (Bessa, Vagner, pg 226: 2004)

Simultaneamente a esse processo Comin (2004) nos coloca o aumento da dificuldade de acesso às zonas centrais: com as restrições de trânsito, falta de estacionamento, pedestrianização de ruas, aumento da poluição atmosférica, visual e sonora, além da deterioração de vastas áreas, diminuição da população local, desocupação total ou parcial de edifícios residenciais e comerciais. Esses processos, segundo Nakano, Malta Campos, Rolnik (2004) tiveram efeito

¹² Do ponto de vista geográfico, área central de São Paulo é definida pela circunscrição da sub prefeitura da Sé, que compreende os distritos Sé, República, Liberdade, Bela Vista, Consolação, Santa Cecília, Cambuci e Bom Retiro. Por razões históricas e contigüidade algumas vezes são considerados os distritos do Brás e Pari, que formalmente pertencem a subprefeitura da Mooca. Fonte: Comin, A. Diagnósticos, Oportunidades e diretrizes de ação: Os Caminhos para o Centro, 2004

direto na substituição de habitantes e frequentadores de renda mais elevada pelos de renda mais baixa. Temos uma mudança de perfil econômico com a maior presença das camadas pobres com atividades formais e informais, assim vejamos:

...“O inquestionável deslocamento da centralidade dominante..., para o setor sudoeste da cidade não determinou o esvaziamento do centro histórico, mas sim uma mudança no perfil de seus usos e usuários, configurando novos focos de dinamismo e novas vocações para a área (...). Todavia, a popularização do centro e seu atual elenco de atividades, formais e informais, são também manifestações de uma nova vitalidade econômica, que mantém em muitas instâncias o papel. central da região no âmbito do universo terciário da Cidade” (NAKANO, MALTA CAMPOS, ROLNIK, 2004:154 e 156).

Um outro ponto de grande importância se deve ao fato de que o centro histórico é ponto de convergência de quase toda malha dos transportes públicos. Cerca de 2 milhões de passageiros que diariamente são canalizados para os distritos da Sé e República através de linhas de ônibus, estações de metrô e trens urbanos. A Estação da Luz é o principal entroncamento metro-ferroviário do Município, por onde transitam 400 mil pessoas por dia. Assim o Centro é considerado por urbanistas “um nó de passagem”.

Na área correspondente à Sé a República houve investimento do poder público de 25 bilhões de dólares para instalação de redes de água, luz e esgoto em todos os 2.744.000 m² para fins residenciais e 6.857.000 m² de área construída para (outros) fins...” (PICCINI, 1999, 66). “Nos distritos do Centro estão também concentrados boa parte dos 600.000 habitantes em cortiços, 10000 ambulantes, 2000 catadores de lixo, cerca de 5000 moradores de rua, 800 guardas civis e 4250 policiais militares alocados nas zonas centrais. Há hotelaria e restaurantes de padrão popular, o comércio atacadista nas cercanias do Mercado Municipal, a indústria de confecções, no Bom Retiro, com 2000 unidades produtivas, 50 mil empregos diretos que recebe 70 mil compradores por dia, antes com forte presença de judeus mais recentemente de coreanos, as zonas bolivianas do Pari, os japoneses na Liberdade, o comércio de máquinas e ferramentas na Florêncio de Abreu, eletro-eletrônicos na Santa Efigênia, tecidos na 25 de Março e adjacências,

onde existem cerca de 300 lojas que atraem 400 mil pessoas por dia e que dobra nos dias festivos, gerando 40 mil empregos e atraindo compradores de todo o País e do Exterior” (FOLHA DE SÃO PAULO,2003: C4).

O Centro é um locus cultural também, no qual encontramos ainda bibliotecas, museus e cinemas e um grande parte dos teatros.

As atividades financeiras, como sistema financeiro da rua XV de Novembro e a Bolsa de Valores e de Mercadorias e jurídicas ao redor do Fórum da Sé permanecem no Centro, nas áreas da Sé, Bela Vista e República.

Assinale-se os esforços do poder público municipal e estadual em valorizar as áreas centrais: na década de 90, a administração petista de 1989-92 remodelou o Vale do Anhangabaú e levou para o Centro a sede da Prefeitura, ação que teve forte impacto simbólico e posteriormente, na administração de Martha Suplicy, transferiu novamente a sede para o prédio conhecido como “Banespinha”.

Milhões de pessoas se deslocam para o Centro diariamente, como consumidores, produtores. É um local valorizado não só sob o aspecto econômico mas sobretudo cultural, *“construídos de lembrança, identidades locais, nas memórias díspares de quando o Centro era o local dos acontecimentos”*.(Kowarick, 2005, sem pag)

Ele possui mais do que valor de troca que segue a lógica do lucro, de cunho eminentemente especulativo, ele também tem valor de uso, local de trabalho e de moradia, *“espaço de luta pela apropriação de benefícios urbanos, fulcro reivindicativo para o acesso a bens e serviços sobretudo, habitação digna — necessários à vida nas cidades”*. (idem)

2.3 A Moradia no Centro de São Paulo

O centro é um lugar de altos e baixos, ao mesmo tempo que é chamariz de moradia e emprego para as classes mais baixas, é uma espécie de "repelente" para os mais favorecidos, visto a evasão para outras áreas da cidade e o aumento de salas comerciais vazias.

Em 1993 constatou-se que 6% da população, cerca de 600 mil pessoas, viviam em cortiços, por considerarem que vivendo nesses locais, estariam assim "perto de tudo", porém existem muitos problemas como a falta de espaço e higiene nesse tipo de moradia. (CEDEC, 2000:23) Especialistas na área da saúde pública afirmam que o cortiço é o pior tipo de lugar para se viver, uma vez que em sua maioria não possuem janelas externas e estão localizados em porões úmidos.

Para quem investe, é um negócio bastante lucrativo, em dados de 1993 o montante arrecadado dos aluguéis em cortiços atingia aproximadamente 5,5 milhões de dólares mensais (PICCINI, 1997:83)

Quem escolhe viver no centro, claro, o faz pelas vantagens. Entre elas, uma das mais importantes é a distância, ou melhor, a proximidade do que se precisa. São ofertas de emprego no mercado formal ou informal, a possibilidade de vender produtos diretamente nas ruas e esquinas movimentadas da cidade.

Comin (2004) também nos relata a associação que há da região central com o crime, as drogas, a prostituição, mendicância e sujeira. E mesmo com seus problemas, o centro continua sendo a melhor opção de vida de muitas pessoas, pois, encontram diversão no centro, em bares e restaurantes e ainda tem creches, postos de saúde, escolas, faculdades, hospitais, ao contrário da vida nas periferias que há distâncias de tudo, os moradores são obrigados a passar horas dentro de

ônibus para conseguir chegar até seus empregos, há falta de diversão e a bandidagem que está sempre por perto.

2.4 Área Central: Espaço de uma disputa

A área Central se tornou campo de uma disputa. De um lado encontramos a Associação Viva o Centro, entidade civil criada em 1991, pelo então, Banco de Boston (hoje incorporado ao grupo Itaú). Essa Associação conta com o apoio de várias “financiadoras”, como a Bolsa de Valores e de Mercadoria, grandes escritórios de advocacia e lojas comerciais e ainda, possui apoio de planejadores e urbanistas, passando a ser referência na pauta de discussão sobre a região central.

Barreto (2001) a considera como uma “usina de idéias”, que incentiva eventos para diagnosticar e propor soluções sobre temas: tráfego, acessibilidade, segurança de pedestres, camelôs, população de rua.

A Entidade foi responsável pela criação do Pró Centro em 1993, órgão da Prefeitura criado para enfrentar os problemas da Região, pelo o programa estadual, Centro Seguro, e pelo Programa Ação Local, que dividiu a área central em 50 microregiões na qual participam, de modo particular, entidades do comércio local, que devem “zelar por sua rua ou praça”, com a manutenção das áreas comuns, com pintura e limpeza. em 1998. Na área cultural, a Associação colabora com o Governo do Estado na implantação do complexo cultural da Estação Júlio Prestes ¹³.

A Associação possui uma publicação própria, a revista URBS, na qual transmite claramente sua linha de pensamento de saneamento dos espaços urbanos e dos grupos dos sociais pobres que os ocupam.

Já do outro lado, encontramos os movimentos de moradia do Centro, dos quais se

¹³ Essas informações podem ser encontradas no sítio: www.vivaocentro.org.br Barreto, Jule. Uma ong para o centro, 2001. Acessado em 20/06/2007

destacam União das Lutas de Cortiço, União de Movimentos de Moradia, Movimento dos Sem Teto do Centro, Unificação das Lutas dos Cortiços, Forum dos Cortiços, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central, Movimento de Moradia do Centro, que contam com o apoio de assessorias técnicas — entre as quais Ambiente, Fábrica Urbana, Integra Cooperativa, Assessoria em Habitação dos Movimentos Populares - e que reúnem lideranças com larga experiência na condução de lutas urbanas, com diversas orientações políticas.

Os movimentos sociais do Centro elaboram sua questão a partir da existência de inúmeros imóveis ociosos e a presença de milhares de pessoas que moram em cortiços. Os movimentos, assim, conduzem suas falas e atuações com base na concepção de reforma urbana que legitima ocupação de espaços em função de direitos de cidadania.

Realizam ações isoladas ou em conjuntos e utilizam a mídia, quando efetuam uma “invasão” ou quando são retirados dos edifícios. Essas ações tem como objetivo chamar atenção para sua causa, ou seja, transmitir a esfera pública a suas questões. Dessa forma, buscam canalizar as políticas públicas para as camadas pobres e, sobretudo, querem a participação nos processos de decisão governamental sobre os tipos e destinos dos investimentos a serem realizados necessários à *uma política urbana de inclusão aos benefícios da Cidade*.

Os movimentos de moradia elaboraram a Proposta Morar Perto Centro:

“(...) Esta proposta foi uma construção coletiva com os movimentos, as assessorias técnicas, com entidades que atuam na área central. Ele não pensa política habitacional pontualmente ou isoladamente, mas sim conjuntamente à política urbana. Essa proposta pressupõe que não haja mais exclusão ... que atenda família de baixa renda, família que vive na rua, que não tem renda fixa, que não tem trabalho formal essa população que nunca abandonou o centro, que trabalha e o mantém funcionando, quer participar desse processo, necessita possuir o direito de morar no centro com dignidade” (CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2001: 13, apud Kowarick 2005)

Organizaram em conjunto o Fórum Centro Vivo, em franca oposição a Associação Viva o Centro, como um espaço de reflexão e proposição alternativo. Nele, reúnem-se Universidade, Movimentos, Ongs, entidades de apoio jurídico e técnico.

Temos então, dois lados de uma disputa, uma que considera a ordem, disciplina e controle, e de outro, a valorização da função social da propriedade com a ocupação de edifícios que se encontram vazios.

Consideramos assim, nas palavras de Kowarick (2005), que a maneira de ocupar os espaços da “ *Cidade é essencialmente política em dois sentidos: na acepção de que deve ser objeto primordial da políticas públicas (policies) e sobretudo, que constitui arenas estruturadas em interesses diversos ou antagônicos que procuram mobilizar forças para levar adiante suas reivindicações (politics)*”.

2.5 Ação e comunicação na esfera pública

Jürgen Habermas em *A Transformação Estrutural da Esfera Pública* nos dá o panorama da formação da esfera pública burguesa, sua ascendência e transformação.

Habermas (1984) identifica o surgimento da era moderna com a vigência de um espaço livre para o exercício da crítica e da discussão. Assim, ele argumenta que esse pode ser o meio para a legitimação do político com uma esfera pública aterrada em um compromisso comum na racionalidade e a fé na publicidade. Onde a economia liberal sob o capitalismo do livre-mercado esconde a invariável da desigualdade estrutural fundamental entre as classes, a esfera pública, como concebida por Habermas, sujeitaria esta ao um re-exame. Além disso, ele aceita o cultural e lingüístico ao esforçar-se para repensar as potencialidades imanentes na razão e a verdade na qual as práticas dominantes poderiam ser criticadas.

Assim, Habermas tentou histórica e sociologicamente elucidar a possibilidade para a liberdade humana com base na comunicação. *Dos salons, cafés* e o mundo das letras emergiu uma esfera pública entre uma elite que, em um primeiro momento, conversavam sobre literatura e arte e, em um segundo momento, passaram a discutir matérias do econômico e político.

Três "critérios" foram escolhidos como características da esfera pública habermasiana: primeiro, na ideia de uso público da razão estabelecendo um princípio de igualdade entre os indivíduos: "*A igualdade que funda a autoridade do melhor argumento pode se contrapor à autoridade da hierarquia social e no final, prevalecer, significando no pensamento daquele momento a igualdade da comunalidade humana*" (pg 36). Segundo, na ampliação do "domínio público" que implica na possibilidade de se discutir, a partir de argumentos racionais, questões antes debatidas por monopólios de interpretação. E terceiro, o princípio de inclusão que atua associado ao de ampliação, de duas formas: as ampliações dos temas de debate e dos participantes do processo de discussão.

Dessa forma, teríamos uma visão abrangente do significado de democracia em Habermas. Avtrizer (1999), fazendo um balanço da obra de Habermas, coloca que ao associar a democracia à ideia de livre debate, à ampliação das áreas passíveis de politização e livre acesso a grupos e questões, Habermas oferece um marco alternativo à oposição massas / elites.

Avtrizer(1999) ainda expõe que tal análise mostra que a democracia está vinculada a um processo societário de discussão e de organização de fluxos de poder entre Estado, mercado e sociedade. A democracia, na concepção de habermasiana está conectada à institucionalização de procedimentos e de condições de comunicação capazes de apontar a sociedade como o local da origem do poder e da criação da legitimidade.

No entanto, o próprio Habermas afirma que aquele era um estado ideal, no qual a comunicação prosperou. Mas com a emergência da sociedade de massa, - em outras palavras,

com a chegada das classes trabalhadoras na cena política liberal – ocorre a transformação "estrutural" da chamada esfera pública burguesa e com ela, nosso autor coloca que houve a “opressão do que poderia ter emergido como a democracia deliberativa genuína”.(p.177) Quando houve a penetração de mais *esferas* da sociedade, ela perdeu simultaneamente sua função política (...)*O princípio* da esfera pública, isto é, a publicidade crítica, parecia perder sua força na medida que expandiu como *uma esfera* " (Habermas p.140)

As tendências gerais identificadas por Habermas no liberalismo e organização de capitalismo - a burocratização da maquinaria do Estado de Bem-Estar Social, a transformação de democracia dentro de uma "plataforma de publicidade", movidos por uma "cultura de debate" para uma “cultura de consumo público”, via mídia de massa - combinadas produziram uma *esfera pública forjada*.

No século XVIII, o modelo burguês de espaço público contava com uma configuração distinta de interesses econômicos e sociais liberais que não puderam, segundo Habermas, viavelmente (ou desejavelmente) transpor para nossa sociedade moderna, o formulário dado como *ideal* naquele tempo e formar o modelo *deliberativo* de espaço público. Em contraste com liberalismo, no qual, há uma competição para o uso do espaço público, como uma negociação de mercado.

Diferentemente da idealização burguesa de Habermas, a preocupação de Hannah Arendt deriva das mudanças na modernidade em relação ao modelo clássico utilizado na *polis*. A demarcação do espaço público e privado no mundo grego se fazia pelas atividades que lá se realizavam. Enquanto o produto realizado na vida privada era um artefato ou bem de consumo, a atividade da vida pública produz o humano. Essa humanidade produzida na *Ágora* era a plenitude de si-mesmo, condição que os homens tinham de cumprir para atingir a imortalidade e se diferenciarem.

A vida pública era o espaço onde o homem podia atingir a imortalidade por meio de seus feitos construídos pela ação — seus gestos e palavras, pois esses feitos seriam testemunhados por muitos e se transformariam em história. A ação busca exhibir, para (e entre) o público, a plenitude da existência humana, demandando o testemunho e a presença dos outros. No público, todos os homens são iguais sem a necessidade de comando e de violência, o que lhes possibilita o exercício de sua liberdade e espontaneidade, ou seja, de sua cidadania.

A modernidade, para Arendt, passou a invadir a política com matérias de administração, técnica e burocracia, o colapso da distinção entre privado e público e a perda de liberdade pública, em resumo, *a destruição do espaço público*. A inabilidade dos cidadãos ao institucionalizarem estruturas de pequena-escala populares de participação direta, a grande identificação da liberdade com a capacidade para acumular riqueza pessoal, e a vitória do arquétipo de liberdade liberal de política sinalizam dessa forma a deformação do espaço político.

Nos Estados Unidos, dos anos 50, Arendt observou no modelo de sociedade de massa, que o espírito republicano encontrado na revolução não poderia se sustentar. A esfera privada da vida sofria sempre a interferência do Estado, assim Arendt discute que vida pública poderia se tornar mera administração técnica da economia.

Podemos pensar assim que a formação do espaço público na modernidade acaba por acentuar a força de uma classe e um gênero e uma civilização acima de outros discursos públicos globais, e isto pode ser, em termos arendtianos como um certo tipo de racionalização de violência.

2.6 A esfera pública e o julgar

Hannah Arendt exerceu uma profunda influência em Habermas na compreensão da emancipação através de interação humana. A questão do julgar também teve presença no pensamento habermasiano.

A leitura que Arendt (1993) faz de Kant sobre julgamento supõe um modelo de decisões inter-subjetivo validado na esfera pública. Segundo Arendt, para julgar politicamente partirmos de um princípio kantiano de "mentalidade alargada". Esta mentalidade necessária implica a existência de uma comunidade, de um público, que divulga, em palavras do Arendt, "*que pode ser visto e ouvido*" (Arendt, 1993, p.59), ou que, escuta e pode ser escutado. Julgar é intrinsecamente político e isto deve fazer referência para um mundo comum, uma esfera pública, compartilhada por outros, julgando os assuntos.

Assim sendo, o julgar então parece ser essencial para o debate político na formação de opinião. O julgar no espaço público envolve a idéia de construção do senso comum. É uma forma de compartilhamento do mundo que se revela na opinião em público. A preocupação de nossa autora se encontra na ausência desse sentido de compartilhamento do mundo, a perda da capacidade política de julgar.

O foco exclusivo de Habermas na razão pública é o seu desejo de "re-racionalizar" a esfera pública, concebendo a vida pública em termos de formulações de decisões. Há um caráter instrumental na esfera pública habermasiana, no qual o senso comum deve gerar um consenso. A esfera pública, nas palavras dele, "envolve a troca de argumentos orientados para produzir consenso".

Embora modelo narrativo de ação de Habermas esteja de acordo com aspectos do trabalho de Arendt sobre o julgamento político, o pensamento arenthiano nos faz pensar que uma extensa deliberação pública não necessariamente garante um espaço público saudável.

2.7 Política-como-fabricação: Política e Violência

Violência é o lado mau da política para Arendt, a sua definição da política é construída através de negações. Arendt consistentemente liga a violência com o que ela deseja excluir da política. Esta exclusão é evidente sem tudo A Condição Humana. *"somente a pura violência é muda"*, ela escreve, *"o ser político, viver na polis, significa que tudo foi decidido através de palavras e persuasão e não através de força e violência"*. (p.35)

Em seu mais famoso ensaio sobre o assunto, *'Sobre a Violência'*(2001b), ela descreve que a violência é a resposta quase que inevitável das minorias políticas incapazes de criar um espaço para ação na polis moderno burocratizada e coloca, assim, que a burocratização da vida pública é o grande atrativo para a violência.

Tanto em Arendt como em Habermas há um esforço para mostrar que é absolutamente central à noção da esfera pública a oposição entre razão e força. Aqui temos que abrir um parêntese para explicar: Arendt provavelmente substituiria a "razão" por "discurso". A idéia era de ressaltar à oposição entre a "razão e força" um antagonismo entre o "discurso e a ação". Entretanto, em ambas perspectivas (as duas versões mais importantes da esfera pública) esta última oposição é claramente falsa, o discurso sendo um próprio tipo "da ação comunicativa".

Não podemos deixar de lado que Hannah Arendt nos traz exemplos, “pérolas da história”, contando os raros momentos de liberdade política - os conselhos dos trabalhadores depois da Revolução Francesa, a fundação da república Americana, o movimento de direitos civis e as demonstrações anti Guerra do Vietnã - são fragmentos que Arendt considera que quebraram a cronologia e continuidade da história.

O interesse de Arendt em evocar a memória da formação espontânea dessas pequenas-esferas é ilustrativo. Apesar da “derrota”, esses corpos populares espontaneamente formados

representaram um espaço público para discussão e ação. Segundo Arendt(1993), para agir politicamente é preciso haver liberdade (*liberdade é o raison d'être do político*. p 192). O que está implícito é a condição de liberdade da espontaneidade das pessoas que "*agem em concerto*" exercida em um espaço público.

Assim, a definição, "sui generis" de Hannah Arendt de ação política está estreitamente relacionada à potencialidade inerente ao nascimento de novos começos, a capacidade humana de recriação contínua. A iniciativa da ação entre os homens está relacionada com o exercício da liberdade. A liberdade de iniciar algo novo permite ao homem realizar o improvável, que é garantido por sua singularidade, e corresponde à condição humana.

Podemos agora falar um pouco sobre a conceituação de ação política para Hannah Arendt. É a partir do agir e do discurso que se dá a revelação do *Eu*, autor e ator da ação. O agente se comunica pela ação sobre si mesmo, e se mostra e se revela aos outros.

Para entendermos a singularidade de sua existência, colocamos as palavras de Arendt em *A Condição Humana*: "*a pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença*" (Arendt, p. 188). Os homens são iguais na medida em que podem e têm a possibilidade de se comunicar e se fazer entender entre si. No entanto, são diferentes no fato de terem a capacidade de comunicarem sobre si próprios, de tornarem-se singulares, indicando mais do que uma alteridade. Através do discurso e da ação, o homem pode distinguir-se dos outros, pois são atividades que dependem da iniciativa própria de cada indivíduo. A ação é como uma marca do agente, a atividade que mais plenamente caracteriza o homem; sem ela deixa-se de ser humano, pois este é o meio próprio de se viver entre os homens. O processo da ação não produz, tal qual a fabricação, objetos tangíveis. Entretanto, apesar dessa intangibilidade, essas relações entre os homens são reais e Hannah Arendt as nomeia: "*teias de relações humanas*".

O indivíduo, ao agir entre os outros, revela-se. Essa revelação é que distingue uma ação política de uma ação qualquer em busca de um fim. Sem a revelação do agente no ato, *a política confunde-se com fabricação*, ou seja, somente um meio de se produzir um objeto, de se atingir um *fim*. A fabricação revela o produto ao fim de um processo.

Aqui chegamos a um ponto que Hannah Arendt (1993) já nos apontava, e que os dias de hoje também nos permitem refletir: a transformação da ação em fabricação, bem como a transformação da política.

O conflito entre o espaço do trabalho, de meios e fins, com política, segundo o Arendt, sempre esteve presente na maioria dos aspectos da filosofia Ocidental tradicional. Platão e Aristóteles descrentes sobre ação política democrática depois a morte de Sócrates já falavam, nos conta Arendt, de suas preocupações - *“a ociosidade e a inutilidade da ação e do discurso, em particular da política em geral”* e suas tentativas de *“evitar a política”*. E continua *“tanto os homens de ação quanto os pensadores sempre foram tentados a procurar um substituto para a ação, na esperança de libertar a esfera dos negócios humanos da acidentalidade e da irresponsabilidade moral inerente a pluralidade dos agentes”* (p.232)

Os argumentos usados para a inversão da ação para a modalidade de fabricação se voltavam contra a democracia e se tornavam contra também elementos da política. Para Arendt, a busca pela eliminação da pluralidade humana tem o mesmo sentido de anulação da esfera pública.

Arendt discute que a tradição filosófica já procurava definir os atores políticos como, *“artesão”*, *“homo faber”*, cujo resultado de sua ação é um produto tangível e seu processo tem claramente um fim reconhecido. E buscava interpretar a ação como fabricação. Assim, na era moderna, não houve inversão da tradição, ocorreu apenas a declaração aberta que o trabalho/fabricação é uma atividade superior as *“ociosas”* ações que constituem a esfera pública.

Arendt coloca que a teoria política afirma como foi bem sucedida essa transformação da ação na modalidade fabricação. Com efeito, Arendt sugere, *"isto torna quase impossível discutir esses assuntos[políticos] sem usar as categorias de meios e fins e se raciocine em termos de instrumentalidade"*. (p.241) Será que podemos pensar que o mundo de hoje assinala esse desejo platônico de substituir a ação pela fabricação, com o objetivo de conferir à esfera dos negócios humanos a solidez inerente à fabricação e ao trabalho, na medida que ação se torna a mera execução de ordens?

A separação entre o saber e o fazer, que leva a ação à sua perda de sentido (ruptura entre pensamento e ação), e constitui a experiência cotidiana da fábrica, serviu para que Platão pudesse aplicar à política uma transformação necessária. Tecnicamente, para Arendt, essa aplicação significa a anulação do elemento pessoal na esfera pública.

Porém, Arendt também aponta as implicações de violência dessa mudança: A moral e os resultados políticos do confronto moderno entre fabricação (sempre parcialmente violenta) com a política, segundo Arendt, têm um efeito desastroso: a ação é igualada a violência:

"É verdade que violência, sem a qual nenhuma fabricação poderia existir, sempre desempenhou um papel importante no pensamento e nos planos políticos baseados na interpretação de ação como fabricação; mas até a era moderna, este elemento de violência era estritamente instrumental (...) Somente na era moderna a convicção de que homem só conhece aquilo que ele faz (...) trouxe à baila as implicações muito mais antigas de violência em que se baseiam todas as interpretações da esfera dos negócios humanos como um a esfera da fabricação. Percebe-se isto nitidamente na série de revoluções, típicas da era moderna, todas quais - com a exceção da Revolução Americana - revelam a mesma combinação do antigo entusiasmo romano à fundação de um novo corpo político e a glorificação da violência como o único meio de fazer esse corpo".(p. 240)

Assim, retomamos nossa hipótese de que apenas a formação de um espaço de debate e discussão não garante a participação efetiva de todos os grupos presentes, principalmente dos Movimentos Sociais do Centro.

Para Habermas (1983) *a luta política também (e principalmente) é uma luta discursiva* que depende da capacidade de argumentação de segmentos da sociedade que entram em diálogo. Trata-se de conflitos que envolvem grupos, movimentos, instituições e o Estado (as municipalidades presentes, no caso) e dependem do poder de negociação e articulação entre as partes. E ressalta, ainda, que nesse processo a mídia (ou melhor, a sua mobilização) tem seu papel fundamental, assim como o direito.

Logo, passar de um problema relativo a uma esfera específica da sociedade a um problema da sociedade toda exige que os líderes dos movimentos sociais ajam com criatividade e imaginação. Dentro desse processo, os movimentos sociais tiveram que se voltar para as instituições comunicativas, como a mídia, que mobilizam mais a persuasão, bem como, para as instituições reguladoras, como a lei, destinadas, pelo menos em parte, a zelar pelo cumprimento das obrigações sociais e individuais de caráter universalista. No entanto, sabemos que a garantia de direitos não significa sua efetivação.

Kowarick (2002) nos fornece elementos para pensarmos esse ponto dizendo que se no percurso das décadas passadas a democracia política com todo seu aparato foi consolidada no país, no entanto, o mesmo não pode ser dito sobre os direitos civis “ *no que se refere à igualdade perante a lei e à própria integridade física das pessoas, bem como seus direitos sociais, como acesso a moradia digna, serviços médico hospitalares, assistência social e níveis de remuneração adequados, para não falar no desemprego, nas múltiplas modalidades arcaicas e modernas de trabalho precário, autônomo e assalariado ou na enorme fatia das aposentadorias que produz velhices marcadas pela pobreza*” (pg10). E ainda resume que “*há muita vulnerabilidade em relação a direitos básicos*” (pg10) e sustenta que não só os sistemas de

proteção se tornaram restritos e precários, como também houve um desmantelamento de serviços e novas regulamentações que resultaram na perda de direitos adquiridos.

Assim, esse autor reafirma que os déficits nos aspectos, sociais e econômicos da cidadania se mantiveram amplos, e ressalta o campo de investigação centrado na questão da fragilização da cidadania, entendida, esta como a perda ou ausência de direitos e como precarização de serviços coletivos, que garantiam um mínimo de proteção pública para grupos carentes de recursos enfrentarem a vida nas metrópoles. Kowarick (2002) cita Telles (1999): *“...a questão social é o ângulo pelo qual as sociedades podem ser descritas, lidas, problematizadas em sua história, seus dilemas e suas perspectivas de futuro(...) essas diferenciações e segmentações[sociais, econômicas e civis] podem ser tomadas(...) como a contraface de uma destituição de direitos(...). Trata -se de uma destituição(...) que , ao mesmo tempo que gera fragmentação e exclusão, ocorre em um cenário de encolhimento de legitimidade dos direitos sociais”(pg11)*

E nos coloca a pergunta, *“qual é nossa questão social?”* E responde: *“Há várias”*, mas, na relação entre Estado e sociedade, uma das questões sociais que ainda nos chama a atenção é a dificuldade de expansão dos direitos de cidadania. Eles podem estar garantidos na lei, no entanto, esta não assegura a sua verdadeira efetivação.

Nessa discussão, Kowarick (2002) também traz elementos importantes para pensarmos a exclusão social. O autor relaciona o conceito à despossessão de direitos civis, mas diz que o processo de exclusão social ocorre lentamente e continuamente em nosso dia –a –dia, tendo seu primeiro momento na segregação sócio-espacial, na qual o lema é evitar o diferente, pois a mistura social é vivenciada como confusão. Já em um segundo momento assinala a desqualificação ou destituição do outro, tido como diverso e potencialmente ameaçador. Assim, Kowarick segue pelo caminho de Hannah Arent (1997), que relaciona exclusão ao processo de

estigmatização e discriminação e em última instância, de negação de direitos. Dessa forma, a exclusão social toma seu contorno mais cruel. Não se trata apenas de isolar ou banir, mas de negar *ao outro o direito de ter direitos*.

2.8 As políticas para o Centro

Os diversos atores que debatem a questão do Centro de São Paulo possuem a capacidade de influenciar na direção de suas políticas públicas.

Os governos municipal e estadual são os principais atores no processo de “requalificação das áreas centrais”, são eles que estabelecem para onde e para quem os recursos deverão ser canalizados e, em um segundo plano, são indutores dos agentes econômicos, principalmente do capital imobiliário.

Os destinos dos recursos que serão, em princípio, injetados no região central da Cidade estão relacionados à força dos diversos grupos em pressionar as instâncias decisórias. O Centro foi colocado como uma área de grande importância, na gestão municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) no período de 2000-2004. Vários programas foram elaborados para a sua promoção, como o Programa Ação Centro, coordenado pela EMURB —Empresa Municipal de Urbanização.

“Trata-se de Programa que visa fundamentalmente a reforma de edifícios vagos e cortiços, produção de habitação, reabilitação do patrimônio histórico, programas sócio culturais, projetos de locação social, a partir de uma metodologia de reabilitação integrada do habitat que privilegia a participação dos grupos locais nas definições das transformações urbanas a serem realizadas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: 2004).

No governo municipal do PT, com sua orientação participativa, tivemos um momento de abertura às demandas dos grupos populares, tanto para negociar como na priorização dos programas para as áreas centrais de São Paulo para a população local, “a criação de instâncias de

deliberação como o Conselho Municipal de Habitação, criado em 2002, composto por 48 membros, 16 representantes do poder público, outro terço vindo de entidades da sociedade e igual fatia eleita pela população, num processo que participaram mais de 33 mil votantes” (SEHAB, 2004:10:11 apud Kowarick).

Segundo Kowarick (2005), a administração petista desenvolveu um estilo de gestão que pode ser denominado de republicanismo de participação em que o espaço público se abre para a negociação de interesses diversos e conflitantes. Podemos assim dizer que, no sentido arenthiano, houve um maior debate sobre a questão, no entanto, no sentido de efetivação de políticas públicas (habermasiano) tivemos ações pontuais, que representaram um avanço, contudo sem a garantia definitiva de manutenção da moradia na área central.

Já a gestão PSDB segue a concepção de delegação do mandato popular e nesse sentido, as instâncias governamentais devem ser transparentes e informativas, mas a definição de prioridades, é prerrogativa do poder executivo que tem não só o direito mas o dever de decidir: trata-se, segundo Kowarick (2005), de um republicanismo delegativo.

No governo pesedebista foram expulsos todos os moradores de ocupações e prédios invadidos, claramente em uma vertente de higienização do centro e de reprodução da segregação e desigualdade que caracterizam nossas cidades e de fechamento do canal de comunicação governo / movimentos.

Sabemos que os investimentos que levam à valorização de áreas, o chamado “gentrification”, tendem a expulsão dos grupos mais pobres. Portanto, diz Kowarick (2005), a questão é de não só realizar construções, reformas, reciclagens, urbanizações, preservações e sim de criar processos que revertam em diálogo aberto e em uma política pública efetiva que não se alterne devido à troca de partidos no poder. Nesse sentido, o Centro de São Paulo tomou-se uma questão eminentemente política, que envolve um grande disputa entre os diversos interesses.

Um ensaio fotográfico intitulado *Os sem teto*, publicado na *Veredicto* – revista especializada de Direito – forneceu um ponto para reflexão. Em uma das fotos aparece uma faixa estendida em frente a uma ocupação do MMC: “Ocupamos este prédio por falta de Política Habitacional – MMC”

Por que os militantes do MMC não se sentem contemplados pela política habitacional a ponto de negarem a existência dela? Para isso será necessário recuperar o histórico das políticas habitacionais, que constitui objeto do próximo item.

2.9 Breve caracterização da intervenção do Estado Brasileiro na área social

A intervenção do Estado precisa ser contextualizada tendo em vista processos históricos específicos, nos quais interagem agentes cujos interesses são distintos e estão em constante conflito. Segundo Marcus André de Melo, a intervenção do Estado “*não mantém nexos causais com carências sociais objetivas. Importa na análise da formação de políticas a identificação das opções estratégicas dos atores individuais e coletivos e a configuração da arena política em que operam.*” (MELO, 1991: 103) À luz dessa afirmação, passemos a explorar a *configuração da arena política* e as *opções estratégicas* em alguns momentos importantes de nossa história recente.

A Revolução de 30 e a Era Vargas marcam o momento no qual as políticas de bem-estar social ganham espaço na arena política brasileira. Nesse período, longe de ter caráter redistributivo, a intervenção na área social é posta a serviço do plano político mais amplo de *nation building*, primeiramente através da regulamentação da relação capital / trabalho, pela atuação do Estado como produtor visando atender a reprodução ampliada do capital e como articulador de um processo de acumulação. Após a Revolução de 1930, o Estado passou a atuar de modo mais direto na economia, incluindo intervenções relativas à reprodução social. A base

da política social aqui é a idéia de *incorporação* dos atores sociais ao sistema político. É preciso integrá-los ao projeto de nação que se pretende desenvolver, e para tanto é fundamental oferecer o suporte material bem como satisfazer as necessidades básicas do trabalhador para que o país cresça. Isto exigiu o desenvolvimento de políticas que tornaram o Estado interlocutor direto das reivindicações populares urbanas, já que eram essas classes que o legitimavam. (Bonduki,1994: 102)

Se nos primeiros tempos (1930-1945) a política social tinha como alvo a constituição de uma unidade nacional, podemos perceber claramente que a área social, se não se reduz, ao menos está atrelada a um interesse maior: o desenvolvimento nacional.

Pode-se citar como exemplo da atuação do Estado, não só na questão habitacional, nesse período, a criação das Carteiras Prediais e Institutos de Aposentadoria e Previdência (1938), que iniciaram o financiamento e a produção de moradia; a lei do Inquilinato (1942); e a regulamentação dos loteamentos populares, que permitia a aquisição de lotes por pagamento parcelado (1938). Aqui a preocupação com a questão da moradia deu-se justamente por esta representar um dos mais graves problemas nas cidades. (Bonduki,1994: 103-104)

Já a década de 50 foi marcada pela expansão do capitalismo oligopolista no país, que definia a substituição do modelo agrário exportador pela industrialização, impondo um novo padrão de acumulação na economia. De modo geral, até o início dos anos 60 a crise das cidades é compreendida como produto da crise do campo. Assim sendo, a política habitacional e urbana em geral eram consideradas menores quando comparadas às questões rurais.

Paralelamente a essas transformações, a sociedade brasileira assistiu à emergência das classes médias, que passaram a “cobrar” mais efetivamente ações do Estado em relação às demandas surgidas nas cidades, enquanto que as classes de renda mais baixa tornaram-se cada

vez mais “desassistidas”, reforçando-se esse quadro ainda mais após 1964, com o Golpe Militar. (Oliveira, 2003)

Para Melo (1991), nos anos 50 e primeira metade dos anos 60, a política social implementada apresentava características do populismo. Classicamente, existem três grandes formas de abordagens analíticas do populismo. Ele pode ser estudado como um fenômeno de origem social, como uma forma de governo ou como uma ideologia específica (WORSLEY, 1973). Em qualquer de suas formas, o populismo necessita de alguns elementos básicos para se concretizar: independente das particularidades das ocorrências, ele surge quando há uma massificação de amplas camadas da sociedade que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na massa, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica; quando há uma perda da representatividade e da exemplaridade da classe dirigente; quando há a presença de um líder dotado de carisma de massas (WEFFORT, 1989).

Em *O populismo na política brasileira*, Weffort tem como argumento central a imposição do populismo pela conjugação da repressão estatal, manipulação política e satisfação de algumas demandas dos assalariados. Para Weffort, pode-se dizer que o populismo é o produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930 e que se manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas. É sob essas condições que surge o "Estado de compromisso", em que categoria "manipulação" não é proposta de maneira unidirecional, mas possuindo uma ambigüidade, por ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas quanto uma forma de atendimento de suas demandas.

Algumas análises sugerem que o período anterior ao Golpe Militar de 1964 foi marcado pela inexistência de políticas urbanas. O governo militar viria a promover um crescimento urbano classificado por muitos autores como caótico e desordenado, representado pela proliferação de

loteamentos irregulares baseados na autoconstrução (promovendo a expansão para periferia) e ausência de melhorias urbanas, o que ocorreu de forma mais destacada nas grandes cidades:

[...] as políticas públicas do pré-64 foram marcadas por aquilo que pode ser denominado de “laissez-faire urbano”, no sentido de permitirem às volumosas e crescentes levas populacionais se fixarem onde e como pudessem no cenário metropolitano acelerando um padrão periférico de crescimento baseado na autoconstrução de moradias em terrenos “clandestinos” e destituídas de serviços básicos. (Bonduki e Kowarick, 1994: 133)

O Golpe militar impôs uma nova ordem, rompendo com o pacto populista então vigente e instaurando um poder autoritário e centralizador. Isso significou a repressão aos movimentos sociais, bem como a tendência do Estado, através do planejamento urbano, em dirigir suas ações / intervenções privilegiando as classes de maior renda e investindo na aceleração da reprodução do capital. Assim, entre os anos de 1968 e 1973, a economia brasileira dinamiza-se e alcança altas taxas de crescimento. A crítica ao modelo de desenvolvimento então vigente legitima-se na constatação de que o crescimento econômico não foi acompanhado por uma equilibrada distribuição de renda. Ao contrário, o que se observou foi o aprofundamento do fosso das desigualdades entre ricos e pobres. Por conseguinte, a política social formulada pelo governo militar significava para os seus opositores uma *não-política*, uma vez que buscava atenuar desigualdades, mas sem tocar na estrutura da distribuição da renda, o Estado investe na área social com o propósito de compensar a perversidade inerente à dinâmica da economia apoiada na própria desigualdade.

Santos (1993) entende que tanto nos anos 50, com a ideologia desenvolvimentista, quanto no pós-64 com o crescimento patrocinado pelo Regime, a ordem era justificar os investimentos públicos na esfera privada. Tudo indica que a prioridade a nortear as decisões governamentais era promover o capital em geral e responder aos interesses de umas poucas empresas, em lugar de canalizar os recursos disponíveis para dar respostas aos reclamos sociais. O projeto de

modernização conservadora elaborado pelos militares e posto em andamento a partir de 1964 será mais tarde criticado por obedecer a uma racionalidade empresarial.

Tomemos como exemplo os programas de tipo COHAB nos anos 70: para Cardoso (1997), as fragilidades desse tipo de programa consistiam exatamente no defeituoso arranjo financeiro das operações de repasse em que os recursos financeiros são apropriados e privatizados, na ausência de participação dos interessados e na excessiva centralização decisória.

Nos primeiros anos da década de 80, o país sofre os efeitos da crise fiscal. Coloca-se em discussão a eficiência gerencial e a eficácia social das políticas até então postas em curso. O foco das críticas volta-se para a incapacidade das políticas atenderem na prática a população para qual estavam inicialmente procurando beneficiar. A queixa, centrava-se no problema de como os recursos eram alocados, mais do que sobre a falta de investimentos na área social, até porque tais investimentos eram realizados. As verbas existiam, mas, eram mal utilizadas. A estrutura burocrática gigantesca associada aos ministérios e conselhos ministeriais da área social consumiam boa parte dos recursos. Apenas uma parcela das verbas públicas se convertia de fato em benfeitorias para a população. Especialmente a partir de 1984, é o caráter burocrático, privatista, centralizado, excludente e ineficaz da política social que será combatido.

Participação popular e descentralização são as bandeiras de luta dos anos 80, quando a exacerbação da crise fiscal inviabiliza a concretização de reformas nas políticas públicas. A redefinição do papel do Estado passa a primeiro plano, sobrepujando a questão da intervenção estatal propriamente dita.

O modelo de política habitacional desenvolvido no Brasil no pós-64 supôs pesada intervenção governamental no processo de provisão habitacional, sendo viabilizada com a criação de uma agência, que centralizaria o conjunto das atividades estatais no setor. O Banco Nacional de Habitação (BNH) passaria a ser sinônimo da presença do Estado na área habitacional no

período de 1964 a 1986, quando é extinto. O sistema montado para obtenção da casa própria, constituiu no Brasil um dinâmico mercado assentado sobre linhas de crédito habitacional. O mercado da casa própria foi segmentado em dois grandes sub-setores operados por agentes distintos e para públicos diferentes. Um sub setor dirigido à renda média e alta, que foi objeto de agentes privados do sistema – agentes financeiros, promotores e construtores imobiliários privados. Tais agentes teriam seus mecanismos de operação e suas decisões de investimento regulamentadas pelo BNH. Nesse mercado, o Estado interferiu por meio de atividades regulatórias. Por meio dessas, o Estado atuou controlando o processo de financiamento à produção e estabelecendo condições de investimento para os agentes privados. O segundo mercado, voltado ao setor de baixa renda, seria operado por agências estatais especialmente constituídas para essa finalidade, na qualidade de agentes promotores em associação com empresas privadas de construção. Aqui, o Estado desempenhou atividades de tipo produtivo associativo, substituindo o setor privado em certos momentos do processo produtivo. De qualquer forma, o Estado desempenhou papel estratégico na definição de investimentos e operação dos agentes privados.

Todavia, de acordo com Arretche (1990), esses dois subsistemas (a promoção pública e a promoção privada) operaram seguindo a mesma lógica: a lógica da empresa privada, segundo a qual os investimentos sem retorno implicam na inevitabilidade da falência. Trata-se assim, de uma forma particular de intervenção estatal no setor, em que se combinaram a atuação de tipo regulatório e atuação de tipo produtivo operando com agentes diferenciados, porém seguindo o mesmo procedimento.

O sistema montado entrou em profunda crise a partir do início da década de 80, quando a política econômica assumiu traços recessivos. Os mecanismos estruturais de operação do BNH eram fortemente dependentes do nível de atividade econômica. A crise econômica solapou as

bases de financiamento da política. Em novembro de 1986, em meio à grave crise do setor habitacional frente a qual o BNH era inoperante e impotente, o governo Sarney decretou o fechamento do órgão.

Com efeito, no período populista (anterior ao golpe de 64) o processo de provisão habitacional já era controlado pelo Estado, uma vez que este legislava sobre o fluxo de crédito para a indústria de construção civil e envolvia-se diretamente com a produção de unidades para camadas de baixa renda. O que caracterizava mais fortemente esse momento era a constituição de uma arena decisória em que distintos grupos de interesse se alinhavam de forma particularista em torno de questões que envolviam interesses imediatos comuns a base ideológica das pressões dos grupos organizados era “estatizante”. Para Arretche (1990), no sentido de que eles tinham no Estado seu interlocutor, a quem demandavam intervenção no setor. Ou seja, tinham uma base ideológica comum, a saber: o desejo de intervenção estatal, tanto no campo da regulamentação, como no campo das atividades produtivas.

A convergência com relação à necessidade da solução estatizada forneceu a base de sustentação para o modelo posto em prática, conferindo relativa autonomia à burocracia na formulação de políticas para o mercado habitacional. A “arena decisória” composta por sindicatos da indústria de construção civil e os empresários desempenhou um papel importante na construção da hegemonia Estatal apresentando propostas que redundariam na criação do BNH.

O BNH era o órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, destinado à população de baixa renda e regulador do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) destinado à chamada faixa de mercado. Os dois subsistemas compunham o SFH (Sistema Financeiro de Habitação). A criação do SFH seria um dos elementos de constituição de um sistema financeiro nacional, capaz de intermediar crédito e permitir a realização de financiamentos de médio e longo prazo.

Para Falconi da Hora (1998), a criação do BNH ilustra o modo como foi orientada a produção do espaço, através da planificação urbana, que contribuiu para o crescimento das cidades de forma caótica, e também estimulou o mercado imobiliário / construtor / especulador.

A contradição deste modelo só existe se colocarmos como premissa que a intervenção estatal na área social implica necessariamente o desempenho de uma função realocativa de caráter redistributivo. No caso brasileiro, a caráter privatista da atuação estatal no setor não decorreu apenas da lógica que regeu suas operações no mercado, mas da inserção de interesses de segmentos produtivos privados no interior do sistema.

Todos esses elementos demonstram que o Estado e as ações que ele conduz não são neutros, mas, ao contrário, revelam a sociedade dividida em classes, da qual apenas uma parcela tem obtido maiores privilégios. Portanto, o papel do Estado tem sido, por um lado, mediador das contradições, promovendo a regulação dos conflitos e mantendo o sistema vigente e as contradições que o mesmo encerra, sendo que suas ações como produtor do espaço caminhando no sentido da reprodução capitalista da cidade, de certo modo nos faz pensar na (re)produção de uma cidade anti-democrática.

O modelo de atuação do BNH teve como critério de seleção para integração dos beneficiários ao sistema mecanismos de seletividade baseados na variável “renda”. A condição preliminar para integração a qualquer um dos dois subsistemas, seria a comprovação da capacidade de pagamento das prestações hipotecárias. Assim, a segmentação no acesso implicou em segregação espacial, expressão das diferenças de renda. Desse modo, o conjunto de “cidadãos” que conseguiram se integrar ao SFH pode ser considerado privilegiado, uma vez que seus membros realizaram o sonho da casa própria com facilidades de crédito.

Desde os anos 30 até o início dos anos 80, as políticas habitacionais apresentavam como principal característica a centralização da captação de recursos, da elaboração dos programas

habitacionais e da definição das prioridades na esfera do Governo Federal. A centralização das decisões e das iniciativas acirrou-se ainda mais durante o governo autoritário iniciado em 1964. Porém, se olharmos com mais cuidado perceberemos que existia uma “descentralização relativa”, afinal, no nível local desenvolveram-se as Companhias Estaduais de Habitação (COHABs). Segundo Cardoso (1997), apesar dos Estados apenas executarem as decisões tomadas pelo Governo Federal, a experiência com as COHABs muniram os governos locais de instrumentos, instituições e capacidades técnico-administrativas para orientarem posteriormente políticas autônomas na área habitacional.

Nos anos 80, a crise do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e a extinção do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNH) deixam uma imensa lacuna no que se refere às políticas habitacionais. De 1986 a 1995, as incumbências relativas a essa questão social são sucessivamente delegadas a vários órgãos: Ministério do Interior, Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Ministério da Habitação e do Bem Estar Social. Em 1989, retorna à agenda do Ministério do Interior, quando é criada a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC), mas as atividades financeiras representadas pelo SFH e pela Caixa Econômica Federal ficam submetidas ao Ministério da Fazenda. Toda essa instabilidade acerca de qual órgão responde pela política habitacional, reflete a perda da capacidade decisória e a redução dos investimentos no setor. A estratégia adotada pelo governo para conter o déficit público foi a contenção de despesas com a área social.

Paralelamente, ocorre o processo de descentralização das políticas habitacionais cujo marco é a Constituição de 1988. No texto da Carta Constitucional a questão da moradia compete tanto à União quanto a Estados e municípios. Uma mudança importante em relação às constituições anteriores, é que os municípios deixam de ser compreendidos como meras unidades administrativas e são, a partir de então, pensados enquanto unidades políticas. Isso implica novas

responsabilidades, mas também maior poder ao alcance dos governos locais. Vale destacar que pouco a pouco iniciou-se também uma descentralização fiscal. Antes de 1988, a União ficava com 44,6% dos recursos tributários, os Estados com 37,2% e, os municípios com 18,2%. Em 1993, esse quadro se altera, cabendo 36,5% dos recursos para a União, 40,7% para os Estados e 22,8% para os municípios.

A partir de 1988, a Caixa Econômica Federal (CEF) começou a ser mais rígida nos casos de concessão de crédito. Apenas os Estados e municípios mais ricos e, portanto, com melhores condições de negociarem seus déficits públicos tiveram acesso aos recursos. Os programas da casa própria financiados pela Caixa Econômica direcionam-se para a classe média, por se acreditar que aqui a inadimplência seria menor. A preocupação com a população com renda inferior a três salários mínimos passou a ser atribuição da Secretaria de Ação Comunitária (SEAC), que operava com sistemas alternativos de produção como o mutirão. Cresce a participação de Estados e municípios na implementação das políticas habitacionais. Entretanto, aqui, os mecanismos de alocação de recursos obedecem preferencialmente a critérios clientelistas ou ao favorecimento de aliados do governo central.

Quando se analisa a municipalização das políticas habitacionais, há de se reconhecer a situação desigual dos municípios para enfrentarem a problemática da moradia, pois o sucesso das políticas depende estritamente da capacidade financeira dos municípios e das alianças da prefeitura com outras instâncias do poder. Por outro lado, a redemocratização com a realização de eleições diretas e livres elevou as políticas sociais à categoria de prioridade máxima para os políticos que aspiram manterem-se na carreira assim, a política habitacional se torna moeda corrente nos discursos eleitorais e instrumento eficaz na hora de obter votos no *mercado político urbano* (MELO, 1991).

Quando se aborda a questão habitacional não se pode negligenciar a discussão do conceito de déficit habitacional, ainda que seja para lhe fazer restrições. Para Cardoso (1997), o déficit habitacional é conjuntural, variando segundo mudanças culturais e históricas, sendo as necessidades da população sujeitas as alterações históricas.

A Fundação João Pinheiro cunhou o conceito de “necessidades habitacionais”, uma noção que permite apreender dimensões distintas da temática habitacional, antes indiferenciadas sob a denominação genérica de “déficit”. As necessidades habitacionais seriam de três ordens: 1) O déficit: necessidade de reposição total da unidade habitacional ou demanda não atendida pelo mercado; 2) demanda demográfica: necessidade de construções que acompanhem o crescimento demográfico; 3) inadequação: necessidade de melhorias das unidades habitacionais já existentes, mas cuja infra-estrutura é precária.

O emprego da noção de déficit em sentido amplo – significando a insuficiência numérica de casas, a demanda demográfica e a inadequação da moradias – mais confunde do que auxilia no planejamento de políticas habitacionais. De acordo com Taschner (1997), a CEPAL estimou o déficit habitacional brasileiro em 1993 em 15 milhões de moradias. Isso porque incluiu em seus cálculos casas que não contavam com água encanada, esgoto e energia elétrica, quando muitas delas são perfeitamente habitáveis. Nesses casos, não é necessária a construção de novas unidades, mas a ampliação dos serviços públicos. Em contraposição, a Fundação João Pinheiro divulgou o déficit em torno de 4,99 milhões de moradias em 1991, porque foram considerada apenas a população sem teto vivendo sob pontes e viadutos, as famílias que dividem uma única unidade habitacional com outras e as famílias cujas casas são de zinco, papelão e sobras de madeira.

Uma pergunta primária, mas fundamental de qualquer política pública é qual a população estimada que demanda a ação do poder público. Saber se é preciso construir 15 milhões ou 5

milhões de casas muda completamente a questão, porque esse é um dado decisivo para se planejar a alocação dos recursos e as prioridades do governo.

Se há um consenso entre todas as estimativas das diversas instituições, é de que muita gente mora mal no Brasil. Ainda que consideremos a estatística da Fundação João Pinheiro, as 5 milhões de moradias que precisariam ser construídas, expressam outra informação. Como cada unidade habitacional é idealizada para quatro pessoas, avalia-se que existam 20 milhões de pessoas necessitando de casas, ou seja, 14% da população brasileira. Levando-se em conta a dimensão e a profundidade do problema foram alcançados significativos avanços na última década. Pesquisas do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal da Universidade Federal do Rio de Janeiro revelam que em termos nacionais, os programas habitacionais desenvolvidos nas gestões municipais de 1993-1996 corresponderam a 14,6% do déficit habitacional e a 5% da inadequação de infra-estrutura apontados em 1991. O melhor desempenho foi registrado na região Sul cuja cobertura foi de 33,5% e 23,6%, respectivamente. A explicação para estatística tão animadora para a região Sul, deve-se às menores necessidades habitacionais em números absolutos e maior capacidade financeira das administrações locais para concretizar seus programas. No Sudeste, houve a cobertura de 19,5% do déficit e 12,2% da inadequação. No Centro-Oeste, 26,1% do déficit foi remediado. Já no Norte e Nordeste, a inadequação das moradias é o problema mais grave pela falta de infra-estrutura (água, esgoto, energia elétrica), muito embora a precariedade física das unidades habitacionais seja uma realidade. Quanto ao Nordeste, as políticas tiveram impacto apenas sobre 1,6% da população residente em moradias inadequadas. Para a região Norte, não há informações.

O acima exposto só atesta que com a municipalização das políticas habitacionais, as regiões mais pobres são as que menos alcançam conquistas. Segundo as mesmas pesquisas do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, os municípios financiaram sozinhos 52%

dos programas habitacionais, tiveram participação em outros 21%; a Caixa Econômica forneceu recursos para 9%; o Governo Federal para 2,8%; Governos Estaduais outros 2,8% e organizações internacionais para 0,7% dos programas. Não foram especificadas as fontes dos recursos de 11% dos programas.

A descentralização das políticas mostra sua face perversa nesses números, percebe-se a tendência de acentuação das desigualdades entre as regiões na capacidade de desenvolver projetos efetivos e eficazes. A desigualdade entre municípios e regiões merece a atenção dos Estados e da Federação para que as áreas mais pobres tenham suas necessidades atendidas.

2.10 As recentes políticas habitacionais em São Paulo

Na administração de 1989-1993 de Luíza Erundina, os esforços foram devotados à reurbanização de favelas. A ação municipal concentrou-se em obras de infra-estrutura (água, esgoto e pavimentação). Foram beneficiadas 26 mil famílias em 50 favelas. As melhorias foram em sua grande maioria realizadas mediante o sistema de mutirão. As lideranças de movimentos sociais e associações de bairro foram chamadas a participarem do governo.

Em seu governo foram realizadas, também, as primeiras experiências de intervenção do poder público com o fim de prover habitações populares na área central. O principal programa criado foi o Funaps Comunitário.

O Funaps se caracterizou por ser um financiamento aos movimentos de moradia, organizados em associações, a fim de que eles próprios executassem a construção do conjunto habitacional. Esse programa, em quatro anos de gestão foi responsável pela produção de 11 mil unidades habitacionais (Bonduki, 2000). Dentro desse programa foram construídos os dois primeiros conjuntos residenciais de habitação popular na área central de São Paulo: o conjunto Madre de Deus e o Casarão Celso Garcia. Eram anteriormente cortiços, em que as famílias

havam se organizado para conseguir o controle do imóvel. Mais cinco empreendimentos na área central da cidade foram desenvolvidos a época: o palacete da rua do Carmo, a Vilinha 25 de Janeiro, o Eiras Garcia, o Pedro Fachini e o Imoroty, porém sua implantação foi interrompida pela administração Maluf.

Em 1993, tomou posse na prefeitura Paulo Maluf. Em sua gestão destacou-se o Projeto de Urbanização de Favelas com Verticalização (PROVER), mais conhecido como Projeto Cingapura. O Projeto Cingapura caracterizou-se pela construção de blocos de apartamentos de 5 a 11 andares na mesma área da favela. O projeto foi financiado pelo tesouro em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). As unidades habitacionais têm quarenta e dois metros quadrados e custam cerca de 18 mil dólares cada. O tempo médio de construção desses conjuntos habitacionais é de seis meses. Segundo Susana Taschner (1997), comparado ao sistema de mutirão adotado no governo de Erundina, o custo do Projeto Cingapura é substancialmente maior. O custo por metro quadrado de área construída é de R\$ 369,00 contra os R\$ 203,00 necessários no sistema de mutirão, muito embora a administração de Erundina não tenha se comprometido especificamente com a construção de moradias. A despesa de um morador de um apartamento do Projeto Cingapura é, em média, R\$ 138,00 somando-se a prestação do imóvel, condomínio, água e eletricidade.

Um ponto positivo do referido projeto foi não ter deslocado as famílias para regiões distantes de onde residiam inicialmente. Um ponto negativo diz respeito à ausência de qualquer participação popular na decisão acerca de qual o local da favela em que seria construído o Cingapura. A população não opina em nenhuma etapa do projeto. A substituição das unidades habitacionais das favelas nunca é total. Mas a verticalização de uma porção da favela permite o reordenamento do espaço. Aqueles que permanecem em barracos ao menos passam a contar com infra-estrutura. Outras críticas relevantes ao Cingapura são sua excessiva homogeneidade (a

arquitetura é sempre igual mudando unicamente a cor e o número de andares, mas no começo da implantação do projeto nem isso), o fato dos apartamentos serem menores que muitos barracos e a desarticulação do comércio local. O projeto não prevê a existência de um setor comercial e muitas pessoas tinham bares e mercearias funcionando nos barracos nos quais residiam. Essas pessoas tiveram sua fonte renda comprometidas seriamente.

Contudo, a crítica mais dura feita ao projeto é que os edifícios foram erguidos em áreas de grande visibilidade com intenção puramente propagandista. O jornal Folha de São Paulo chegou a denunciar em 11/01/96 que o dinheiro gasto em marketing só com as campanhas publicitárias de divulgação do projeto em 1995 foi de 4 milhões de reais. As favelas beneficiadas na gestão 1993-1996 foram em sua esmagadora maioria aquelas próximas às grandes vias de intensa circulação de pessoas, de onde todos pudessem avistar os prédios e *outdoors*. A acusação de que a maior prioridade do Cingapura era a autopromoção dos políticos envolvidos se confirma, uma vez que a campanha de Celso Pitta tirou proveito dele para promover sua imagem de candidato da situação, que não por acaso venceu a eleição. Projetos de melhoria da qualidade de vida em cortiços e mutirões auto-geridos foram ignorados na política habitacional de obras vultuosas que não passam despercebidas aos olhos do cidadão que transita pela cidade.

Apenas em 1998, com o início das atividades do Programa de Atuação em Cortiços (PAC-BID), o poder público retomou a proposta da produção pública de habitações na área central da cidade. Esse programa, inicialmente tinha como propósito a construção de cinco mil unidades habitacionais e encontrou muitas dificuldades de funcionamento, produzindo aproximadamente 800 unidades habitacionais. A administração Marta Suplicy foi o período de maior produção de unidades habitacionais populares no centro de São Paulo. O Programa Morar no Centro desenvolveu três linhas de atuação que geraram aproximadamente 1200 unidades habitacionais no centro, 623 moradias a partir dos projetos Olarias e Parque do Gato I

e II, voltados à locação social. Foram finalizadas as 95 unidades habitacionais, nos empreendimentos Baronesa Porto Carrero, Eiras Garcia, Imoroty, Pedro Facchini e Vilha 25 de Janeiro. Outras 464 unidades habitacionais foram produzidas por uma parceria da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) com a Caixa Econômica Federal (CEF) por intermédio do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) Reforma. Resultando nos empreendimentos: Olga Benário Prestes (também chamado Celso Garcia ou Banespa) com 84 unidades habitacionais, Rizkallah Jorge com 167 unidades habitacionais, Fernão Sales com 54 unidades habitacionais, Maria Paula com 75 unidades habitacionais e o Brigadeiro Tobias com 84 unidades habitacionais¹⁴

O PAR¹⁵ é um programa habitacional federal destinado a população com renda familiar entre três e seis salários mínimos, que utiliza os recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), com recursos oriundos do FGTS, em sua maior parte, e por outros recursos provenientes do FAS, FINSOCIAL, FDS e PROTECH, para adquirir unidades habitacionais que são destinadas ao arrendamento. Esses imóveis, "são arrendados aos beneficiários do programa por quinze anos, quando, então, estando o arrendatário em dia com as suas obrigações, poderá efetivar a compra do referido imóvel, com os valores já pagos durante o prazo de contrato"

O PAR foi elaborado em 1999 dentro do modelo de política habitacional federal a partir do primeiro governo Fernando Henrique. As três características norteadoras desse programa são: o *princípio de descentralização* para as esferas estaduais e municipais, que já vinha ocorrendo; a segunda característica é a focalização do gasto público orçamentário na faixa de renda igual ou inferior a três salários mínimos, com subsídio a fundo perdido, financiamento

¹⁴ Fonte do sítio: www.habitacao.sp.gov.br acesso em março/2006

¹⁵ Fonte do sítio: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/estadual/programas_habitacao/par/index.asp acesso em março/2006

com recursos do FGTS, que possui juros abaixo do mercado, para a faixa de renda entre 3 e 12 salários mínimos, e a terceira é a busca de inclusão, nos programas habitacionais, das populações que obtêm sua renda no mercado informal, ou que habitem em moradias irregulares, ou em áreas não regularizadas das cidades.

A partir desse momento a política habitacional pode ser dividida em três categorias. O primeiro grupo com programas voltados a melhoria do funcionamento do mercado de habitações, principalmente na faixa de renda superior a doze salários mínimos, com a reformulação da legislação e do apoio ao desenvolvimento institucional e tecnológico do setor. Os principais programas desse grupo são: o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade Habitacional, o Sistema Nacional de Certificação e o Sistema Financeiro Imobiliário, destinado a superar os impasses que imobilizaram o SFH (Sistema Financeiro de Habitação). Já o segundo grupo é composto por programas destinados ao financiamento, em alguns casos, a fundo perdido, da recuperação de áreas habitacionais degradadas - ocupadas principalmente por populações de até três salários mínimos de renda - através da melhoria ou construção de habitações e infra-estrutura urbana. Os principais programas desse grupo: o Pro-Moradia e o Habitar Brasil. O terceiro grupo é composto por programas de financiamento de longo prazo, destinados a população de renda familiar entre 3 e 12 salários mínimos. Seus principais programas são a Carta de Crédito, individual ou associativa, e o PAR.

Para Bonduki, o período que vai de 1995 a 2003 representou a consolidação da visão bancária do financiamento habitacional. Segundo ele, a CEF, aparentemente preocupada em evitar a depreciação do FGTS, favoreceu a concessão de créditos em condições de maior garantia e de mais fácil acompanhamento. Assim, temos uma das razões da preferência pelo financiamento a compra de imóveis usados que consumiu 42% do total de recursos destinados a habitação

"De uma forma geral, se pode dizer que se manteve [nesse período] ou até se acentuou uma característica tradicional das políticas habitacionais no Brasil, quer dizer, uma atenção crescente as classes de renda média. Entre 1995 e 2003, 78,84% do total dos recursos que foram destinados a famílias com renda superior a cinco vezes o salário mínimo, todavia, somente 8,47% foram destinados para a baixíssima renda (até 3 salários mínimos) onde se concentra 83,2% do déficit quantitativo"

O PAR Reforma é mais exemplo da visão bancária do financiamento habitacional aplicada às habitações sociais, e das limitações desse tipo de política. Assim apesar de ser um programa destinado ao atendimento da demanda habitacional da população de baixa renda, esse programa, é visivelmente submetido ao princípio da auto-sustentação financeira da atividade.

O PAR tem duas formas de atuação, uma destinada à construção de novos empreendimentos habitacionais, geralmente situados na periferia das cidades, e outra voltada à reforma de edifícios. Essa modalidade, denominada de PAR Reforma, foi utilizada na produção dos empreendimentos na área central de São Paulo. Atualmente o PAR é administrado pelo Ministério das Cidades.

Os Estados e municípios que participam do programa devem: identificar os locais de implantação dos projetos, indicar as famílias a serem beneficiadas, promover a redução dos custos de implantação dos projetos, tais como, redução de tributos e taxas - e aportar recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, que sejam necessários a realização das obras e serviços do empreendimento. À CEF cabe operacionalizar o programa e gerir o FAR. As empresas do ramo da Construção Civil devem apresentar à CEF os projetos e executar os projetos de produção, reforma ou recuperação de empreendimentos nas áreas contempladas pelo programa. Uma vez ocupado o empreendimento, cabe a empresas do ramo de administração imobiliária, credenciadas pela CEF, administrar os contratos de arrendamento, os imóveis e os condomínios.

O programa é restrito a determinadas áreas, que são definidas territorialmente. Podem ser áreas de atuação do programa aquelas que estejam inseridas nas regiões metropolitanas e nos centros urbanos de grande porte, incluído aí, todas as capitais estaduais. Por centros urbanos de grande porte, a CEF entende os municípios com população urbana acima de 100 mil habitantes, tendo por base o Censo Demográfico 2000 (Fonte IBGE). No caso dessas cidades, as áreas de atuação são selecionadas pela CEF, em parceria com o poder público e sociedade civil organizada. Já nas capitais e regiões metropolitanas abrangidas pelo PAR, caso de São Paulo, as áreas de atuação foram selecionadas pelo governo federal, estadual, e municipal, em parceria com a CEF, e divulgadas por meio de editais publicados no Diário Oficial da União. Segundo a CEF, na identificação das áreas atuação para implantação do PAR, são observados os seguintes parâmetros: inserção na malha urbana, existência de infra-estrutura básica (água, solução de esgotamento sanitário, energia elétrica, vias de acesso e transportes públicos), facilidade de acesso a pólos geradores de emprego e renda, viabilidade de aproveitamento de terrenos públicos e favorecimento da recuperação de áreas de risco e ambiental

Para ter acesso aos recursos do PAR, a empresa construtora deve apresentar à CEF uma proposta de aquisição e produção de um empreendimento, inserido necessariamente numa área de atuação, que é submetida à análise técnica e de risco. A área útil mínima das unidades é de 37 m², exceto nos projetos de reforma que são analisados individualmente. A tipologia mínima das unidades é de 02 quartos, sala, cozinha e banheiro. As unidades habitacionais devem apresentar o seguinte padrão mínimo: piso cerâmico ou ardósia, azulejo nas paredes molhadas de box, pia, lavatório e tanque, vãos de porta com folha em todos os cômodos, revestimento e pintura internos e externos, compatíveis com o padrão da unidade, nas unidades horizontais usar telha cerâmica, laje de teto nos banheiros e forro nos demais cômodos, calçada em todo o perímetro da edificação. O prazo de execução das obras é limitado a, no máximo, 18 meses,

contados da data da assinatura do contrato. O valor de aquisição de cada unidade não pode ultrapassar R\$ 22.400,00, devendo ser inferior ao seu valor de mercado do imóvel, que é limitado a R\$ 35.000,00.

Após a conclusão do empreendimento, as unidades são arrendadas às famílias que atendem aos requisitos do programa. Apesar do poder público local identificar as famílias a serem beneficiadas pelo programa, a CEF é que realiza a seleção dos arrendatários por meio da análise cadastral, nos sistemas de proteção ao crédito, da apuração da renda familiar bruta e da margem de renda disponível para comprometimento de até 30% com as despesas de arrendamento. O valor inicial da taxa de arrendamento da unidade habitacional é igual a 0,7% do valor de aquisição do imóvel, e é reajustada anualmente pelo índice de atualização aplicado aos depósitos do FGTS na data de aniversário do contrato. O atraso no pagamento da taxa de arrendamento por mais de 60 dias consecutivos é motivo para retomada imediata do imóvel, sem direito à devolução de valores pagos a título de taxa de arrendamento.

A inovação do Governo Lula foi a criação do Ministério das Cidades. A partir desse órgão, o Governo Federal tem procurado tratar de forma adequada a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e das políticas setoriais de habitação, planejamento urbano, saneamento ambiental e de transporte e mobilidade urbana. A idéia é de conferir coerência às políticas públicas que antes ou inexistiam (para alguns autores) ou eram realizadas de forma dispersa por diferentes órgãos. A política habitacional, por exemplo, já esteve sob o comando do extinto Ministério da Ação Social, o que lhe conferiu à época um status de política meramente compensatória. O Conselho das Cidades, eleito pela primeira vez na Conferência de 2003 e na segunda em 2005, conta com a participação de entidades representativas dos movimentos sociais, profissionais, universidade, pesquisadores, empresários, ONGs, vereadores e demais níveis de governo, que compõem também quatro Comitês Setoriais.

O montante dos investimentos em habitação feitos pelo governo Lula mostram um aumento de 100% em relação ao governo FHC. Em 2005, totalizando-se os recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, do Orçamento Geral da União – OGU, da CEF e ainda os que são captados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, foram previstos R\$ 14,6 bilhões.

Outro fator importante a se destacar é em relação às prioridades de aplicação dos recursos. Trata-se de mirar o núcleo do déficit habitacional do país – que, segundo levantamento da Fundação João Pinheiro, está hoje próximo de 7 milhões de novas unidades habitacionais, com mais de 90% atingindo famílias com renda mensal abaixo de 5 salários mínimos.

Conforme pode ser visto na tabela abaixo, a partir de 2003 houve uma inflexão importante, tendo-se registrado uma redução percentual dos atendimentos habitacionais com recursos sob gestão federal (FGTS, FAR, FDS, OGU, FAT, CAIXA) nas faixas de renda acima de 5 salários mínimos em favor das faixas de renda menores. Em 2004, a maioria dos atendimentos (quase 60%) contemplou famílias com rendimento até 3 salários mínimos.

Número de Atendimentos Habitacionais por Faixas de Renda

	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%
Acima de 5 S.M.	126.394	41,6	110.937	31,6	89.393	21,9	123.000	19,1
Entre 3 e 5 S.M.	75.196	24,7	138.712	39,4	92.746	22,8	168.400	26,1
Até 3 S.M.	100.584	33,7	102.389	29,0	226.469	55,3	352.954	54,8
Total	304.176	100	354.041	100	410.612	100	644.354	100

Fonte: Relatório 30 meses do Governo Lula (Infra-estrutura/Habitação)

Houve uma redistribuição dos atendimentos pelas três faixas de renda aqui consideradas, ao lado do crescimento percentual dos atendimentos nas faixas de renda mais baixas registra-se também o crescimento em termos absolutos do total de atendimentos.

Deve-se mencionar ainda que a aprovação da Lei nº 11.124/05 – que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, e criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e seu respectivo Conselho Nacional, possibilita o aperfeiçoamento da política já em vigor, particularmente no que se refere ao subsídio habitacional para famílias de baixa renda. Essa lei é resultado do primeiro projeto de lei apresentado por iniciativa popular, em novembro de 1991, e condensa as expectativas de diversas organizações da sociedade civil que atuam no setor da habitação popular. É emblemático que um projeto de lei que passou mais de uma década tramitando no Congresso Nacional tenha sido sancionado justamente pelo Presidente Lula que, aliás, foi um dos seus signatários.

Visando impulsionar o mercado de imóveis para classe média, foram aprovadas medidas para aperfeiçoamento do marco regulatório e incentivo tributário com as Leis nº 10.931/04, 11.033/04 e 11.196/05 que foram combinadas à resolução do CMN destinada à desova de recursos para o setor produtivo. Após vinte anos de ausência de um marco regulatório para o saneamento básico, os esforços do governo Lula resultaram na aprovação do PLS 219/06, por unanimidade pelo plenário do Senado, no mês de julho de 2006.

Nesse momento vivemos um “boom imobiliário”, com grande oferta de financiamento para o seguimento de renda média, apesar dos esforços e da centralização realizados no governo Lula podemos dizer que houve a continuidade das políticas desenvolvidas no governo anterior.

Transcrevemos, a seguir, um longo trecho do trabalho de Oliveira (2005) que, a partir das premissas de Boito (1999), faz uma análise a respeito da redução das verbas com gastos públicos e o déficit habitacional:

De acordo com Boito (1999), a ideologia neoliberal, no plano da política social, tem como objetivo reduzir o papel do Estado e os direitos universais, aplicando políticas tais como a descentralização da prestação de serviços, a focalização de serviços públicos mínimos na população de baixa renda, a desconcentração participativa e também políticas de privatização. Tais medidas são descritas como algo necessário para a superação das crises financeiras e para eliminar a miséria, mas “na verdade, no plano

da doutrina, todas essas propostas procuram responder, de uma perspectiva neoliberal, a problemas colocados pelo próprio neoliberalismo na sua luta contra os direitos sociais”¹⁶. Vejamos.

A descentralização pretendida é a transferência de administração de verbas do governo federal para os governos estaduais e municipais, e não a democratização da decisão sobre o montante e destino de verbas. Exemplo disso ocorreu durante o governo FHC, quando cada estado passa a dispor de um orçamento anual para aplicação de recursos do FGTS em programas de desenvolvimento urbano. A descentralização também transfere as pressões da população do nível federal para o estadual e municipal. Com isso, o governo federal cada vez mais reduz as verbas dos gastos sociais sem ter a oposição da população. Por exemplo, mesmo frente a um quadro caótico de déficits habitacionais, os gastos com habitação e urbanismo caíram da insignificante taxa de 0,04% do total das despesas orçamentárias da União para 0,01%¹⁷. No que se refere à desconcentração participativa, temos o aumento gradual de Ongs (Organizações não governamentais) para as quais são transferidos os deveres do Estado¹⁸. Em relação à focalização dos gastos públicos na parcela mais miserável, temos por trás desse discurso a tentativa de redução máxima dos serviços públicos prestados à população, e a consequência imediata da focalização é um processo de privatização.

Contudo, temos alguns dados a respeito do déficit habitacional no período em questão, o que nos permite fazer algumas suposições. Vejamos.

Déficit Habitacional¹⁹ em 2002²⁰:

Brasilero		Geral do estado de São Paulo		Região Metropolitana de SP	
Urbano	5.414.944	Urbano	1.116.177	Urbano	-
Rural	1.241.582	Rural	45.580	Rural	-
Total	6.656.526*	Total	1.161.757	Total	596.232

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2001/ Boletim “Luta por Moradia”, nº10, 2002 apud OLIVEIRA, Nathalia Cristina. Os Movimentos dos sem-teto da cidade de São Paulo frente aos governos neoliberais (19950-2002)Projeto de Iniciação Científica, 2005, p7.

Comparando os dados da tabela com os do ano de 1995²¹, fornecidos pela mesma Fundação João Pinheiro, percebemos que durante a chamada “Era FHC” houve um aumento de 19,6% no déficit habitacional brasileiro, ou seja, no ano de 1995 o déficit habitacional quantitativo era de 5,6 milhões e em 2002 era de 6,7 milhões. A partir disso, supomos que também tenha aumentado o número de pessoas sem casa e, logo, a organização em movimentos sociais reivindicatórios de moradia.

No que se refere ao número de favelas, segundo o IBGE, entre 1991 e 2000, houve um aumento de 22,5%. Segundo Kowarick (2002)²², os anos 90 são um período em que

¹⁶ BOITO Jr, Armando. “Neoliberalismo e trabalhadores”. In: Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo, Xamã, 1999. p.79. apud OLIVEIRA, Nathalia Cristina. Os Movimentos dos sem-teto da cidade de São Paulo frente aos governos neoliberais (19950-2002)Projeto de Iniciação Científica, 2005, p7.

¹⁷ BOITO JR, A. op.cit. p.102. O período analisado é de 1990 a 1996. apud Idem, Ibidem, p7.

¹⁸ ZARPELON, Sandra R. “ONGs: novo movimento social ou nova filantropia?” In: ZARPELON, S. R. *A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGS e o cooperativismo da CUT*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp apud Idem, Ibidem, p8

¹⁹ Número de domicílios que faltam de acordo com a população existente que não possui moradia.apud Idem, Ibidem, p8

²⁰ Enquanto há uma discussão em torno das formas de cálculos para se ter o total do déficit habitacional no Brasil, há um consenso entre os pesquisadores em relação ao estoque de domicílios vagos que, segundo o Censo 2000 do IBGE, é de 6 milhões. “Estudo vê exagero em escassez de moradia” In: *Folha de São Paulo*, C1. 19 de dezembro de 2004. apud Idem, Ibidem, p8

²¹ LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (org). op. cit. p.396. apud Idem, Ibidem, p9

²² KOWARICK, L. “Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano” In: *Novos Estudos Cebrap*, nº63. São Paulo, 2002. . apud Idem, Ibidem, p9

acontece uma intensa mobilidade sócio-habitacional descendente, ou seja, as pessoas saem de casas próprias ou alugadas, mas que possuem padrões de habitabilidade, para viverem em favelas ou cortiços.

Dada essa situação, aumento das favelas e da falta de moradias, é necessário que se estabeleça a diferença entre o déficit quantitativo, que mede a necessidade de construção de novas moradias, e o déficit qualitativo, que levanta a quantidade de domicílios que apresentam padrões inadequados de habitabilidade, adensamento excessivo (mais de três pessoas por dormitório) e carência ou inadequação de infraestrutura (níveis de energia elétrica, água, esgoto e coleta de lixo abaixo do desejável). De acordo com os dados acima, percebemos que o déficit habitacional no Brasil é cerca de 6,7 milhões, sendo que uma porcentagem muito alta está concentrada no Estado de São Paulo, mais especificamente na cidade de São Paulo.

No governo municipal de José Serra tivemos uma grande ruptura de proposta para o centro de São Paulo. José Serra, dentro de uma concepção mais higienista, promoveu o despejo de famílias de sem teto de várias Ocupações, limpou a Cracolândia e tomou medidas polêmicas ao construir a “rampa antimendigo” numa das extremidades da avenida Paulista, com o objetivo de tornar o piso mais áspero e incômodo para expulsar os 30 moradores de rua do local, e colocação de bancos também com o mesmo nome, em praças, tais bancos possuem ondulações que impedem de serem usados para dormir. Outras ações criticadas foram a expulsão de moradores do viaduto na rua João Moura, e da tentativa de fechamento da cooperativa de catadores de Pinheiros.

Outra medida não confirmada seria a oferta de R\$ 5 mil para que cada família deixe a cidade e retorne aos seus locais de origem. José Serra e posteriormente o prefeito Gilberto Kassab fecharam o canal de comunicação com os movimentos do centro.

Nos anos 80, a abertura política e o fim da repressão não trouxeram os avanços esperados no âmbito social. Desde então, o país caminha na direção de práticas políticas neoliberais o que, na discussão sobre habitação, se traduz na tentativa por parte do Estado de rever o seu papel em função dos agentes do mercado. A falência fiscal do Estado que culminou na extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) e o colapso do padrão de financiamento federal na área urbana

levaram à estadualização ou até à municipalização das preocupações com políticas habitacionais. Contudo, a crise fiscal também bate às portas de Estados e municípios.

Vale a pena destacar que, nos anos 90, sobretudo em decorrência da crise fiscal, o Estado Nacional se questiona e busca redefinir suas áreas de atuação, como também ao mesmo tempo obriga os Estados da federação e os municípios a reverem e redefinirem seus papéis e compromissos. Cabe registrar que a política habitacional, compondo com outras problemáticas o quadro maior das políticas urbanas, sofre com a atuação descontínua do poder executivo. Uma ação política séria na área social careceria de compromissos reais de médio e longo prazo para que o planejamento urbano fosse implementado na íntegra. O fato é que o planejamento urbano na prática é descartável no sentido de não sobreviver muito ao governo que o elaborou.

O cortiço se faz presente na constituição histórica das grandes Cidades, tais como São Paulo, como uma das formas predominantes de habitação popular. Em 1881, dentro do contexto do naturalismo / realismo no país, que busca o predomínio da objetividade, da observação, da busca da verossimilhança, Aluísio Azevedo escreve o romance O Cortiço, que narra a vida miserável dos moradores de duas habitações coletivas no Rio de Janeiro.

A literatura descreve a realidade histórica da formação das cidades no país, os cortiços sempre fizeram parte dela, localizados em áreas centrais para facilitar o “acesso” ao trabalho.

A novidade, por assim dizer na política pública não está na questão se as populações de baixa renda possam efetivamente morar no centro, mas sim que elas possam morar no centro com dignidade, dignidade essa financiada por fundos públicos. A inovação está na intervenção do poder público com o fim de prover habitações populares na área central. Como vimos, a implementação e ampliação dessa política tem encontrado grandes dificuldades. Bonduki, ao discorrer sobre o tema diz:

"E uma alternativa que sob inúmeros pontos de vista e para todos os segmentos sociais melhora a cidade. No entanto, são tão fortes a inércia e o pré-conceito segundo o qual aos pobres esta reservada a periferia da cidade, que apenas um amplo processo de discussão e divulgação das experiências e de luta e mobilização poderá reverter uma lógica que gera uma segregação urbana socialmente injusta e economicamente ineficaz.

3. Os movimentos de moradia do centro de São Paulo

Para refletirmos sobre os rumos que o movimento social urbano, especialmente os Movimentos de luta pela moradia no Centro de São Paulo, lançaremos mão do trabalho realizado no campo, ou seja, das entrevistas com membros dos Movimentos da região Central de São Paulo. Assim, conheceremos um pouco mais sobre suas trajetórias, seus pensamentos, opiniões, e sobre as organizações em que atuam e sua dinâmica interna.

Os tópicos abordam pontos-chaves para a melhor compreensão de como os Movimentos pensam e se posicionam, não só em relação ao centro de São Paulo, mas, também, entre os próprios movimentos, e assim visualizar o quadro existente.

Para proteger os entrevistados não utilizamos seus nomes verdadeiros e omitimos as informações pessoais ou a posição hierárquica que ocupam.

Os movimentos de moradia da área central de São Paulo nasceram nos anos de 1980, a partir das lutas de moradores de cortiços que sofriam com as altas taxas de água, luz, IPTU e com os abusos dos intermediários e despejos sem aviso prévio. Segundo a liderança de um movimento de moradia que atua no centro, “daí veio a consciência de lutar pela casa própria e pelo resgate da cidadania daqueles que vivem à margem da sociedade”²³.

Conforme um dos entrevistados “A luta pelo direito ao centro da cidade de São Paulo não é uma luta nova”. Desde 1982 havia o Movimento Unificado de Favelas e de Cortiços (MUF). Durante a gestão de Jânio Quadros, foi elaborada a Lei Moura, cujo intuito era qualificar os cortiços do centro.

²³BENOIT, Hector. “A luta popular pela moradia: entrevista com Luís Gonzaga da Silva (Gegê)”. *Crítica Marxista*, n.º 10, out., pp. 157-172, 2000.

Mas a luta ganhou seu impulso e sua força na segunda metade da década de 90, com uma intensa articulação dos movimentos na área central para garantir o direito a morar no centro da cidade de São Paulo. Acho que a identificação dos prédios vazios no centro foi um dos principais pontos da luta pela garantia do direito de morar no centro, quer dizer, um processo de esvaziamento da área central, de desvalorização das regiões e de degradação do centro levou os movimentos de moradia a uma luta por melhoria das condições de vida no centro da cidade e por morar no centro da cidade de São Paulo. O mercado também olhou para o centro mais ou menos nesse período, olhando o centro também com outros olhos: não por esse viés do direito à moradia, mas buscando empreendimentos imobiliários ligados, principalmente, à área cultural, à área de requalificação de patrimônio, mas no sentido de garantir o retorno, vamos dizer assim, do acesso dos setores médios da classe média à área central. Então há uma disputa nesse território muito pesada, a partir de 1995, entre os movimentos no centro.

A partir da organização de moradores de cortiços e de pessoas que lutavam por moradia digna no centro de São Paulo começaram a ser oficializados movimentos de moradia. O primeiro a se formar foi a União para a Luta de Cortiços (ULC), juridicamente fundada em 1991. A partir dos depoimentos das lideranças dos movimentos de moradia que atuam na região central, pode-se considerar a ULC como a matriz de todos os grupos que surgiram posteriormente, pois em seu núcleo encontravam-se diversas lideranças que hoje atuam em outros movimentos sociais do centro.

Quando narram as suas origens, quase todos os movimentos se remetem às lutas por moradia na década de 1980 e às ações organizadas quando ainda integravam a ULC. O Fórum de Cortiços e de Sem-Tetos e o Movimento de Moradia do Centro (MMC) surgiram de “rachas” na ULC: o primeiro tem como coordenadora, desde a sua fundação em 1993, Verônica Kroll, e o segundo, do qual Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, era coordenador representante, surgiu por volta de 1997.

Na segunda metade da década de 1990, os movimentos de moradia começaram a ocupar imóveis vazios, especialmente edifícios públicos, no centro de São Paulo como estratégia de luta e de organização urbana de trabalhadores empregados e desempregados. Reivindicava-se o direito à moradia nas áreas centrais, com todos os atributos que esta localização territorial

oferece, como oferta de empregos, acessibilidade urbana, serviços de educação e saúde, entre outros. Em 1997, realizou-se a primeira ocupação no centro de São Paulo: mil e quinhentas famílias organizadas pela ULC ocuparam durante cinquenta e um dias um casarão na Rua do Carmo.

Inicialmente, a intenção era ocupar imóveis vazios para morar. Entretanto, muitas ocupações se transformaram em “depósitos de gente”, nas palavras de Verônica Kroll, e em grandes cortiços, com a diferença de que não era preciso pagar aluguel. Eram moradias provisórias e precárias, sempre ameaçadas por ações de despejo, com constantes casos de violência e de controle pelo tráfico de drogas; em outras palavras, não havia nada de “moradia digna” no dia-a-dia da vida nas ocupações, o que causava profundos desgastes entre os membros dos movimentos. Por isso, essa estratégia de luta começou a ser reavaliada no final da década de 1990 e início de 2000. Os movimentos decidiram então fazer ocupações breves, com duração de poucos dias, para dar visibilidade para a questão da moradia e pressionar o poder público. Segundo algumas lideranças, somente aparecem na mídia os momentos de ocupação e de despejo; todo o resto fica invisível ao poder público e à sociedade e quem sofre são as pessoas que vivem dentro das ocupações.

Essa mudança no caráter das ocupações foi um dos principais aspectos que geraram novos “rachas” no interior dos movimentos de moradia. Assim, surgiram duas dissidências que ainda hoje são favoráveis a ocupar imóveis para utilizá-los como moradia, ao mesmo tempo em que lutam por políticas públicas habitacionais: o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) e o Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC). O MSTC, fundado em novembro de 2000, é um “racha” do Fórum de Cortiços. O MMRC, que tem como liderança principal Nelson Souza, surgiu em 2003 de divergências no interior do MMC.

É importante ressaltar que apenas com base nos depoimentos, em um primeiro momento, não é possível determinar quais são exatamente os pontos de divergência e as causas da fragmentação dos movimentos. O membro do MMRC, por exemplo, em nenhum momento da entrevista falou que tinha suas raízes no MMC, fato esse que só foi revelado durante entrevistas com outros atores. De qualquer forma, a questão da divergência no caráter das ocupações foi a mais explicitada para explicar a formação do MSTC e do MMRC.

O modo de articulação dos diversos movimentos populares é definido a partir da elaboração de uma estratégia global que possibilite o avanço concreto de suas lutas específicas e imediatas. As diferentes propostas não só advêm da compreensão diferenciada do papel dos movimentos populares no enfrentamento do capitalismo e da globalização. Os objetivos que perseguem e o modo de se organizarem na luta por tais objetivos estão vinculados, explícita ou implicitamente, a determinadas estratégias e projetos políticos. Algumas dessas estratégias são constituídas democraticamente pelos movimentos; outras são elaboradas no interior de partidos, igrejas e tendências, definindo o papel e o modelo de organização para os movimentos que passam a ter uma função tática na realização de tais estratégias.

No panorama sobre os movimentos de moradia que atuam no centro de São Paulo, encontramos cinco movimentos – Fórum de Cortiços, Movimento de Moradia do Centro, Movimento de Moradia da Região Centro, Movimento dos Sem-Teto do Centro e União para as Lutas de Cortiços – e duas entidades que formam eixos estruturadores – União dos Movimentos de Moradia (UMM), ligada à Central dos Movimentos Populares (CMP), e Frente de Luta por Moradia (FLM).

O Fórum de Cortiços, o Movimento de Moradia do Centro (MMC) e a União para as Lutas de Cortiços (ULC) surgiram ainda na década de 1980 e são filiados a União dos Movimentos de Moradia (UMM) e a Central dos Movimentos Populares (CMP). Esses

movimentos não utilizam mais as ocupações de imóveis vazios como moradia para os seus integrantes, mas sim como instrumento de pressão contra o poder público para a formulação de políticas públicas habitacionais.

Configuração dos movimentos de moradia



O Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) e o Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) surgiram depois de 2000 e são filiados a Frente de Luta por Moradia (FLM). Esses dois movimentos recebem um grande suporte de uma organização não-governamental chamada Apoio, que, inclusive, é responsável pelo pagamento do aluguel da sede do MSTC, do MMRC e da FLM (na Avenida São João). O MSTC e o MMRC são favoráveis à ocupação de prédios para que sirvam como moradia e acusam alguns movimentos filiados a UMM de serem cooptados pelo governo.

Por fim, cumpre destacar que todos os movimentos de moradia pesquisados contam com o apoio de ONGs e/ou assessorias técnicas. Os movimentos filiados a FLM, como colocado anteriormente, têm uma forte ligação com a Ong Apoio. A ULC também possui relações estreitas com a Integra²⁴, assim como o Fórum de Cortiços com a Fábrica Urbana (inclusive, uma das coordenadoras do Fórum recebe um salário dessa assessoria para dedicar-se ao movimento). O

²⁴ É um grupo de profissionais que utilizam o trabalho interdisciplinar como metodologia para desenvolver, planejar e implementar projetos. Atuam nas áreas de Projetos de Engenharia e Arquitetura, Construção, Assessoria Técnica, Viabilização de Empreendimentos, Trabalho Social, Economia Solidária, Segurança, Alimentar e Saneamento Ambiental.
Fonte site: www.integracoop.com.br

movimento que menos demonstrou ligações foi o MMC, que no passado recente tinha forte relacionamento com outras entidades, além da que será apresentada, o que talvez se deva à conjuntura de reestruturação pela qual vem passando, de perda do seu líder e despejo de suas ocupações.

Apesar dessas relações com ONGs, institutos e assessorias, os membros entrevistados não pouparam críticas a essas entidades. O entrevistado da UMM reclamou de que hoje se tornou uma “exigência”, por exemplo, para a obtenção de financiamento que os projetos sejam elaborados por uma ONG. A falta de espaços para a participação dos moradores de cortiços na elaboração de projetos habitacionais, a tentativa de tomarem decisões políticas ao invés de se restringirem apenas às questões técnicas, a existência de profissionais que não têm conhecimento sobre a realidade vivenciada pela população de baixa renda, dentre tantos outros aspectos, também foram criticados na ação das assessorias técnicas e ONGs, isso sem falar naquelas entidades que estão interessadas apenas nos recursos financeiros. Outra crítica recorrente, e que se aplica também à universidade, é a de que as ONGs se utilizam das histórias dos movimentos para a sua autopromoção, para escreverem livros, teses, etc., mas que estão pouco comprometidas com as lutas cotidianas desses mesmos movimentos.

No sentido de melhor esclarecer as ligações entre os vários movimentos que atuam na região central da cidade de São Paulo traçamos no item seguinte um panorama histórico dos mesmos, destacando suas principais características.

3.1 Histórico e formação

União Nacional por Moradia Popular (UNMP)²⁵.

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP), assim como a Central dos Movimentos Populares (CMP), é uma entidade de caráter nacional. Contudo, ao contrário da CMP, que congrega os mais variados movimentos, a UNMP tem um caráter mais específico, relacionado à questão da moradia. No interior da UNMP há as chamadas Uniões Estaduais e Uniões Municipais, regionais nas quais se organizam os movimentos locais de moradia. Um exemplo é a União dos Movimentos por Moradia de São Paulo (UMM), entidade de caráter estadual que, no município de São Paulo, divide-se em cinco regionais – Sul, Sudeste, Norte/Noroeste, Centro e Leste. No interior de todas essas regionais há uma série de outros movimentos locais. No município de São Paulo, são mais de cem entidades filiadas a UMM. Cada regional possui uma coordenação e cada coordenação regional tem movimentos específicos com suas coordenações locais.

A União Nacional por Moradia Popular está presente em dezessete Estados. Em São Paulo, originou-se em 1982, com o processo de organização dos movimentos de favela em São Paulo – o primeiro foi o Movimento Unificado de Favelas (MUF). Nesse período e em especial após 1985, a Pastoral da Moradia da Arquidiocese de São Paulo, coordenada pelo padre Ticão, exercia um papel fundamental e ampliava seu foco de atuação para uma articulação dos sem-teto na cidade de São Paulo. Das primeiras articulações dos sem-teto participaram organizações da zona oeste, advogados ligados à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) – tais

²⁵ Data: 08/08/2005

Local da entrevista: sede da Central dos Movimentos Populares, na Rua Fiação da Saúde, 335, Saúde.

Duração da entrevista: 1h30 (das 11h30 às 13h).

Entrevistadores: Lúcio Kowarick, João Peschanski, Roberta dos Reis Neuhold.

como Miguel Reis Afonso e Henrique Pacheco –, parlamentares como Irma Passoni e Luiza Erundina. Tratava-se de um forte processo de resistência e enfrentamento contra a prefeitura (gestão Jânio Quadros), que executava um programa de “desfavelamento”. Também nesse período já havia um princípio de erradicação dos cortiços e de reurbanização da área central para construir complexos de escritórios, centros empresariais, etc.

Nesse processo houve muita resistência, muita articulação do Centro de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo e também dos movimentos. Esse processo de mobilização e de articulação dos movimentos gera também na periferia, vamos dizer assim, mobilizações e organização dos movimentos, e aí sim, naquele momento a gente chamava de Movimento Sem Terra e que hoje nós chamamos de Movimento Sem Teto, basicamente as famílias que pagavam aluguel. Esse processo de resistência gera uma luta que nós chamava de ocupação aqui na cidade de São Paulo. Há, entre 1985 até 90, um intenso processo de ocupação de áreas vazias pelos sem-teto aqui na cidade de São Paulo, na periferia, principalmente.

A luta por moradia na cidade de São Paulo pode ser dividida em “cenários”. O primeiro, de 1980 a 1985, foi de forte luta dos movimentos de favela. O segundo, de 1985 a 1990, caracterizou-se pela intensificação das ocupações de terra nas periferias de toda a cidade. Os sem-tetos ocuparam uma série de áreas vazias, dentre as quais a Fazenda da Juta e o terreno do INSS em que hoje se localiza Heliópolis. No geral, não havia um movimento organizado coordenando essas ações, que eram realizadas, basicamente, por famílias que pagavam aluguel. Entretanto, existia interlocução e apoio da Pastoral da Moradia e de universidades (“pessoal da PUC”, Centro XIII de Agosto da PUC, Ermínia Maricato). A primeira metade da década de 1990, por sua vez, especialmente durante a gestão de Luiza Erundina, na prefeitura de São Paulo, foi marcada pelos mutirões autogeridos.

União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM)²⁶

A União dos Movimentos de Moradia (UMM), hoje organizada em trinta e oito municípios do Estado de São Paulo, foi fundada oficialmente em 1992, embora constituísse desde 1982 uma articulação municipal denominada União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.

A UMM possui uma diretoria e uma executiva com nove membros e uma coordenação ampliada, atualmente com cerca de quarenta pessoas. Esses membros são escolhidos em congressos estaduais bienais – o IX Congresso Estadual ocorreu em maio de 2005, em Suzano, Grande São Paulo. Cada região escolhe os seus delegados. Possuem uma secretária e um assessor jurídico que são remunerados. Nenhum outro membro é remunerado pela entidade, por exemplo, os coordenadores.

As reuniões da coordenação executiva acontecem toda segunda-feira na sede da UMM, na Barra Funda, e as reuniões da coordenação ampliada ocorrem no segundo sábado do mês (na parte da manhã, há a reunião da coordenação ampliada da capital e, na parte da tarde, a reunião da coordenação estadual ampliada).

Possuem uma base bastante ampla com muitos militantes. Citando apenas os grandes movimentos, a regional Leste e a Oeste têm, cada uma, cerca de cinco mil filiados, a Sudeste três mil e a Norte por volta de dois mil filiados.

Essa organização possui duas formas “de sobrevivência”. Uma é a contribuição das entidades associadas a ela. Nesse caso, o número de filiados é utilizado como critério para determinar o valor da contribuição: movimentos de porte pequeno (com até 500 filiados) colaboram com R\$ 75,00 por mês; os de porte médio (entre 500 e 1.200 militantes), com meio

²⁶ Data: 04/11/2005.

Local: sede da Central dos Movimentos Populares, na Rua Fiação da Saúde, 335, Saúde.

Duração da entrevista: 1h30 (das 11h30 às 13h).

Entrevistadores: Daniel Lage e Roberta dos Reis Neuhold.

salário mínimo; e as grandes entidades (com mais de 1.200 filiados) contribuem com um salário mensal. Cada movimento determina quanto e como cada membro contribui; uma forma adotada é a de que cada militante pague mensalmente o valor de dois passes de ônibus (o equivalente a R\$ 4,00, na época da entrevista); um passe vai para a UMM e o outro para o movimento. A outra fonte de renda da UMM não foi citada pelo entrevistado nesse momento, mas provavelmente é a fornecida por uma organização não-governamental católica da conferência episcopal alemã, chamada Miserior: “A União dos Movimentos de Moradia tem uma parceria internacional para financiamento do seu projeto, nós temos a Miserior, que é uma organização alemã que dá um apoio para poder manter, institucionalmente, a entidade...”.

A UMM tem o apoio de diversas entidades e organizações não-governamentais como o Instituto Pólis, o Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (LabHab FAU-USP), a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Conta também com assessorias técnicas, tais como as ONGs Fábrica Urbana, a Ambiente, a Piabiru, a Grão Assessoria, que são contratadas para elaborar projetos específicos. Essas assessorias não recebem recursos financeiros dos próprios movimentos, mas sim pela parcerias em projetos aprovados pela Caixa Econômica Federal, do governo do Estado ou da Prefeitura.

Os movimentos filiados à UMM possuem convênios para a construção de casas.

Por exemplo, o Fórum de Cortiços (...) tem com a Caixa [Econômica Federal] projetos para fazer moradia no centro, na própria prefeitura, com o governo do Estado ou com o governo federal. Lá em Heliópolis a mesma coisa: eles fazem convênios para construir mutirão, casas ou para fazer a urbanização da favela. Então tem convênios das entidades filiadas.

Segundo o entrevistado, a UMM possui duas formas de protestos: uma por meio da via institucional, e a outra por meio da ação direta.

A União tem duas formas de luta. Uma no campo institucional, então, a gente tenta garantir legislação ligada ao tema da moradia, por exemplo, a aprovação do Fundo Nacional de Moradia Popular, garantir que o Conselho tenha uma gestão transparente e garantir recursos no orçamento, então essas lutas são feitas mais no campo

institucional do movimento. E a outra é a forma direta, através das passeatas, das mobilizações e das ocupações.

Como exemplo da ação direta do movimento temos em 2005, a realização de duas manifestações importantes: em 7 de março, cobrando do governo municipal, estadual e federal, políticas de habitação na cidade de São Paulo; e em junho. Em 15 e 16 de agosto houve ainda uma Marcha Nacional da Reforma Urbana, que foi até Brasília.

Já no final da gestão de Marta Suplicy, as principais ações da UMM no centro, visavam principalmente a garantir “que pelo menos os programas do centro pudessem avançar”, ter continuidade, independente da vitória ou não do Partido dos Trabalhadores (PT). “Além desses programas de locação social, garantir que os programas com recurso do governo federal” por meio “do programa de arrendamento residencial, que é um programa que não atinge as famílias de baixíssima renda, mas atinge famílias de três salários mínimos até cinco, também pudessem ser viabilizados aqui no centro”.

União para a Luta de Cortiços (ULC)²⁷

A ULC foi constituída juridicamente em 1991. Foi a primeira entidade na cidade de São Paulo a ser formada em torno da questão dos cortiços. O trabalho na região central tem como base o ano de 1992, após Luíza Erundina ter dado toda uma prioridade para os mutirões na periferia, e deixando dois marcos na cidade: Madre de Deus, na Mooca, Casarão da Celso Garcia, no Brás.

²⁷ Data: 08/09/05.

Local: sede da ULC, na Rua Libero Badaró, 92, sala 11, centro.

Duração da entrevista: 1h30 (das 10h30 às 12h).

Entrevistadores: Daniel Lage, Janaína Bloch e Roberta dos Reis Neuhold

A partir daí toma força uma discussão de que morar no centro sairia muito mais barato para as famílias, melhoraria a qualidade de vida. “Por que ir pra periferia, se poderia estar revitalizando os bairros onde tem as grandes concentrações de cortiços?”. Nesse sentido, foi fundada a ULC na Rua do Carmo, na Sé, próximo ao Poupatempo, para lutar pela questão da habitação na região central. Em 1997, foi realizada a primeira ocupação, a maior naquela época, no centro de São Paulo, que foi no casarão da Rua do Carmo. Hoje, funciona no local uma escola secundária, restaurada e tombada pelo patrimônio histórico. Ocuparam, na época mil e quinhentas famílias.

A ULC foi “formatada” no largo Santa Cecília. Durante oito anos, as reuniões aconteciam na igreja, em um salão; depois houve uma divergência política que resultou em um “racha”, do qual surgiu o Movimento de Moradia do Centro (MMC), coordenado por Luiza Gonzaga, o Gegê. O membro da ULC explicita apenas divergências de pensamento para quebra do grupo.

– E o que motivou esse racha?

– Não sei te falar, acho que... Não sei, acho que a gente tem que respeitar as pessoas, cada um pensa de uma forma, cada um pensa da forma como tem que pensar e nem sempre vem de encontro com os nossos pensamentos.

A União é composta por dezessete membros da diretoria, executiva e suplência. A diretoria é composta por secretário, comunicação, financeiro, e o presidente, que é chamado de coordenador representante. Pela ordem segue o primeiro, o segundo e o terceiro secretários, o suplente do financeiro e o suplente do coordenador representante. Há também uma comissão de ética e um coordenador de projetos.

O mandato é de dois anos e são realizadas eleições de chapa única. “Na mudança de diretoria, nós não brigamos, não quebramos o pau, não vai lá disputar, nós conversamos, o corpo, a diretoria da ULC, a gente já sabe as pessoas que estão preparadas para assumir o cargo, e nós

indicamos, montamos a chapa, e é uma chapa única, sem brigas, pelo menos até hoje nunca deu uma briga, nunca deu nada, né”. A chapa é oficializada em plenária.

Oito grupos relacionados aos bairros: Bela Vista, Campo Belo, Cambuci, Brás, Belém, Mooca, Bom Retiro, Glicério e Pari compõe a ULC. Observa-se, assim, que há uma corrente de diversificação, com a decisão de não trabalhar só no centro

Hoje nós estamos com um projeto lá no Jabaquara, buscando, na periferia, estar ajudando, porque é muito engraçado hoje, no grupo fazia parte todo mundo que mora nos cortiços, mas hoje nossos grupos de origem, onde funcionam as reuniões, pedem para as pessoas levantarem a mão, muitos são de Itaquera, Guaianases (...). Diversificou muito, então assim, a ULC tem que começar a olhar, porque não adianta espremer o pessoal, a cultura está favorecendo mudanças.

Todas as conquistas são divididas entres os oitos grupos.

Não dividimos tipo um pega mais ou você é do Brás então só o Brás é teu, é um trabalho conjunto, se tiver cem unidades, cem é para os oito grupos, o grupo pode estar lá do outro lado da cidade, mas ele é beneficiado, e essas pessoas que estiverem lá elas podem morar nesse projeto. (...) A gente trabalha dessa forma, tudo é dividido aqui dentro, a pessoa sozinha não divide nada, tudo é um conjunto, tudo que se passa aqui e por dentro desse conjunto dessa diretoria, mais a coordenação ampliada que freqüenta aqui.

A entidade não conta com quadro técnico. “por enquanto, trabalhamos fazendo plantão, cada grupo destina alguém para estar exercendo esse papel (...) lógico que lá na frente, há a idéia é ter aqui uma secretária, mas que ela seja voluntária, porque nós não temos dinheiro”.

Indiretamente, apenas com base nos cadastros, a ULC conta com cinco mil pessoas. Atuando, diretamente, de dois mil a dois mil e quinhentos, dependendo de cada grupo. O 21 de Abril e a Celso Garcia são uns dos maiores grupos. A única forma de obtenção de recurso é a de contribuição dos próprios militantes do movimento, o líder apresentou uma certa preocupação em explicar essa parte, por conta de mal entendidos na mídia. A sede do Movimento é alugada e não há ninguém do movimento que seja remunerado.

– Contribuem. Então... me deixa passar direitinho, porque geralmente as pessoas não entendem, até a imprensa teve um princípio de ir atrás dos líderes, mas a ULC sempre muito correta, falamos que ainda não temos projetos por que nós somos éticos, ou por

falta de recursos. Como funciona cada grupo? Eles têm uma contribuição de cinco reais. Por exemplo, se tem duzentas pessoas no grupo, nem todos têm condições de pagar, mas nem por isso nós não deixamos de participar e muitos têm consciência, dizem “olha, eu não estou trabalhando, mas quando trabalhar eu vou contribuir” [e nós não dizemos] “vai embora porque você não tem dinheiro”, não é isso. Justamente a contribuição é para dar vida. A gente depende de folha, roda, tinta, conduções, que a gente vive disso, de ir à CDHU, no Estado e tal... cartão, alugamos o ônibus para levar as pessoas e vai por conta do grupo, aí tem uma parcela x, vinte e cinco por cento vem para a entidade e vinte e cinco fica para o grupo. Porque aqui paga aluguel, aqui tem água, tem telefone e tem luz, então, justamente, é só para isso, todos os grupos usam esse critério de contribuição.

– Então ninguém é remunerado pelo Movimento?

– Imagina... nós pagamos para fazer movimento, essa é a grande verdade, sofremos na carne, na pele.

A Assessoria jurídica e técnica é feita pela Integra, assessoria e cooperativa que acompanha a ULC há quase dez anos. A Integra já fez vários projetos para o centro em São Paulo, como o Consórcio da Juventude, o Cursinho da Poli, “eles trabalham muito com a ULC e, lógico, com outros movimentos, mas eles têm uma ligação muito forte com nós”. Para a ULC, por exemplo, fez dois projetos: na Celso Garcia (com oitenta e quatro unidades) e no Brás (prédio particular). Este último está parado, no entanto, há uma briga com a COHAB, “porque a gente quer a demanda para nós, porque fomos nós que indicamos”. O Movimento possui um terreno ocupado no Brás, do INSS, para o qual a Integra está fazendo um projeto de 247 unidades.

[O papel da assessoria] é o movimento apresentar projeto, eles fazem um estudo de viabilidade, depois faz o projeto e apresenta na Caixa. E o movimento briga para que esse projeto passe e possa ser remunerado, porque é super caro montar um projeto, não é fácil, de repente, é um risco que eles [assessorias] correm. A Integra tem a idéia de não fazer a construção para movimento popular, tem outras coisas, como a construção de uma escola para o MST lá em Guararema. Eles não sobrevivem dos movimentos, eles auxiliam os movimentos sociais. Têm muitas assessorias que acabaram, ou que só é viva na gestão democrática e depois acaba. Eles têm outro papel de trabalho, eles às vezes participam com a gente, vêm dar palestra de como funciona a assessoria técnica, trabalhamos juntos, decidimos projetos juntos, quando eles os montam trazem para plenária. Então eles sabem trabalhar com movimento e tem muitas assessorias que o movimento engole aquilo, porque quem paga é a família, ou monta uma caixa de fósforos, e a gente prefere diminuir a quantidade, mas aumentar o tamanho, pelos menos sempre trabalharam super bem.

Na parte jurídica, a ULC conta com advogados, estudantes de direito simpatizantes com a causa.

Tem entidade que tem advogado próprio, nós da ULC já tivemos próprio na associação da Moóca, hoje nós temos vários que é assim, não é direto, mas na hora que nós precisarmos estão juntos. Por exemplo, o (...), que saiu da São Francisco, a faculdade dele aqui, temos o (...) que hoje é o secretario jurídico e está lá em Brasília, que ajudou a ULC, principalmente, a 21, tem varias pessoas, tem o centro jurídico da Gaspar Garcia. A parte jurídica é bem coberta.

Há ainda outras pessoas que assessoram o movimento.

Nós temos uma das fundadoras da Moóca e de vários movimentos, que hoje é assistente social, algumas pessoas que são formadas e que acompanham o movimento. O (...) terminou economia, veio do cortiço, mas dá uma mão grande para os movimentos que assessora. Então a gente tem alguns formados que saem do movimento e que não saíram também, dão uma ajuda para os movimentos, não financeira, mas ajuda técnica.

O entrevistado destaca ainda a existência de convênios: “Fechamos um convênio o SESI, na Bahia, mas estamos tentando fechar outro, por conta de seminários, capacitação. Nós fechamos um convênio com a Poli, o cursinho, quinze pessoas que estão fazendo cursinho para ver se entram numa faculdade”

O tipo de protesto realizado pela ULC consiste em ocupações pontuais com dias e horas marcados. Mobilizam certa de 300 a 400 pessoas – como são realizadas durante a semana, fica mais difícil trazer um número maior de pessoas. Há uma agenda que é seguida pelos Movimentos sociais como um todo.

Nós fomos para Brasília esses anos que o Lula entrou. No primeiro ano e no segundo, fomos porque tinha um projeto de lei de iniciativa popular que era o Fundo Nacional de Moradia Popular e que está fazendo 14 anos em outubro agora, que, graças a Deus, foi sancionado, tá lá, dia 14 agora, que passou, de agosto, nos fomos à Brasília na marcha que em todos os anos nós fazemos. Nós tivemos 15 audiências, durante os dias 15 e 16. Uma delas foi com o presidente Lula, uma delas foi com o Severino, outra delas foi com o ministro da Cidades, Márcio, que foi trocado, e a outra delas foi com o ministro do Planejamento, a outra delas foi com a SPU.

Nós ocupamos dia 12 de agosto o INSS aqui funcionando, e falamos: ou vocês fazem ou nós não saímos e ocupamos com 200 pessoas. Aí pegamos presidente do INSS, superintendente, todo mundo ali na boca da botija, foi aí que eles anunciaram o começo da obra que estava parada, vamos trabalhando para que o governo federal tenha uma marca aqui em São Paulo. Eu não vi e vocês não viram nada do tipo que o governo construiu algo em São Paulo. Vamos acreditar que esse INSS, 9 de julho, Brás, Conselheiro Crispiniano, Vila Monumento, no Ipiranga, um terreno na Moóca que nós indicamos, que essas coisa saiam do papel de verdade.

Nesse caso, se nós quisermos fazer alguma ação específica a gente avisa a União [dos Movimentos de Moradia] e a gente vai fazer, mas eu acho, (...) que os movimentos respeitam uma agenda geral. Por exemplo, ontem foi dia 7, foi o Grito dos Excluídos, todos os movimentos foram para a rua, nós fomos, a ULC encontrou com a União. Dia 3 de outubro é o Dia dos Sem-Teto e vamos sair todos juntos. Dia 31 de maio, dia nacional de políticas públicas, todos nós juntos. Dia 1 de abril temos uma característica, de fazer uma ocupação simbólica na União, dia tanto é o dia da Aids, tudo a gente participa, dia tanto é o dia da marcha... Então, nós participamos muito mais em conjunto. É aquilo que eu falei lá atrás, é muito mais forte você fazer uma ação em conjunto do que individual. Individual você se torna mais fraco, mais fragilizado.

Movimento de Moradia do Centro (MMC)²⁸.

A sede se localiza na rua do Ouvidor, em um prédio da Secretária de Cultura do Estado de São Paulo. O local está ocupado há oito anos, e se encontra organizado em “pequenos apartamentos”, divididos com finos compensados. Hoje, a ocupação está com setenta e três famílias, mas já contou com noventa e uma, muitas já estão desocupando o prédio em vista da data para tal (13/11/2005). Esse prazo foi um acordo do Movimento com os procuradores. No primeiro andar fica uma sala da organização do Movimento, na qual se realizou a entrevista. Nesta sala, há fotos da trajetória do Movimento, outras ocupações e momentos de confraternização de final de ano da Ocupação.

O MMC iniciou suas atividades por volta de 1984. Em um primeiro momento, sua composição restringia-se a moradores de cortiço que se organizavam para protestar contra as taxas de água, luz e IPTU. A luta cresceu e passaram a considerar que era muito pouco lutar só por água e luz, por tarifa mais baixa. Começaram a lutar por moradia e ainda nos anos 1980 formaram a ULC, que era um grupo matriz.

Começamos a lutar por moradia, aí, nesse meio tempo a gente foi vendo que na cidade de São Paulo, principalmente no centro de São Paulo, vários prédios desocupados aí, ociosos, e muita gente sem moradia sendo despejado porque o preço do aluguel do cortiço é muito alto e as famílias ganhavam um salário e não podia pagar, tinha seus

²⁸ Data: 26/08/2005.

Local: sede do MMC, na Rua do Ouvidor, 63, centro (prédio ocupado).

Duração da entrevista: 1h30 (das 10h30 às 12h).

Entrevistadores: Daniel Lage, Janaina Bloch e Roberta dos Reis Neuhold.

filhos e não podia pagar. Foi quando nós decidimos fazer a primeira ocupação, né, foi junto à ULC, foi um prédio da Secretaria da Fazenda aqui na rua do Carmo.

A ocupação foi em junho de 97 e durou cinqüenta e um dias.

Quanto às divergências políticas que motivaram a saída do MMC da ULC, são pouco explicitadas pela entrevistada.

Eu te juro que não lembro. Porque é assim, nós por problemas políticos, por divergências política nós saímos da ULC, né? Nós saímos da ULC, nós, o grupo do Belém também saiu da ULC e nós ficamos sozinho como o MMC. Porque até (...) na ocupação do prédio da rua do Ouvidor e do prédio da rua do Carmo, nós éramos um grupo chamado ULC.

O MMC conta com dezessete coordenadores estatutários, e não possuem um presidente, “nós temos coordenador político”, secretários e conselho fiscal. Há eleição a cada dois anos. “Aqui no prédio também tem uma coordenação (...) pra tocar, né. Mesmo nós sendo coordenadores do movimento nós também coordenamos aqui. E tem moradores aqui que são coordenadores do prédio”. Democraticamente, tudo é votado em assembléia

O MMC participa de toda e qualquer atividade “que seja pra resgatar a cidadania de alguém”. Quando não vai a base, vão os coordenadores. Fazem uma assembléia mensal que é do movimento geral e contam ainda com uma reunião de coordenação de oito em oito dias.

Há reuniões de algumas atividades paralelas como, por exemplo, pessoas que trabalham na pastoral da mulher que foram na Marcha Mundial de Mulheres. Um dos coordenadores do MMC, é coordenador da Central de Movimentos Populares.

O MMC participa de vários debates e seminários.

Hoje, por exemplo, nós vamos participar do debate da maioria penal, né? Hoje vai ter na Câmara. Então a gente participa de tudo que é bem-vindo e de tudo que é bom para o excluído, né?. Porque nosso objetivo é esse, nós trabalhamos com as pessoas mais excluídas, as pessoas que procuram são as pessoas mesmo que não pode, não têm como comprar uma moradia, então vêm pra luta dos movimentos sociais em busca de uma moradia.

O MMC não conta com quadro técnico remunerado. A divisão de tarefas é feita entre os coordenadores.

Não dá para dizer com precisão o número de pessoas cadastradas no MMC, mas talvez sejam cerca de cinco mil; quanto aos participantes atuantes, somam cerca de mil.

Não dá nem pra ter idéia quantos são cadastrados porque (...) raramente alguém não faz cadastro, né, e a gente tem muito cadastrado. Acho que se a gente for falar quanto nós temos cadastrados, deve ter uns cinco mil cadastrados. Só que não vão todos, (...), [em] assembléias mensais vão (...) mil e poucas pessoas.

Os participantes colaboram com R\$ 6,00 mensais de colaboração de seus participantes para cobrir custos com faixas, xerox, bandeiras, etc.

No que se refere a assessorias e convênios – O entrevistado cita várias entidades e ONGs, como o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, o Instituto Pólis, e a Integra. Toda vez que precisaram de ajuda, receberam-na dessas entidades. No entanto, no momento da entrevista eles estavam enfrentando uma situação de despejo e não havia nada sendo desenvolvido.

Hoje é assim, hoje acabou, agora nós... nós ainda temos algumas atividades que são pouca porque nós estamos em despejo. Nós estamos saindo daqui, né, nós temos que entregar esse prédio até o dia 13 de novembro. E várias famílias já saíram porque já foram beneficiadas, né, que também tem (...) uma “vitória”, entre aspas, (...) porque a vitória só será completa quando esse prédio for transformado em cinquenta e quatro unidades, aquele projeto bonito que a Integra fez, né, que tá lá na Caixa, aí a gente fala assim, nós tivemos uma luta muito árdua, que foi uma luta... vocês não têm noção como ... uma luta árdua segurar isso aqui quase oito anos sem um crime, sem um... maiores conseqüências assim.

Observa-se na entrevista o desânimo dessa liderança diante da quase paralisação do movimento: “Bom, sem contar essa decadência que nós estamos, que tá todos os movimentos sociais, nós só fazemos protesto naquilo que é negado pra gente.”

Movimento: Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC)²⁹.

O MMRC foi fundado no dia 28 de março de 2003, por conta de divergências políticas com o MMC. Na entrevista não houve comentário da origem do MMRC, mas parece que a divergência veio de uma reformulação na coordenação do MMC:

“O movimento, primeiro, não era MMRC, era outra sigla que eu agora não me lembro, que era mais abrangendo os moradores. E aí nós tivemos que modificar, devido à reformulação de coordenação e tudo, então, o nome foi mudado pra MMRC, com três anos fundado.”

Sendo muito recente, pelo que nos pareceu na entrevista, o MMRC ainda está se constituindo, participou de poucas ocupações e atos. Por conta disso, muitas questões ficaram vagas, como por exemplo, a capacidade de mobilização. Pois, pelo que parece o MMRC até a data da entrevista só havia participado de poucos atos, sem conseguir, portanto, quantificar uma “capacidade”.

O MMRC tem uma coordenação formada por um coordenador geral, um segundo coordenador, um tesoureiro, um segundo tesoureiro, e um coordenador fiscal. Os coordenadores são eleitos por votos dos filiados ao movimento. Fazem também assembleias mensais e reuniões semanais que acontecem na sede do movimento que é sede também da FLM.

O movimento ajudado pela Ong Apoio, que financia a sede da FLM e dos treze movimentos filiados à ela, bem como financia cursos de formação e palestras. O entrevistado vê a ong como uma parte do movimento, pois é voltada a questão da moradia:

“Nós não teríamos condições de estar alugando uma sala, principalmente aqui na São João, pra estar com a sede da FLM e o Apoio, por ser uma entidade que é propriamente voltada à moradia, à pesquisa, dados de moradia...”

²⁹ Data: 22 de Setembro de 2005

Local da entrevista: sede da FLM e dos movimentos a ela filiados. Avenida São João, 1495.

Duração da entrevista: 1h15 (das 10h30 as 11h15)

Entrevistadores: Daniel Laje, Janaina Bloch, Roberta Neurold

Conta hoje com dois secretários e dois advogados voluntários. Mas passou “um bom tempo” sem assessoria jurídica, fato que o entrevistado relaciona com a opção dos advogados em trabalhar com a burguesia:

“Nós temos o primeiro secretário, o segundo secretário e ficamos um bom tempo sem assessoria jurídica, até porque, o advogado, pra defender movimentos sociais, tem que fazer essa opção, como seria essa opção? Ele tem que decidir se ele vai trabalhar com a classe pobre ou com a burguesia, então, por esse processo, nós ficamos um bom tempo sem advogado, mas hoje o movimento tem dois advogados que são voluntários, que é o Doutor André e a Doutora Solange e nós vamos tocando o barco pra frente da forma possível.”

Quando questionado sobre os quadros técnicos remunerados, o entrevistado enfatizou o fato do movimento não ter dinheiro, e mesmo que se tivesse não remuneraria seus quadros. Contudo, há uma “ajuda de custo” :

“[Sobre a remuneração de quadros] Não, mesmo porque o movimento não tem dinheiro, e mesmo se tivesse, não remunerava, porque ia ter um vínculo como firma, como empregador e o movimento não pode ter esse vínculo como empregador. Então, o movimento, tendo condições, pode tá dando uma ajuda de custo pra qualquer quadro que esteja servindo ao movimento, como passe, refeição...porque tem gente que pega quatro conduções, mora lá longe”

O financiamento do MMRC é feito por uma contribuição pequena (um ou dois reais) das famílias filiadas ao movimento:

“A contribuição é muito pouca, porque nós não quer tirar mais do que nós já tira das família, porque tem família que se bate pra poder tomar um café, comer um pãozinho....O MMRC contribui com a FLM, com 50 reais mensal, outros até menos, outros mais, mas não dá pra suprir a necessidade, porque a FLM tem que promover suas ações, e o movimento também, e aí acaba um ajudando o outro, ou um desajudando o outro.”

Há duas mil e quinhentas famílias cadastradas no MMRC, cuja exigência é fundamentalmente a participação. Este critério é que determina a seleção de quem ganha a “bolsa miséria” (Bolsa-Aluguel) fornecidas pelo Estado:

“Nós pedimos que participe, porque a sua participação que vai te dar o passaporte para alguma contestação, porque se você não participa, eu não posso tirar de quem tá participando pra dar pra quem não tá participando, eu acho que o esforço tem que ser igual, agora, se eu me esforço e você não se esforça e, depois, a gente quer ter a

mesma quantia, o mesmo direito...fica difícil. Nós estamos passando por esse problema com o despejo [da ocupação Plínio Ramos], porque foi feita uma assembléia na antevéspera do despejo e foi decidido que, quem saísse do prédio antes do despejo, não seria contemplado com alguns benefícios que saísse pras famílias que ficou até o dia do despejo. Muitas famílias caíram fora. Isso foi bem explicado, e ficou bem claro que, todos que saíssem antes do despejo nós não ía estar dando atenção, porque é nessa hora que nós precisava de estar mais unido, pra engrossar mais a luta, muitos procurou se distanciar e quando é agora, com o governo dando essa bolsa miséria, agora, quiseram voltar pra se encaixar a nós de novo, e aí não dá, porque é injustiça com quem participou e sofreu na hora da pressão policial e tudo mais. Então nós vamos estar reestruturando o movimento, mais maduro, porque eu ainda não tinha passado pela experiência que eu tô passando com as famílias lá na rua, mais uma missão e, até, mais cabeça.

O entrevistado enfatizou que uma das prioridades do movimento é a questão da formação tanto dos quadros quanto das famílias filiadas ao MMRC. Para isso pretende arrecadar mais recursos de entidades não-governamentais:

“Pretendemos, queremos recursos, porque sem recursos você não se locomove. Vai estar aberto pra receber doações, porque nós vamos querer um serviço voltado pra maior parte da população, nós não vamos querer negócio restrito, só pra colarinho branco... Nós queremos fazer curso pra quem se interesse, que quer se dedicar a luta, nós vamos estar abertos pra estar atendendo, dando cursos, recebendo cursos, então, fazer uma troca de intercâmbios de conhecimento. Tem até algumas entidades que estão dispostas a estar ajudando, que quer contribuir conosco, funcionários pra ajudar na elaboração de cursos, tudo. Porque não dá pra gente ficar com uma visão de só ocupar, porque vai chegar uma hora que você vai estar fraco e essa outra coisa, no meu ver, é justamente esses cursos de formação, que, bem em breve, acho que vai estar em prática.”

O objetivo desses cursos é o de ajudar a estruturação do movimento em dois setores:

“Vamos estar reestruturando com dois blocos, dois setores: um que vai continuar ocupando, porque essa é a bandeira do movimento, vai continuar fazendo ocupação, e um grupo que vai estar qualificando as lideranças. Vamos ter, em breve, uma sala onde a gente vai estar dando aula pra um curso de liderança popular.”

Como se pode observar, a principal forma de protesto é a ocupação. Contudo, o entrevistado enfatizou a necessidade de fazer pautas conjuntas, aliando a luta pela moradia, com as lutas pela educação, saúde e outras relacionadas com as condições de vida da população:

“Nós fazemos vários tipos de protesto, mas que seja focado mais na moradia. E outra coisa que eu luto com os companheiros é que a gente saiba diferenciar, o que nós temos que diferenciar, de fazer uma coisa casada com a outra, que é a moradia, a saúde, a educação, o transporte e as tarifas, que tá absurda, então o movimento não tem que só fazer luta pela moradia, porque tenho moradia, não tenho emprego, ou

tenho emprego e não tenho a moradia, você tem a casa, não tem o posto médico, você tem a casa e tá pagando um absurdo de taxas, então acho que o movimento tem que acampar uma luta séria em cima desses focos, mas quando nós fazemos qualquer manifestação é em cima da moradia e, quando começou, não era nem tanto pela moradia, era movimento de moradia, mas tinha suas lutas voltadas para serviço na favela, a urbanização das favelas, pras taxas absurda, se fazia mais serviço na favela, nos cortiços, pensão, e hoje, então, esqueceu da favela, esqueceu dos cortiço e esqueceu das pensões da vida, que têm por aí... Não luta pra diminuir a tarifa do ônibus, não luta pra diminuir a luz, a água, que eu acho que isso é luta do movimento..."

O MMRC fez quatro ocupações nas quais moraram durante alguns meses. Somente na ocupação da Plínio Ramos ficaram mais tempo, dois anos e oito meses. E fizeram mais três ocupações como forma de protesto. Na data da entrevista o movimento não tinha mais nenhuma ocupação. Nesse sentido, o entrevistado foi enfático na referência ao fracasso das ocupações quando perguntado sobre o resultado delas:

"Crítico, porque nós ocupamos pra acelerar o processo da reforma urbana e esse processo tá devagar, saímos sem conquista, porque quando você ocupa e os cara fazem a reforma, tudo bem, mas esse processo lento do Ministério da Cidade, que o Lula inventou, que é bom, mas é muito lento, não tá funcionando, não funcionava com o Olívio Dutra, agora com o cara que puseram aí, isso dá uma pelenga danada, eu não sei se vai funcionar ou se vai ficar só no papel."

Mas defendeu como bandeira do movimento as ocupações como melhor forma de negociação.

Ao referir-se à ocupação Plínio Ramos, a que resistiu por mais tempo, detém-se no relato sobre o cotidiano dos moradores e os seus sonhos para a organização:

"Nós começamos com o movimento em 2003, já tendo bastante atividades, já tendo ato, fizemos ocupações, pra morar e pra denunciar. Nosso movimento sempre procurou fazer aquilo que o povo pede e, pensando muito além, nós tinha dentro da ocupação [Plínio Ramos], uma oficina de costura, aula de alfabetização, aula de computação, aula de artesanato e tinha uma horta agrícola de uns companheiros da USP que foram lá, com uma experiência de usar garrafa pet pra plantar alface, coentro... Essas coisas toda. E você vê que o movimento não pensa só na moradia, o ideal seria moradia e renda, mas como nós ocupamos o centro, não tem um espaço pra, dentro da ocupação, ele gerar a própria renda, como o MST, que ocupa mais pra produtividade, então, sem moradia, sem renda, não vive. O meu sonho era que o movimento tivesse uma casa que comportasse crianças, jovens, como nós temos o exemplo de São Bernardo do Campo, que tem o espaço Che Guevara, onde as mães deixam os filhos lá, vão trabalhar, e depois volta pra buscar o filho nessa escola. É uma escola que vive de doações e não cobra nada pra essas mães, tem três refeições e são muito bem tratadas."

O estabelecimento das regras que impunham a disciplina aos moradores:

“Nós tínhamos 75 famílias, 108 crianças, 18 jovens, 3 deficientes. E lá dentro tinha as regras, que são regras básicas pra se viver em uma comunidade. Quando nós vivemos em uma casa, por exemplo, eu tenho minha casa, dentro de minha casa eu tenho que ter disciplina, agora imagine eu morando no meio de setenta e tantas pessoas, se você não tiver regra fica feio. Por exemplo, camarada chegar bêbado, é um perigo dentro de uma ocupação, porque, o cara, são, é uma bela pessoa, mas se ele tomou uma cachaça ele já não tá mais no sentido dele e ele pode cometer uma loucura. Outro exemplo, armado com arma de fogo, é um perigo, não dá bom casamento, ocupação e arma de fogo, porque é tanta gente que você não conhece ninguém, então nós temos que se precaver, não fazer depósito de bebida dentro da ocupação, os banheiros são pra todos, a cozinha tem que ser respeitada...”

Deixou claro que todo mundo participava e que as atividades de formação dentro da ocupação são fundamentais:

“Todo mundo participava, quem não participava nós chamávamos depois, e conversávamos pra ver o que tava acontecendo, porque tem que tá informado, senão tiver informado vai ficar fazendo o quê, e mesmo a ocupação, não é pra depósito de gente, é pra atividade, então as reuniões é um momento de informação, a assembléia também é outro momento de informação. Então eu acho que tudo que a gente faz na ocupação que é tornado para o povo, é formação para ele, tanto que nós adorávamos a formação, porque nós tínhamos aula de alfabetização, e a exigência do movimento era que participasse da escola e ainda tá tendo a aula de alfabetização.”

No entanto, após a reintegração de posse que aconteceu dia 16 de agosto de 2005, as famílias ficaram na rua e poucos receberam bolsa-aluguel.

Sobre a capacidade de mobilização o entrevistado citou apenas um ato, dando foco às dificuldades de mobilizar e de ser atendido pelo governo:

“Naquela manifestação nós estávamos lá com umas 100, 150 pessoas, porque é difícil você mobilizar, no meio de semana, e os atos só acontecem no meio de semana, então já dificultou dele engrossar a manifestação (...) nós não fomos atendidos pelo prefeito, e fomos atendidos pelo secretário do secretário e eu nem quis ir, porque a proposta era de só ser atendido pelo prefeito, que nós íamos acampar na rua se não fosse atendido, aí fomos atendidos pelo secretário do secretário, não acampamos na rua, e o povo ficou revoltado com a gente, inclusive, o pessoal do MMRC me cobrou muito, porque o povo não quer cair na descredibilidade, que tem caído com muitas pessoas aí...”

Fórum de Cortiços³⁰

O Fórum tem como base de sua história a divisão da ULC. O entrevistado participava da ULC quando houve um racha e formaram o Fórum: “na verdade eu ajudei a formar a ULC, e aí politicamente não se entendeu mais e acabamos saindo em 92”. Em 1993, três grupos formavam o que se tornaria o Fórum de Cortiços - o Ipiranga, e Vila Formosa e Brás. A idéia de formar um Fórum foi por parte de “Hilton Marques”:

“ele chamou a gente e falou assim que, principalmente eu tinha muita responsabilidade com a questão dos cortiços da região do Centro. Não queria mais formar movimento, porque a gente já estava também, muito mutirão, muita correria, e aí tá bom, aí o Hilton falou assim: não, vocês têm que formar um fórum, o Fórum de Cortiços, falei tá bom”

Em 1994, o entrevistado recebeu uma proposta de trabalho como assessor de gabinete de um deputado:

“ eu falei assim 'só vou se for pra trabalhar cortiço porque de outra forma não me interessa gabinete, eu tenho condições de trabalhar sem ter gabinete'. Aí eu vim pro gabinete dele pra trabalhar aqui na região do Centro e formar os grupos da região do Centro e trabalhar os cortiços. Muito bem. Em 95, 96, nós formamos vários grupos. Em 97, nós começamos as ocupações. A história do Fórum começa por aí”.

O entrevistado apontou as diferenças de ser do Fórum em relação a ser dos movimentos, fazendo a intermediação entre o CDHU e os moradores de cortiços, não só da região central de São Paulo:

“Olha, a gente tem mais responsabilidade, né? Quer dizer, porque é assim, tudo o Governo manda pra cá: 'olha você vai lá no Fórum dos Cortiços e se inscreve com a XX, por exemplo, nós recebemos um cortiço ontem aqui, no Brás, de 40 famílias que foi o vereador Aníbal que mandou pra gente cadastrar aqui pra poder mandar pro CDHU. (...) A gente vai lá, levanta como é o cortiço, se é área de risco, se não é, aí faz todo o relatório. Acabei de entregar um cortiço agora no CDHU também, que já tem anos essa história. E aí começa as negociações, mesma coisa com a Caixa e assim por diante, né? Então, é despejo, é tudo isso, acaba parando aqui. Tanto é que quarta-feira, a gente teve ajuda da Sueli, e ela ajuda a gente nessa questão, porque a gente não dá conta, é muita coisa. Quer dizer, só de cortiço nós temos lá no CDHU nós estamos com 32 cortiços pra ser atendido no CDHU. Só o Fórum dos Cortiços. E dentro da União, agora, recente, criou-se a Secretaria de Cortiços da qual eu vou estar

³⁰ Data: 15 de setembro de 2005.

Local da entrevista: sede do Fórum de Cortiços (Rua Bento de Freitas, 35, Largo do Arouche).

Duração da entrevista: 1h30 (das 17h30 às 19h).

Entrevistadores: Roberta dos Reis Neuhold e Daniel Lage.

coordenando, então não é só os problemas do cortiço na região do Centro, é aonde a União tem atuação e tem cortiço, que eu vou ter que estar ajudando também nessas articulações. Então, Fórum nem vai ter muito trabalho.”

O Conselho de Habitação é uma instituição dentro da Prefeitura. Possui 48 membros, 16 votados pela população nas subprefeituras da cidade, e 32 indicados por sindicatos, ONG's, faculdades e outras associações. Os movimentos de moradia do centro lutam sempre com uma chapa para tentar eleger as 16 vagas do conselho. Na data da entrevista estávamos perto de uma eleição para o Conselho, na qual o entrevistado estava concorrendo dentro da chapa da UMM.

O entrevistado traça alguns comentários sobre os problemas e a atuação do Conselho na Cidade e a formação das chapas pela UMM:

“É a UMM que forma essas discussões. A gente não participa. Aliás, eu o ano passado entrei na chapa da União, mesmo... houve um acordo que os 16 ou 8 candidatos, sei lá, da União, iam se credenciar pela União. E eu acabei me credenciando pelo Fórum dos Cortiços, porque ele não concordou, depois acabei entrando na chapa também porque não conseguiram mais gente também. Tem essas coisas, e essas coisa chateia a gente pra caramba. (...) Quando nós entramos, assim, que o Centro tinha um cifrão lá que não era 30.000 reais, por exemplo, pra recuperação do Centro, orçamento da Prefeitura. E aí o ano passado que conseguiu fechar com mais, mas que também não se utilizou. Quer dizer, todos os esforços que a gente fez pra trazer pra questão do Centro, quer dizer, por exemplo, nós conseguimos regulamentar a Lei Moura. Pra gente poder usar junto com a CDHU, porque quem tem que fiscalizar os cortiço é o município. E a gente conseguiu regulamentar isso, virou lei mesmo. Tem um departamento da Prefeitura do cortiço, que tem quatro, cinco pessoa que o José Serra deixou lá agora. Então a gente conseguiu dar uma avançada nessa questão, porque antes... Tá bom, tem a Lei Moura, mas o que você faz com a lei? A gente deu agora, deu uma melhorada na questão do Conselho, apesar de ter algumas coisas passando, que a gente não concorda, discordou dentro do Conselho, mas no grupo do Centro que o Conselho, a gente reúne por exemplo, reunia os 48, depois, por exemplo, quem tinha discussão de cortiço, então formava um grupo de pessoal de cortiço pra discutir. Favela, e assim por diante. E é claro que nesse grupo de cortiço, do Conselho de Habitação, era eu mesma só que tinha e aí eu sozinha...”

O Fórum de Cortiços apresentou uma complexa forma de organização: com diretoria, coordenação ampliada, na qual participam os diversos grupos, divididos por bairros. A diretoria é eleita pelos coordenadores, de dois em dois anos:

“Então assim, essa diretoria ela é de dois em dois anos, alguns já tão reeleito por algum tempo, outros sempre se renova e essa coordenação, as pessoas que estão nos grupo e que querem vim fazer um trabalho, por exemplo, voluntário durante um fiz de semana, à noite, né, daí se forma essa comissão mais ampliada. Então é assim que funciona o Fórum”

“Desde a fundação do Fórum. Quando nós regularizamos a documentação do Fórum, porque começou em 93, como Fórum dos Cortiços, mas não tava feito o estatuto, o ato nós fomos fazer em 97, já tinham três ocupação aí que nós fizemos a documentação do Fórum. Então a partir dali eu fiquei... me elegeram da coordenação e... já tentei sair, né? Falei “gente, pelo amor de Deus, tô muito cansada já, 24 anos nessa luta”. Mas não, né, vamos ver. É isso”

O trabalho voluntário é bem visto para a ascensão dentro do Fórum, sendo sua primeira etapa:

“Olha, a gente faz às vezes nos grupo, por exemplo, a gente faz a chamada das pessoas que querem prestar serviço voluntário pra entidade. Aí nós fazemos uma reunião com esse pessoal, explica como é que funciona a entidade, qual o estatuto, tudo mais, né? E aí, a pessoa vem, vai se aprofundando, vai aprendendo, ela vai fazendo parte dessa coordenação”.

Dentro dessa coordenação são indicados os membros que farão parte do executivo. O executivo é composto por nove membros, os conselheiros: *“São nove. Eu nem sei, o coordenador, vice, o tesoureiro, vice, secretário, vice... nove conselheiros”*

As assembléias e reuniões são divididas ao longo do mês, por temas e entre os movimentos de bairros participantes:

“Toda quinta-feira nós temos reunião dos coordenadores e, por exemplo, de sexta-feira, então, nós temos uma escala de reunião. Nós fazemos reuniões em todos os bairros. Por exemplo, no Brás a gente faz de sexta-feira, primeira sexta-feira da semana, aqui, na sede, nós temos cinco grupo, nós chamamos a República 1 até a República 5 e a Santa Cecília e Bom Retiro, se reúne aqui por conta aqui do espaço. No Cambuci nós temos duas reuniões na creche, por mês isso, né? Na creche do Pari, ali no Pari nós temos uma reunião uma vez por mês. Depois nós temos na Câmara Municipal nós temos três reuniões que são os idosos, os deficientes e mais os grupos cortiço, pessoal que trabalha ou mora nessa região que paga aluguel. Bela Vista, (...) na Igreja, no colégio, nós fazemos também reunião de domingo, uma vez por mês. Lá no Belém, no Centro Pastoral do Belém, nós fazemos, foi a reunião domingo passado agora, nós temos uma reunião de manhã e uma à tarde. Isso fora as reuniões que aparece de cortiço, de negociação, que a gente faz tudo isso. Essas são as assembléias grandonas que a gente tá falando com o pessoal. É dessa forma que a gente se reúne, e a gente tem que dar conta”

O Fórum não conta com quadro técnico remunerado. O entrevistado diz que recebe uma ajuda de custo, mas que não considera como salário e que atualmente, não trabalha em nenhum gabinete:

“É isso, a gente não... primeiro que o estatuto diz que os diretores não podem ter salário. É isso. Pensa o quê? (risos) O movimento não é mole não, viu? (...) Não, tô em gabinete nenhum.”

Para se cadastrar há uma contribuição de R\$ 10, que se refere a custos de ficha e carteirinha e outra contribuição mensal realizada nas reuniões com o mesmo valor. Há uma listagem nas reuniões que verifica a frequência:

“E durante o mês, nas reuniões, as pessoas passam essa contribuição de 10 reais pra gente manter essa estrutura que a gente tem. Porque aqui hoje, é mantido pelos filiados, isso aqui não tem Governo, não tem Igreja, não tem partido, não tem nada que vem apitar aqui e dizer assim ‘o deputado X dá o valor aqui’. Aqui não, aqui, quer dizer, numa reunião de 200 pessoas, 50 ou 60 contribuiu com os 10 reais, é essa a contribuição que mantém isso aqui. Que nem todo mundo contribui, então é assim que a gente funciona.”

O Fórum de Cortiços trabalha com duas assessorias: a Ambiente, e a Fábrica Urbana, que realizam e estudam a viabilidades dos projetos para os terrenos e cortiços. E contam com a assessoria jurídica da Dra. Sueli que presta serviço uma vez por semana, dentro da entidade, para os mais diversos casos, como despejos, divórcios, pensão: “então, tudo isso ela resolve na quarta-feira aqui com ela. Nós temos... o movimento se não tiver uma assessoria técnica e uma assessoria jurídica, ele não anda.”

O Movimento conta com cerca de cinco, seis mil famílias cadastradas.

O Fórum de Cortiços realiza fundamentalmente protestos para pressionar o Governo:

“Olha, a gente, por exemplo, nós fizemos um ato no Governo José Serra, né, Prefeito. Por quê? Parou todos os programas que a gente tinha e não tem nada, nós tínhamos um monte de programa, prédio desapropriando, mutirão, favela regularizando, então tudo isso parou e a gente fez o ato pra retomar essas negociações que nós tínhamos. E aí pouco se resolveu porque eles estão fazendo o que eles bem querem. Por exemplo, nós estamos programando um ato no Geraldo Alckmin, então a gente vai discutir, quais são os problemas, né?” (...) Não consegue andar nas negociações, já pedimos reunião e já fizemos mil reuniões, e a coisa tá parada? Aí a gente faz o ato de manifestação de cobrança do Governo. É sempre de cobrança, com certeza!”

Também participou de vários protestos e conferências junto à UMM:

“por exemplo, a gente já fez caravana a Brasília, já fizemos o ato do José Serra, nós já fizemos dois atos grandes, de rua. Caravana. Esses três atos que nós participamos da União. Teve o encontro da União Estadual que reelegeu a nova diretoria, da coordenação (...) Então a gente participou. Aí teve a Conferência Municipal da cidade que nós participamos. Amanhã essa Conferência Estadual, nós temos sete delegado

nosso. Então nós estamos sempre participando, todas essas coisas que... estão discutindo na União de importância aqui pra gente.

O Fórum não faz mais ocupações. Segundo o entrevistado há diversas dificuldades quanto as ocupações, pois a própria população sofre pelas precariedades do lugar e os perigos do tráfico e da violência doméstica:

“O Fórum dos Cortiços, graças a Deus, resolveu a última ocupação agora em julho, que era a Rua da Abolição que durou quase seis anos, que ia fazer agora, dia 24 de outubro. Bom, aí, eu te digo, ocupar prédio pra morar dentro, nunca mais. Porque é assim, por exemplo, o Casarão, virou um ponto de tráfico de droga (...) Foi se complicando de uma forma que vai ficando difícil, porque que o Governo faz, “tá bom, vocês ocuparam um prédio público?”, então ele vai deixando, quatro, cinco, seis anos, que o povo se cansa de morar naquela situação precária, que não é lugar pra se colocar gente pra morar porque é a situação de risco, de risco... Morreu gente, morreu pessoas nossas contaminadas, que perdeu perna, que perdeu mão, por causa desses lugares muitos anos fechado. E ele aposta na população se virar contra o movimento. Dizer o seguinte 'vocês chamaram nós, tá dizendo que a gente teria uma casa, e qual a casa que vocês tão dando pra gente?' Foi isso o que o Governo fez. Então eu digo muito claro, e aí, por exemplo, no meio de todo esse povo que vem, você não consegue dizer assim quem é o traficante ou quem tá envolvido com droga, você começa a conviver com as famílias e lá dentro que você começa a ter clareza, por exemplo, na Abolição nós tínhamos três famílias, bastou. Era uma das melhores ocupação que nós tínhamos, na Abolição, quer dizer, primeiro, quando o tráfico viu que não ia conseguir entrar fez o quê? Matou o porteiro, aí ninguém mais quis ficar na portaria e aí eles entraram pra dentro. E nós do movimento íamos fazer o quê? nada. Pra resolver aquilo lá na ocupação com a CDHU nós precisamos... A CDHU precisou entrar um dia assim sem saber e mesmo assim, o dia que a gente avisou teve quarto que os traficante falou assim 'aqui nesse quarto vai cadastrar 11 pessoa' e aí a CDHU chamou e falou assim 'e agora? Morar 11 num quartinho menor do que esse aqui, mora 11 pessoas? Com filho e com tudo?' Claro que não, ninguém é besta. Aí o que nós combinamos com a CDHU, 'tá bom, então vocês vão marcar um outro cadastro, sem avisar, e vão entrar lá dentro, vocês vão bater as lista nossa, que nós temos da ocupação, quem é nossa família e quem não é'. E assim nós conseguimos resolver a Abolição. Então eu te digo uma coisa, eu já posso até... não digo que ocupação tá descartada, fazer ocupação política, mas pra morar, nunca mais. Porque eu sofri muito com o Hotel São Paulo, com a morte do Alan, que morreu lá dentro afogado, depois do Nascimento, que foram três presos, mais de três pessoa pro hospital, depois Abolição, não morreu só o porteiro, ali morreram mais de dez pessoas.”

Perguntamos sobre o que o Fórum faz quanto ao tráfico, como ele lida com essa situação:

“Olha, a gente faz o seguinte, a gente faz de conta que não vê, porque eu não tenho uma testa de ferro, nem um peito e umas costas de aço, e minha família muito menos. Você sabe e faz de conta que não sabe, porque você morre. Quer dizer, o Gegê hoje tá em que situação? Viu? Então é isso. Então eu sempre falo isso pro Gegê: 'Gegê, tem que parar com essas ocupações porque isso tá dando muitas coisas erradas, e a gente vai acabar se prejudicando um dia'. Foi o que deu.”

Perguntamos então sobre o que aconteceu na ocupação da rua da Abolição:

“A Abolição também, parte foi pro Brás. E, da Abolição foram 30 famílias pra lá, e as outras 35, se eu me lembro agora, pegaram as Cartas de Crédito e o que era o tráfico a CDHU passou mil e não sei quantos reais lá, mil e oitocentos reais e desocupou o prédio. Que que eles fizeram? Quando tava saindo dos prédio, vocês se passaram na rua da Abolição, vocês vão ver os crime que ele fizeram com os prédio, eles arrancaram todas as janela. Eles arrancaram tudo que você possa imaginar e venderam. É só ir na rua da Abolição aqui ver o prédio detonado, acabado. Chega pra mim, pra mim chega. Eu luto por vida, não pra tirar vida. O rapaz da portaria que morreu, ele não era traficante, era um trabalhador, que trabalhava de manhã e à tarde ele ficava na portaria. Isso são coisas que você não recupera mais, então, valeu como experiência.”

O Fórum tomou um “novo rumo” depois da ocupação da Abolição e vinculou-se aos programas do governo:

“Em 99, nós ocupamos a Abolição, dia 24 de outubro a Abolição, aí nós ocupamos dia 7 de novembro, nós ocupamos o Hotel São Paulo, que morreu o Alan. Aí, nós tentamos ocupar aquele prédio da Riachuelo que... Numa noite, que nem me lembro mais o dia. Foi em novembro de 99 que nós tentamos a última ocupação mesmo. E dali pra cá eu falei “chega”. Eu já tava a ponto de ser presa mesmo, o que eu tinha de processo por esbulho, por tudo o que você possa imaginar, falei não. Depois a gente começou, começou a surgir os programa do PAT, daí começou a surgiu o programa do PAR, daí elegemos a Marta, começamos a discutir locação social, bolsa-aluguel, aí veio o Conselho da Habitação. Então daí começou a dar um rumo diferente, mas até então não tinha nada disso.”

De uma forma geral, todos os Movimentos colocaram que há uma certa dificuldade de mobilizar os membros do Movimento durante a semana, mas o entrevistado nos apontou um número relativamente alto para suas manifestações:

“Olha, os ato é bastante complicado, você em meio de semana, o pessoal trabalha, com medo de perder o emprego, mas sempre a gente mobiliza 2.000, 1.500, às vezes mais, às vezes menos.”

Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)³¹

O MSTC surgiu no ano de 2000 por conta de uma divergência política com o Fórum de Cortiços, do qual saiu, por motivos ainda não esclarecidos, da ULC. A divergência que culminou na criação do MSTC se deu por conta do tipo de luta para reivindicações. Ao que parece, o MSTC prioriza as ocupações e confrontos entre o movimento e o governo, enquanto outros movimentos, identificados pelas entrevistadas como ligados a UMM, priorizam os atos e atuando conjuntamente com o governo.

O racha aconteceu quando a atual líder do Fórum de Cortiços havia decidido não mais fazer ocupações, então os outros militantes decidiram sair e formar outra associação:

*“[(..) ocupamos em 97 o casarão da Cleveland, a Pirineus, o prédio da 9 de julho, depois em 98 o hospital Matarazzo, em 99, o Ana Cintra e Armênia. Quando chegou em 2000 que nós tínhamos a primeira luta, pro ano. Uma das pessoas do Fórum decidiu que não ia mais fazer esse tipo de luta. Então começou, como ela estava dentro de um gabinete, a gente descobriu só isso em 2000, então nós separamos, e resolvemos. Aí nós fizemos associação sozinhas, a idéia na época era a gente ficar com a sigla Fórum de Cortiços e essa pessoa ser isolada, só que nós chegamos nessa ocupação que foi lá no hospital da zona leste na Vila Formosa e o repórter perguntou quem era, nós falamos que era o Movimento dos Sem Teto do Centro. E acabamos adquirindo um nome, nossa própria razão social, nossa própria sigla e deixamos Fórum de Cortiços com a Verônica que ainda está aí hoje, faz luta, mas a luta de... Tem uma outra tipologia, ela não...
[] Corretora imobiliária, sabe, fale um português claro.”*

O termo de “corretora imobiliária” foi usado sem dúvida em cunho pejorativo, justificado pelo fato da liderança do Fórum dos Cortiços trabalhar com relações diretas com o governo, e ganhar uma porcentagem quando um prédio torna-se moradia:

“[] Ela trabalha com o governo agora, então não é a cara da gente. Nós trabalhamos aqui com a necessidade das famílias como nós falamos no início. Nós não estamos aqui pra ganhar nada nem muito menos comissão, só que infelizmente não são todas as pessoas que tem essa ideologia.

³¹ Data: 21/10/2005

Local da entrevista: Sede do MSTC, também sede do Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), e sede central da Frente de Luta por Moradia (FLM), localizada na Avenida São João n.º 1495.

Duração da entrevista: 2h (das 11h às 13h).

Entrevistadores: Roberta dos Reis Neuhold, Daniel Lage, Janaína Bloch.

[..] É tem movimentos aí através de algumas lideranças, inclusive ela, se ela fecha um prédio ali, o corretor ganha a porcentagem dele e ela ganha a porcentagem dela. Tudo bem, quer fazer isso faça, só que a porcentagem do corretor e a porcentagem da pessoa que leva, cai no bolso de cada família que vai morar naquele prédio porque o financiamento não é o proprietário que está pagando, não está tirando do proprietário e sim de cada família, quem está pagando é as famílias, então a gente tem isso com a gente que não é justo, entendeu?”

Tal divergência se expressa também na criação da Frente de Luta por Moradia (FLM) como uma entidade oposta à União dos Movimentos de Moradia (UMM). A FLM contém treze movimentos de moradia, os quais atuam não só na região Centro como também na periferia. Ao que parece a divergência principal é a forma de reivindicações, bem como a relação com o governo:

“[] (...) assim, nós temos aqui, que nem, hoje nós temos a FLM, nós fazemos parte, porque antigamente a gente fazia parte da União, União dos Movimentos de Moradia, onde todos os movimentos eram filiados, na União-mãe. Só que por divergências políticas com a União foi saindo um, foi saindo outro, foi saindo outro, foi saindo outro, na verdade saíram 13 de lá de dentro, então vão ficar soltos? A gente sabe que sozinhos é muito difícil lutar, ninguém caminha sozinho, então esses 13 grupos se uniram e criaram a Frente de Luta por Moradia, que também já está fazendo... essa ocupação do 1º de maio foi com a sigla da FLM.

[] Desde 2002.

[] Desde 2002, que nós estamos lutando com a sigla da FLM.

[Pesquisadores] Mas quais são as divergências?

[] Geralmente é por não querer fazer luta ou tentar resolver tudo em conversas de gabinete.”

Esse modo de “resolver tudo em conversas de gabinete”, nos parece o ponto de maior divergência entre os movimentos e, conseqüentemente, da UMM e da FLM. Quando perguntamos sobre isso aos entrevistados responderam com um exemplo:

“ (...) ocupações, até a gente ficou como radical pra UMM, então eles fazem ato (...) a gente não concorda com aquela questão, vai fazer o ato, eu vou fazer o ato na sua porta porque que eu tenho que te avisar se eu vou levar 50 se é um ato, você entendeu? Então anteriormente eles ligam 'Olha vai ser uma coisa pacífica, que não sei o que, que não sei o que'... Já negocia, já tira uma comissão pra entrar, já negocia aquilo, entendeu? Aí a família vai, toda balançando a bandeirinha, 'ai que lindo, nós que conseguimos fazer a equipe entrar'. Ô caramba, já tinha sido negociado antes. E a gente não, a gente é mais assim, ó, movimento é pra se movimentar. Não é tipo marcha soldado cabeça de papel não, é ocupar mesmo, denunciar mesmo.”

O MSTC possui uma Diretoria Colegiada, com diretores eleitos através de assembléias do movimento. Fazem reuniões regulares da coordenação, com noventa a cem coordenadores, onde são passados os informes do movimento, e tiram-se planos de luta. Uma vez por mês há um balanço de lutas e planejamento do calendário para o próximo mês. E uma vez ao ano há um balanço geral e tira-se um calendário para atividades de formação. As reuniões acontecem na própria FLM.

Não há quadro técnico remunerado. Disseram que todos que fazem parte da equipe são voluntários. No entanto, duas das entrevistadas recebiam “ajuda de custo” da ONG APOIO. O movimento conta com sete mil famílias cadastradas e pede uma contribuição de dois reais mensais de cada família. Enfatizaram o fato de que nem todas as famílias pagam, só aquelas que têm condições. Enfatizaram também o fato de sobreviverem só com o dinheiro arrecadado das famílias.

O movimento conta com assessoria da ONG APOIO, que lhes fornece assessoria jurídica, palestras, cursos de formação, e aluga o espaço em que funciona a sede do MSTC, do MMRC e da FLM.

Quando perguntamos sobre as exigências feitas aos seus membros, não gostaram do termo e o substituíram por “critérios”:

“ Nós temos um regulamento. Quando lançou o MSTC, que veio de outros movimentos, nós criamos o nosso próprio regulamento pra grupos de bases e para os associados do MSTC. Então nós temos as regras. A pessoa tem, primeiro, não pode ter moradia dentro de São Paulo ou fora, não ter moradia, estar na necessidade. Qualquer trabalhador sem distinção de raça, credo, cor, não tem distinção nenhuma, só trabalhador que está a fim de conseguir uma moradia digna e que queira vim lutar com a gente. Então as nossas regras são: as pessoas participam das reuniões, participam das lutas que nós promovemos e estão habilitadas pra serem contempladas dentro de qualquer conquista que a gente tem.”

O MSTC considera atividade de formação, as participações em assembléias, reintegração de posses, e manifestações. Há seminários e palestras sobre temas variados como Direitos Humanos, Higiene, Água, fornecidos pela APOIO.

A principal forma de protesto é a ocupação, motivo de divergências com os outros movimentos.

Há duas ocupações hoje que o movimento organiza: a da Prestes Maia, considerada de “grande porte”, e a da Bresser. Esta última está em fase de legalização. Contudo, o movimento já organizou dez ocupações e as acompanha até hoje. Considerando as realizadas em 1997 quando o MSTC ainda fazia parte do Fórum de Cortiços, podem ser listadas as ocupações da Barão de Piracicaba, da Bela Vista, do Bresser, da Associação Casa Verde, do Parque do Gato, da Brigadeiro Tobias, da Prestes Maia, da Nove de Julho, da Santa Rosa e da Conquista. Dessas ocupações já foram conquistadas para moradia: Brigadeiro Tobias, Nove de Julho e Parque do Gato.

A prática desse movimento é marcada por várias atividades entre 2004 e 2005. São elas: ocupação do prédio do INSS da 9 de Julho dia 1º de Maio de 2005, como forma de “dar um empurrão” nas negociações da terra do INSS; ocupação da Secretaria Municipal de Educação; participação de um acampamento na frente da Caixa Econômica Federal; ocupação da Caixa Econômica da Praça Roosevelt; ocupação do Batalhão, antigo quartel no Parque Dom Pedro, como parte do que chamaram de “abril vermelho”; ocupação do prédio da Arrigo Freitas; e participação na marcha até o gabinete do José Serra, organizada pela UMM.

As entrevistadas disseram que o movimento é capaz de mobilizar “Mil e quinhentas, dois mil, dois mil e duzentas” pessoas. Mas depende muito da disponibilidade das famílias, pois a maioria trabalha e nem sempre há como faltar para ir a uma mobilização.

3.2 O discurso dos movimentos a respeito de questões polêmicas

Este item tem o objetivo de expor as posições e visões dos movimentos diante de algumas questões significativas para a compreensão de sua prática e das táticas e estratégias definidas nos últimos anos, especialmente com relação aos governos municipais e as políticas públicas.

União dos Movimentos de Moradia

Problemas do centro de São Paulo - Seguindo as interpretações do entrevistado da UMM, os dois principais problemas do centro de São Paulo: a degradação dos prédios vazios e a violência, “que é um problema que não só atinge os sem-teto, mas atinge todas as pessoas fragilizadas que vivem no centro da cidade, por exemplo, o problema do assassinato dos sem-tetos no ano passado” (2004).

Havia a expectativa de que a legislação municipal, sobretudo o Plano Diretor, “e a própria aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, principalmente nas zonas de demarcação das zonas especiais de interesse social no centro” pudesse reverter o problema do excesso de domicílios vazios na região central.

O que a gente está vendo é que o Plano Diretor tem gerado pouco impacto sobre as políticas urbanas aqui na cidade de São Paulo, especificamente nas zonas especiais de interesse social e no centro. Então acho que esse é um dos problemas que nós temos para reverter e a expectativa que a gente tinha era de que, para melhorar e para modificar a situação, acho que uma legislação específica seria um dos pontos. O segundo ponto é a própria ação do poder executivo, o investimento de políticas de habitação no centro. (...) E a terceira questão é a possibilidade de você estabelecer convivências no território e a possibilidade de estabelecer uma convivência mista no centro. Se você combinar esses três – investimento, legislação específica e possibilidade de você estabelecer essa convivência – há uma nova mudança nas políticas no centro de São Paulo.

A ação dos movimentos tem sido marcada pela ocupação dos prédios vazios: “a União dos Movimentos de Moradia (...) do centro já organizou mais de trinta ocupações em prédios aqui no centro de São Paulo” desde 1995.

As nossas ocupações se conceituam a partir de 96, 97, 98, 99. Fizemos grandes ocupações. Depois em 2001 e, agora em março, nós fizemos duas ocupações grandes, uma no Brás e outra na periferia de São Paulo, numa área da rede ferroviária. Também em abril de 2003, (...) o alto do abril vermelho, que era no campo e na cidade. Então nós sempre combinamos a mobilização de um lado (...) acompanhada de uma série de propostas que o movimento vai fazendo para poder avançar a sua luta.

As ocupações contam com a participação das bases dos movimentos de moradia e possuem motivações variadas, dependendo do momento e dos movimentos que as realizam. Um exemplo é a questão dos despejos:

“nós estamos vivendo hoje um processo grande por falta de diálogo com a prefeitura de São Paulo, nós estamos sofrendo uma série de despejos no centro da cidade. Então, em função do processo de ocupação, nós não temos outra alternativa, nós vamos ter que retomar novamente o processo de ocupação aqui no centro”.

Um dos problemas enfrentados nessas ocupações tem sido o emprego da violência pela polícia nos momentos das desocupações. Esses excessos motivaram o deputado estadual Simão Pedro (PT-SP), a elaborar um projeto de lei, parecido com um de Minas Gerais, que obrigue a consulta à Assembléia Legislativa e ao próprio governador do Estado antes da realização da reintegração de posse. Segundo o entrevistado, o setor privado, ou o público:

“lançam mão muito rapidamente da força policial para fazer reintegração de posse e o Estado também é muito rápido em ceder força policial para esse tipo de ação. E as ações de reintegração de posse, pra quem já viveu, (...) mesmo que a polícia muitas vezes não chegue à luta armada, o próprio aparato policial é sempre muito violento, o conjunto da ação é sempre muito violento”.

A UMM vem reavaliando o processo das ocupações e, atualmente, possui apenas seis ocupações utilizadas como moradia. Já não é mais a intenção dos movimentos filiados à UMM realizar a ocupação com o objetivo de estabelecer moradia no local. A intenção é ocupar e ficar apenas um ou dois dias para dar visibilidade para a luta por moradia e pressionar o poder público.

Isso porque somente aparecem na mídia os momentos de ocupação e de despejo; todo o resto fica invisível ao poder público e à sociedade e quem sofre são as pessoas que vivem dentro das ocupações. “Então o ideal é você fazer as ocupações com um caráter mais de denúncia da situação, e sair, e o impacto é a mesma coisa”. Essa nova estratégia tem rendido resultados positivos “porque você consegue a denúncia que você queria fazer, você sai na imprensa, mostra a situação, e sai da ocupação um ou dois dias depois, não cria aquela situação, depois, de insegurança, porque se você não acha outra ocupação para morar a pessoa vai para a rua”. Por exemplo, nas ocupações de março de 2005, que reuniram mil e duzentas pessoas no Brás e quatrocentas na zona norte, com duração de três horas e de um dia e meio, respectivamente, os movimentos conseguiram o que queriam: a manifestação do governo federal, uma intensa divulgação de mídia e a abertura da negociação sobre as áreas do INSS no Estado de São Paulo, que estavam paralisadas.

Por exemplo, as ocupações de março agora elas foram ocupações que ocupou e saiu rapidamente do prédio, mais ou menos um dia, um dia e meio de ocupação, porque a gente acha que ao prolongar os processos de ocupação você abre espaço para uma série de outros tipos de violência, de risco dentro das ocupações (...).

Há críticas, dentro dos próprios movimentos sociais, contra a relação com as organizações não-governamentais.

Tenho companheiros que têm críticas duras à forma como as ONGs se organizam e a forma que elas estabelecem essa interlocução com o movimento, por exemplo, de apropriação das demandas do movimento, de conceitos, de pouco retorno do conjunto, para o fortalecimento do movimento no interior de suas ações, de certas apropriações de certas questões que o movimento encaminha. (...) Às vezes as ONGs se apropriam do conceito, levam para a universidade, para outras instâncias e não trazem nenhum tipo de retorno para o movimento organizado. Então muitas vezes dizem que os movimentos servem de cobaia para as ONGs. Eu não compartilho dessa visão, porque eu acho que as ONGs podem ter uma relação muito interessante e extremamente útil para o fortalecimento do movimento popular e eu acho que a relação entre ONG e movimento ainda não está bem resolvida, nesse momento, mas o que acho é que, tanto as universidades como as próprias ONGs têm feito muito pouco debate e trazido, para dentro do movimento social, pouco debate de conceito. Eu, por exemplo, vejo, com o debate forte que a gente tem aqui em São Paulo com o Polis, tem sido de muita complementaridade. E aí você tem ONGs e ONGs. Tem gente que se apropria, tem gente que não, tem gente que quer complementar e aprofundar... Eu, pessoalmente,

prefiro ficar nessa relação de complementaridade, de troca de experiências, os saberes são diferentes...

Relação da Igreja Católica com os movimentos de moradia – Embora as chamadas “pastorais sociais” ainda mantenham sua inserção na base, “a Arquidiocese de São Paulo alterou sua forma de atuação ao longo desses últimos anos, e, por outro lado, os movimentos populares ganharam mais autonomia em relação à Igreja”. Se os movimentos estavam, na década de 1980 até o início de 1990, mais ligados às Comunidades Eclesiais de Base, trabalhando “na sombra da Igreja”, hoje as coisas mudaram e as entidades populares conquistaram maior autonomia em relação à Igreja Católica.

Relação da Pastoral da Moradia com os movimentos de moradia – A Pastoral da Moradia foi fundamental para ajudar a organizar e fortalecer os movimentos populares. “Até o final de 90, ela teve um papel de extrema importância e, hoje, ela é mais apoiadora, não por mudança de enfoque, (...) mas porque os movimentos ganharam uma autonomia importante em relação às organizações da Igreja Católica aqui da cidade de São Paulo”. As pastorais de São Paulo sempre mantiveram inserção na base.

Relação das igrejas evangélicas com os movimentos de moradia – Há muitas igrejas evangélicas em São Paulo, principalmente nas periferias. Em certa medida, essas igrejas têm ocupado o lugar deixado vazio pelas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica.

Eu acho que as pessoas sentem necessidade de buscar respostas para alguma coisa na suas vidas e, nesse caso, as igrejas evangélicas, de certa forma, cumprem esse papel, dando uma resposta imediata, espiritual para essa necessidade (...). Mas eu diria que isso não basta, e aí eu acho que as igrejas evangélicas deixam as pessoas, basicamente, amarradas nesse plano espiritual e não apontam as pessoas para um outro universo, que é o universo da luta, da transformação da sua realidade local. Mas há gente nas periferias, muitos pastores que têm tentado fazer esse trabalho de ligação, entre a situação local, sua condição espiritual e sua condição econômica. O problema são as grandes igrejas evangélicas, como a Igreja Universal, que, muitas vezes, levam a pessoa para uma alienação, fora da sua realidade que vive dia-a-dia, tirando ela da sua condição de luta, de auto organização que poderia ter.

Ações no centro da Associação Viva o Centro – É uma associação com um discurso moderno, que diz que quer dar uma nova cara para o centro da cidade. Por outro lado, “é profundamente liberal, no ponto de vista de que não tem muito interesse de transformar o centro da cidade num espaço de convivência para os pobres”.

“Acho que a ideologia da Viva o Centro é tirar os pobres do centro, transformar o centro num espaço do setor imobiliário (...) e não só no campo da habitação, mas transformar o centro num centro de serviços, não para os pobres, mas para a classe média e para os ricos aqui da cidade de São Paulo. Então, a política é expulsar os trabalhadores informais do centro, (...) higienizar...”

Ações da Gestão Luiza Erundina no centro (1989-1992) – “Foi extremamente positivo, importante, consolidou um monte de conceitos ligados aos movimentos de moradia”. “E outros temas estavam sendo construídos, como, por exemplo, a proposta da criação do Fundo Nacional de Moradia Popular”, recentemente regulamentada e sancionada pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. “A criação do Fundo nasce dessa experiência da auto-gestão, dos movimentos, da luta dos mutirões do centro de São Paulo e a proposta de você criar no país inteiro um programa parecido com os programas habitacionais aqui da cidade de São Paulo”.

Ações da Gestão Marta Suplicy no centro (2001-2004) – O governo de Marta Suplicy resgatou “alguns conceitos, mas ele não foi tão intenso como foi no governo da Erundina”. Entretanto, foi extremamente importante para os movimentos de moradia que estavam há alguns anos sem conquistar algumas vitórias, em especial no centro da cidade. “Você tem alguns avanços e eu diria que eles foram insuficientes e tímidos diante da possibilidade de você ter aí avanços mais conseqüentes”. Por exemplo, a prefeita resgatou alguns programas como os mutirões, criminalizados e desqualificados durante as gestões de Paulo Maluf (1993-1996) e de Celso Pitta (1997-2000), mas não com a intensidade merecida. Ela também assinou um contrato com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e realizou alguns projetos na área central anteriormente defendidos pelos movimentos de moradia, tais como os programas de

locação social – programas de reocupação do centro que combinam alguns recursos na linha do Projeto Moradia, agregando recurso federal, estadual e municipal para viabilizar programas de habitação de interesse social. Além disso, foi durante a gestão de Marta Suplicy que se criou, após a Conferência Municipal de Habitação, o Conselho de Habitação, que possui componentes interessantes, como permitir o controle dos recursos do Fundo.

Ações da Gestão José Serra no centro (2005...) – A gestão de José Serra, embora não queira participação popular, será forçada a convocar eleições para o Conselho de Habitação. “Ele se obriga pelo próprio Conselho Municipal de Habitação e o Conselho do Fundo, que exige que haja uma gestão compartilhada com a cidade pra poder viabilizar recursos sob pena dele ser responsabilizado pelos órgãos de controle”.

Há muitas críticas à política habitacional do governo José Serra: o Secretário de Habitação, que é ligado ao setor imobiliário, até o momento “não conseguiu dialogar com os movimentos organizados na cidade, abandonou os programas do centro, (...) em vez de você fazer política habitacional, você desqualifica os movimentos aqui do centro”.

A política de José Serra está “muito sintonizada com essa visão que a Viva Centro (Associação) tem do centro de São Paulo, de tirar os pobres do centro e levar uma outra visão, mais ligada à visão do mercado e à utilização do centro como espaço de negócios”.

“A reforma urbana é a luta por um centro como lugar do povo, do direito à moradia, à cidade, à cidadania, um centro aberto e democrático, não um centro de repressão, de expulsão, de exclusão” (Fórum Centro Vivo, 2004: 2) – Os integrantes do Fórum Centro Vivo, do qual muitos movimentos sociais fazem parte, estão à favor dessa afirmação. O Secretário Municipal de Habitação de São Paulo, o setor imobiliário e a Associação Viva o Centro, por sua vez, estão contra. “Eu não sei se o prefeito está contra esse tipo de afirmação, mas se ele colocou o Secretário, acho que ele está contra também essa afirmação. E a máfia ligada à segurança no

centro está contra essa afirmação” (uma prova disso reside no caso de assassinatos de moradores de rua de São Paulo que não foi solucionado pela polícia).

São três movimentos filiados à UMM que atuam no centro: (a) o Movimento de Moradia do Centro (MMC), do qual Luís Gonzaga, o Gegê, faz parte; (b) a União das Lutas de Cortiços (ULC), coordenada por Sidney Euzébio, que também é membro da executiva da UMM; e (c) o Fórum de Cortiços, coordenado por Verônica Kroll. Há ainda um quarto movimento, mas que não é filiado à UMM: o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), “que é o pessoal da ocupação da Prestes Maia”, que possui uma outra articulação municipal chamada Frente de Luta por Moradia (FLM). A principal liderança da Frente de Luta é a Ivonete (Nete), “mas tem o Guttemberg, que trabalhava na subprefeitura da Sé, no governo da Luiza Erundina, e o Manuel Del Rio, que é um advogado que tem uma ONG chamada Apoio, que dá apoio a essa organização no centro de São Paulo e também a alguns movimentos da periferia de São Paulo”.

Segundo o entrevistado, houve mudanças na configuração dos movimentos sociais da década de 1990 em relação aos movimentos dos anos 1980.

Eu acho que você tem, no começo de 80, um fervor do nascimento de todas essas organizações. Estamos vivendo um processo de redemocratização, você tem todo um movimento nacional, tem as campanhas pelas diretas, o processo constituinte, você tem fenômenos no país que levam a uma intensa participação da sociedade e dos movimentos organizados. E na década de 90, um processo muito maior de funcionalização, você vê o próprio nascimento do Partido dos Trabalhadores e a intensa vontade de participação, de construção e, depois, a funcionalização das prefeituras que o PT começa a ganhar. A CUT também muda o próprio enfoque de sua atuação, a idéia de mudar de um sindicato de luta para passar para um sindicato de cidadão, muda o enfoque da interlocução, da sociedade e da própria entidade. E o próprio movimento popular, que é a corrente mais frágil desse elo de organizações da sociedade, (...) viveu e vem vivendo um processo intenso de fragmentação nesse período. Os movimentos urbanos, pelas características das cidades (...) acabam ficando muito mais numa atuação pontual, localizada, do que movimentos nacionais, mobilizadores, como a gente viveu na década de 80.

Atualmente, é mais difícil ter militância. E isso não acontece porque a pobreza diminuiu, pois “você pega os dados do IPEA falando de 53 milhões de pobres e miseráveis no país”. Há

uma grande dificuldade de organizar e articular os movimentos sociais nas cidades e no país e as razões para tanto são muitas: o desemprego, a violência (principalmente nas periferias), a distância da Igreja em relação aos grupos organizados da sociedade, o afastamento das universidades em relação à periferia – “hoje há um deslocamento, vamos dizer assim, do estudo, do meio da sociedade para a instituição e para a própria universidade” –, e a própria dificuldade de organizar os movimentos.

“Fora isso, hoje a gente vive outras articulações interessantes nas nossas periferias. Não é que a sociedade deixou de se organizar e de se mobilizar. Acho que a juventude tem mostrado movimentos bem interessantes no nosso país. Por exemplo, o Movimento Hip-Hop é um dado dessa organização e de protesto e resistência na periferia, que a gente não pode deixar, de jeito nenhum, de ver, porque é um fenômeno de mobilização bem interessante e que acontece em todos os Estados, no país inteiro”.

(Des)União dos movimentos de moradia – Cada movimento tem sua autonomia, sua forma específica de se organizar. Há uma falta de atores nas políticas públicas no centro, “há um desmonte nas políticas na área da educação, na área de saúde, nas políticas ligadas a gênero, raça e pouca articulação de outros atores”. Os movimentos têm resistido a essa política pública na cidade e o Fórum Centro Vivo, a União dos Movimentos de Moradia e a Frente de Luta por Moradia têm servido como meios de articulação dos movimentos urbanos. Então, no que se refere a grandes lutas, tem havido ações comuns.

Lideranças que aceitam cargos no governo – Há reflexos positivos e negativos no fato de lideranças de movimentos sociais aceitarem cargos no governo. Mas, no geral, há mais aspectos negativos: gera um certo constrangimento entre as suas ações e as ações dos movimentos e não há uma substituição concomitante das lideranças, pois é demorado o processo de formação de novos quadros.

Atuação dos partidos no centro – Os partidos políticos têm pouca penetração nessa discussão.

“O PT, por exemplo, há algumas lideranças dos movimentos são filiadas aos partidos, disputam as eleições de diretório, mas não há uma proposta clara dos partidos em como intervir no centro, a não ser na época da campanha eleitoral quando você faz os programas de governo e, normalmente, quem prepara são os técnicos mais ligados à área. Mas, efetivamente, a discussão partidária sobre as políticas da área central, eu vejo que tem muito pouco enfoque nisso. Isso vale pra todos os partidos... Para o PT, PSDB, PSB, enfim...”

A questão do socialismo não é pauta dos movimentos populares. “A pauta do movimento é a reivindicação de moradia, da resistência nas áreas centrais... Para os partidos talvez seja um debate, mas para os movimentos, não”.

União das Lutas de Cortiços (ULC)

Problemas do centro de São Paulo – Para este movimento, o principal problema no centro é a revitalização como forma está sendo feita.

A gente, na verdade, trabalha para o Fórum Nacional da Reforma Urbana, então, esse governo, por exemplo, ele tá assim: a revitalização é feita, não para moradia e sim para a expulsão de pobres, catadores de papel. Não é esse centro, nem a revitalização que nós queremos, nós queremos trazer as pessoas para o centro para morar, não só moradia, mas trazer as faculdades, comércio, para as pessoas terem acesso, talvez diminua a poluição no centro, quanto mais pessoas moram no centro menos veículos você usa, qualidade de vida, de tudo, no centro.

Identifica no centro o vazio urbano noturno, a falta de segurança.

Ele continua sendo um vazio urbano porque você pode até trazer os bancos, grandes restaurantes, mas de noite não funciona, oito, dez horas da noite você passa aqui, dá até medo, porque não tem ninguém na cidade. É um vazio urbano e o que você vê é o pessoal de rua, também ninguém olha para elas, muitos nem eram e, por falta de emprego, moradia, eles vieram para rua... não têm que pagar aluguel. (...) Então (...) para se transformar o centro, nós, na verdade, lutamos na outra gestão para o Plano Diretor, que nós ajudamos a elaborar, tudo para facilitar a habitação de interesse social, para que barateie o custo da terra, eles alegam que tá super caro, e, ao mesmo tempo, que é caro, têm todo o tipo de infra. Acho que, de verdade, acho que a prefeitura tinha que obedecer ao Plano Diretor, e obedecer ao Estatuto da Cidade, portanto, do Fórum Nacional da Reforma Urbana, fazer uma reforma urbana de verdade, mas não falsa.

Ocupações de prédios – As ocupações são hoje uma forma de dar visibilidade ao problema do centro e os movimentos têm amadurecido com relação a essa questão.

O movimento vem amadurecendo muito nas questões das ocupações: uma coisa é quando você ocupa politicamente, força o governo a trabalhar a questão da reforma urbana (...) não fazer um depósito de pessoas, porque ocupação é assim, você tem que ter um controle, um cuidado com as famílias, porque senão vai entrando, entrando e daqui a pouco você perdeu o controle e assim é um perigo. Hoje no movimento ainda há ocupações, mas há muito menos do que nos anos de 97 e 99. Elas foram acabando... hoje o movimento é propositivo, ele aponta alternativas, mesmo com projetos, mesmo com indicações para os três tipos de governo, negocia até o prédio fechado, que é melhor. Mas ela ainda se faz necessária, na hora em que o governo começa a olhar, pensa na reforma urbana, todos os governos, não é um município, principalmente o Estado, eles têm muita grana, a CDHU, grana assim absurda, a hora que ele começar de verdade a implantar a reforma urbana, a gente não vai mais precisar ocupar, pois terá alternativa de atender as famílias.

A ULC ainda possui uma ocupação no Bom Retiro, para a qual já consta reintegração de posse (são 78 famílias que estão numa fábrica há um ano).

Ainda que o resultado efetivo da ocupação seja pequeno, na opinião desse movimento ocupar é uma forma de luta.

Teve bastante fruto de ocupações. Um exemplo: em 99, nós ocupamos o Banespa e hoje ele é moradia (...) hoje o movimento tá mais capacitado, mais maduro, eles pensam um pouco diferente. Não que nunca mais iremos ocupar, mas de uma outra forma. Tem um outro caminho para trabalhar. Acho que desde que o governo senta na mesa e promete, nós ocupamos quando não é cumprido as coisas que eles colocam na mesa para nós.”

Relação dos movimentos sociais com as organizações não-governamentais – O entrevistado apresenta uma postura mais crítica com relação à presença das ONGs junto aos movimentos sociais, pois a ajuda que dão beneficiam muito mais a elas:

Algumas ajudam e algumas querem tirar proveito. Vou dar um exemplo: (...) algumas ONGs que querem trabalhar na questão da reforma urbana. Eles precisam de munição e conteúdo, eles têm muitos projetos, mas não dão ajudas financeiras para que pudesse levar os cursos para as pessoas capacitar, formatar, eles usam muito nossa história e colocam dentro de um livro. Eu tenho crítica sobre algumas ONGs, não todas, mas eu tenho. Eles usam muito dinheiro e fala assim: “eu vou fazer dez seminários”, um exemplo, né, aí de dez seminários, eles fazem quatro, pega liderança, aí nos vamos lá, damos entrevista, monta seus belos livrinhos e faz documentário e vende para fora, aí nós nada.

Relação da Igreja Católica/ Pastoral da Moradia com os movimentos – A participação da Igreja é pequena frente ao problema habitacional.

Acho que a Igreja Católica, as pastorais da moradia, elas têm o papel fundamental de estar apoiando os movimentos sociais, nos apóia muito, acho que a Caritas devia apoiar mais, vários projetos, vários programas, acho que ainda falta muito para a Igreja Católica. O que eles fazem é ceder salões para reuniões, mas falta eles estar mais próximos, ainda falta muita coisa para a Igreja.

Relação das igrejas evangélicas com os movimentos

Essas igrejas são as piores, eles não ajudam ninguém e, por exemplo, a Universal é a pior, é a Igreja que mais tem dinheiro, rica, mas pro social, eles deveriam estar próximos dos movimentos sociais. Tem várias pessoas de dentro do grupo que são da igreja, e eles não ajudam não.

Ações no centro da Associação Viva o Centro – É vista como o inimigo número um. “É um caos, burguesia total. Não chama a gente para nenhuma parceria, chama Banco do Brasil, Santander, Banco de Boston, eles tudo “senta”, nós não sentamos com eles”.

Ações da Gestão Marta Suplicy no centro (2001-2004) – Os movimentos populares erraram durante a gestão de Marta Suplicy por não terem reivindicado mais, embora tenha sido um bom governo.

“Na gestão Marta nós pecamos (...) porque na gestão dela talvez [nos] acomodamos um pouco. Por mais que um governo é democrático, você tem autonomia e, automaticamente, quando você tem autonomia, o movimento, infelizmente todos olham assim e acham que é a mesma coisa, agora, o Lula e seu governo, até onde eu sou do governo dele. Tem as dificuldades, tem que bater e assim apresenta, é mais democrático, libera mais os movimentos, fortalece mais. Nesse sentido sim é legal, mas acho que o movimento não pode perder autonomia, de jeito nenhum, com ninguém. Na gestão da Marta pecamos nesse sentido, foi a melhor prefeita na minha visão de movimento na construção de obras, não foram muitas e muitos projetos foram deixados aí atrás, deveria ter feito mais no começo, bater muito mais, ir pra cima, e nós não fomos por causa dessa confusão de que era o nosso governo.

(...) Eu acho que foi um ganho, pelo menos no centro de São Paulo, eu não me recordo de que prefeito nenhum fez o que a Marta fez, mesmo o que não saiu. A Marta trouxe a locação social pro centro de São Paulo, que o governo de direita sempre levantava que o BID, que o banco financiar metade não ia dar certo, não daria, e a Marta conseguiu pelo menos dois projetos, um é Ruas das Olarias com 137 unidades e outro é o Parque da Favela do Gato (...) que vocês vê 486 unidades, que mudou a cara da cidade. (...) Ela inventou na Secretaria da Habitação a bolsa aluguel, acho que talvez por isso a gente deu uma parada no bolsa aluguel, o que ele fez, ele daria uma ajuda de custo de 300 reais para cada família que morava em cortiço e nisso ela tinha que sair do cortiço

e, pelo menos, procurar dois cômodos, aonde o banheiro fosse individual e não coletivo e uma pia, e com três cômodos, nessas condições, ela já poderia morar.

Tinha o contrato da COHAB junto com o proprietário, esse valor caía diretamente na conta do proprietário. Ainda, na verdade, o bolsa aluguel ainda existe, vai acabar em julho de 2007, que é dois anos e meio, pra nós foi um ganho, pois conseguimos 500 bolsas aluguel, super bom, até hoje as famílias do grupo recebem, a Marta desapropriou 7 prédios aqui no centro: Riachuelo, Senador Feijó, São João, Prestes Maia, Asdrubal do Nascimento, Coro, Vicente Marinho. Ela comprou 7 terrenos, comprou lá no Pari, que tá construindo a vila dos idosos, comprou o metrô Belém, que tá lá parado, comprou na Bresser, comprou aqui na Vieira de Carvalho, aqui na República, e assim, 2004 para nós, foi um avanço, mas, infelizmente, 4 anos voam.

Ações da Gestão José Serra no centro (2005...) - Ao longo da entrevista apresentou ressalvas ao PSDB e a todo processo de limpeza iniciado no centro.

Infelizmente, em 2005, o primeiro ano, em março a gente já saiu batendo no governo José Serra, porque está tudo parado, não está andando nada. A idéia deles... estão chamando-nos de novo para conversar, e a idéia é que esse conselho consiga reverter essa situação e que nós possamos retomar tudo que foi parado para a população. A gente acredita que, como eles vão usar a política mesmo para construir de novo, a gente quer que retome toda essa obra do centro. A ULC na gestão da Marta deixou aqui na Rua Senador Feijó um prédio prontinho sem questão jurídica, sem burocracia, com um projeto, com tudo, tá tudo parado, porque essa gestão não trabalhou, tem 45 unidades e mais os outros terrenos.

Gestão José Serra... caos, caos, alega que não tem dinheiro. Vamos para frente tocar o barco! Aí ele fala: "ela [Marta Suplicy] não deixou [dinheiro], etc". Por enquanto, em nove meses de José Serra, não saiu um tijolo de nada, tinha tudo para sair, prometeu para a habitação e ainda não fez nada. É um governo que tá apagado, tá ruim e é difícil. Apesar de que o movimento é acostumado com a bonança e com a tempestade, então nós estamos vivendo um caos com essa prefeitura, com o governo do Estado. E o governo federal também não tá tão bom assim que está entregando de bandeja o sonho nosso de criação do Conselho Nacional, Ministério das Cidades.

Faz doze anos que nós estamos batendo nesse governo do PSDB que era o Covas e o Geraldo Alckmin, que, infelizmente, até tenham um projeto bom, no centro, que é o PAC, mas que não estava atendendo a todos, porque ele é um projeto que obriga a pessoa a ter três salários mínimos de R\$ 900,00 a R\$ 1.000,00. E fica difícil a gente trabalhar com o público, cinqüenta por cento ganha dois salários mínimos, oitenta ganha um, vinte chega a ganhar três, com dificuldade.

Movimentos que atuam no centro de São Paulo – São três movimentos fortes dentro da UMM: MMC, Fórum de Cortiços e a própria ULC, por ser a matriz geradora dos outros movimentos.

A ULC, na verdade, foi como uma árvore e foi nascendo um monte de galinhos, porque lá não existia o Fórum de Cortiços, o MMC. Aí em 97 veio a criação dos Fórum de Cortiço, mas depois veio o MMC, então acho que, dentro da união, esses três movimentos são super importantes. São reconhecidos juridicamente, acho que têm história, têm projeto, têm demanda, então eu acho que são os três bem reconhecidos”

(Des)União dos movimentos de moradia – Para o entrevistado há um processo natural, pois há momentos em dá para agir coletivamente e outros em que as demandas são isoladas de cada Movimento. Afirma que a conjuntura também influencia nesse processo favorecendo mudanças, mas todos respeitam aos chamados da UMM.

Tem momento que dá para agir sozinho, mas tem momentos que não, e quando eu olho o movimento de fora lógico que eu acho que fragilizou, mas eu acho que o papel das lideranças, isso é natural, gente, o pessoal falou: esfacelou. Mas não. Mudança, conjuntura, cresceu, sei lá, é natural, acontece mudança, movimento também é natural.

Movimento de Moradia no Centro (MMC)

Problemas do centro de São Paulo - O grande problema do centro de São Paulo é a falta de moradia e para resolvê-lo, a entrevistada considera que é necessário ter vontade política.

Como fruto das ocupações, o entrevistado coloca que só ficará satisfeito quando todas tiverem sido transformadas em moradia.

O que a gente espera que as ocupações... uma coisa muito simples, porque quando nós ocupamos, nós não ocupamos pra morar, todas as ocupações que são feitas, né, tô falando aí em nome do MMC, a gente ocupa (...) somente pra dizer assim pro Governo: “olha, senhores governantes, estamos ocupando, mostrando pro governo e pros governantes que esse prédio aqui dá pra morar “x” famílias. E o que a gente espera dos prédio ocupado é que sejam todos transformados em moradia digna, porque viver em ocupação é viver sem dignidade, é ser sofrido, é mais um cortiço”. E o que a gente espera de todas as ocupações é que seja transformado em moradia digna.

Relação dos movimentos sociais com as organizações não-governamentais – O entrevistado (ou entrevistada?) entende que o trabalho das ONGs é benéfico na medida em que os movimentos precisam de assessoria e de pessoas para ajudar. Trata-se, portanto, de uma questão de sobrevivência para eles.

Eu acho que têm um trabalho muito bonito. As ONGs têm um trabalho muito bonito, eu acho que eles devem continuar, porque se você não tem como pagar um advogado, você tem sempre alguém. Por exemplo, aí eu cito a Pastoral da Moradia tem atendimento, (...) tem advogados que atende, só que assim, precisa de mais voluntários, pras ONGs, precisa de mais projeto, precisa que esses grandes empresários... Gente, isso é lei da sobrevivência. Então precisa que aqueles que têm e não tem como fazer falta, seja voluntário, tanto nos Centros de Direitos Humanos, como na OAB, como nas Pastorais, Pastorais Sociais, todas as Pastorais, precisamos de mais voluntário, aqueles que podem se dedicar.

Relação das igrejas católicas e evangélicas/ Pastoral da Moradia com os movimentos

- O entrevistado ao ser questionado sobre a atuação da Igreja afirmou o distanciamento desta com a questão social do centro, mas, no entanto, não soube, ou não quis responder ao porquê deste. Declarou que é participante da Pastoral, mas, que dentro do Movimento, ele não agia como membro da pastoral. E observou que a participação da Igreja no Movimento tem sido mais espiritual. Reproduzo o trecho, por ser curto.

– Eu sou da Pastoral [risos]. Sou da Pastoral da Moradia, você me pôs num.... eu acho que a Igreja já foi mais atuante...”

– No passado?

– No passado. A Igreja tá deixando a desejar, eu acho que a Igreja tem que tá mais junto com a moradia.

– Mas qual a diferença entre o passado e hoje. Como tem sido a atuação da Igreja, como foi...

*– Te digo, te digo. Porque quando eu tô aqui dentro, Neuma, dentro do MMC, Neuma não é Pastoral, a Neuma faz parte de uma coordenação que coordena um prédio que luta por moradia. **Ninguém me vê como Pastoral aqui.** E assim, eu num lembro agora nessa maior dificuldade nossa a Pastoral tá ao nosso lado.né, também não vou citar porque teve outros e a gente vai citar nomes e vai esquecer de uns e não é justo esquecer de algum. Só digo que atualmente a Pastoral da Moradia tá deixando a desejar.*

– Mas a que você atribui esse afastamento?

*– Não sei se a essa crise política, não sei, **eu prefiro não responder** porque eu não sei a que atribuir isso, só sei dizer que a Pastoral tem que vir mais... a Pastoral da Moradia tem que voltar a ser o que era antes. **Antes nós fazíamos batizados comunitários**, quantas vezes a gente tinha o apoio da Pastoral da Moradia que esses últimos tempos tá deixando a desejar.*

O entrevistado revela uma posição diferenciada com relação às igrejas evangélicas, pois, o MMC é aberto a todas as crenças.

Olha, eu quero te dizer uma coisa que eu prefiro nem falar das igrejas evangélicas. Porque, assim, a gente vê que tem algumas (...) que também têm um bom trabalho, (...) mas a gente vê que também tem algumas que não é tanto, né? Se você consegue fazer algum trabalho... nós temos (...) alguém (...) evangélico que tá fazendo um trabalho aqui, ela faz na terça à tarde e na quinta à tarde, ela chama-se JOCUM são evangélicos, são Jovens (...). A gente sempre fala assim: “nem deixamos evangelizar, nem deixamos o padre vim aqui fazer a missa, nem o crente vim fazer o seu culto”. Essas coisas assim, nós sempre tem que ser ecumênico, ecumênico porque aqui é democrático, cada qual tem a sua religião, católica, espírita, é... umbandista, seja qual for, aqui todo mundo é do mesmo jeito. É tratado igual, não tem diferença de raça, nem de cor, loiro, branco, negro, amarelo, todo mundo é o mesmo, são tratados iguais, né.

Ações no centro da Associação Viva o Centro - A opinião da entrevistada confirma a oposição existente entre os movimentos que atuam no centro e a Associação Viva o Centro, pois esta age, no seu entender, contra as causas defendidas pelo MMC.

A Associação Viva o Centro é uma associação que você sabe que, né, atribui também a classe média alta. (...) Por isso que nós somos do [Fórum] Centro Vivo, porque nós queremos o centro vivo, nós queremos pobre no centro. Nós não queremos Associação Centro Vivo pra ter os funcionários que ganham de cinco mil, cinco salários, sei lá, cinco mil reais acima porque tem (...) que poder morar na região central, é por isso que nós optamos pelo Centro Vivo. Nós optamos pelo Centro Vivo porque a Associação [Viva o Centro] é o oposto de nós.

Ações da Gestão Marta Suplicy no centro (2001-2004) – A comparação entre as gestões é inevitável. Assim como o entrevistado da ULC, este entrevistado valoriza as ações de Marta, que teve o centro como ponto primordial de sua pauta. O início do governo José Serra, as fortes ações na Cracolândia, os despejos, a falta de diálogo entre movimentos e governo já são vistos como devastadores para os movimentos. Apesar da proximidade do PT com os Movimentos sociais, no caso, os do centro, não houve qualquer tipo de benefício para o MMC. Marta poderia ter feito mais, mas deixou muita coisa já encaminhada que agora não sai do papel.

“Porque nós temos um prédio aqui que a gestão Marta comprou, não pra nós, mas pra 132 pessoas que seria locação social, (...) cento e trinta e duas famílias. E esse prédio... nós estamos quantos meses na gestão José Serra? Gestão Marta deixou comprado 80%, até hoje eles não compraram os 20%. E você pergunta, não tem resposta”.

Ações da Gestão José Serra no centro (2005...) – Há uma descrença de que a gestão de José Serra melhore.

E qual foi a moradia que foi feita, até mesmo prometida, nessa gestão? Então tem diferença, uma diferença muito grande. Pro povo sofrido, pro povo oprimido tem uma diferença, né. Cadê a expectativa? Cadê os mutirões? Cadê? E a região central? Como é que fica? A gente não tem expectativa nenhuma. Por isso que tem uma decadência nos movimentos sociais, porque o povo tá sem esperança. Quando tá triste a gente chega lá e não tem o que dizer. Por exemplo, nós temos assembleia, o que nós vamos dizer? O povo pergunta, quem tá fazendo assembleia, né, seja qual for o coordenador que esteja fazendo a assembleia lá na linha de frente... e o prédio da Riachuelo, quando é que vai ser transformado em locação social? Cadê as cento e trinta e duas famílias que estão lá, na Secretaria de Habitação (...)? E os suplentes, [porque] nós temos, além das cento e trinta e duas famílias, (...) os suplentes. Cadê a esperança desse povo? O que que nós vamos dizer pra ele? “Não vocês esperem que um dia vai ser comprado”. Nós não temos resposta pra dar pro povo. Enquanto que no Governo Marta também tinha que ter feito mais? Tinham, mas pelo menos nós tivemos vinte e uma famílias que foram morar numa locação social. E nesse Governo? Quantas vão morar? E com certeza, se a prefeita tivesse ganhado novamente, tivesse sido reeleita, aqui cento e trinta e duas famílias iriam morar. Não sei se no começo da gestão ou no fim, mas com certeza... o prédio não seria delas, o apartamento? Não, seria do Governo. Mas é um projeto ótimo, seja de que governo for, que faça locação social e não só desse movimento. Com certeza de outros movimentos.

Movimentos que atuam no centro de São Paulo – Os principais movimentos de moradia que atuam no centro: União das Lutas de Cortiço (ULC), o Fórum de Cortiços e o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), além, é claro, do MMC.

Sempre que nós precisamos, nós nos unimos. Tanto que a Fórum dos Cortiços e a ULC são filiados a UMM, à qual nós somos filiados. Aí eu costumo dizer assim, que tudo é uma luta, o MSTC não é filiado, Já foi! Já, mas a luta deles é a mesma luta nossa, gente. As famílias que tão lá não quer saber se tem divergência política, eles estão lutando por uma moradia. Eles tão lá naquele prédio ocupado, vivendo, como vive o povo da rua do Ouvidor, sem dignidade, porque eles têm a esperança de ter uma luta, de ter a sua moradia. Então a luta é conjunta, a gente não tem por que ter divergência na luta. Se um precisa do outro a gente tá junto.

As diferenças entre esses movimentos de moradia são políticas e a fragmentação entre eles é uma grande desvantagem. “Acho que se nós fôssemos um só nós teríamos muito mais força, mas a gente tem uma frase aí que acho que é usada por todos os movimento popular: O povo unido jamais será vencido”.

Há uma falta de esperança generalizada nos governos que se reflete no refluxo dos movimentos sociais.

Olha, eu acho que essa decadência é a falta de esperança, o pessoal (...) não está esperançoso com os nossos governos. Você sai por aí escuta dizer (...) “ah, quem vai morar no Centro é só a classe média porque pode pagar moradia, nós não queremos, é cidade limpa, não às ocupações”... esses despejos que estão acontecendo, isso tudo faz com que os movimentos sociais fiquem nesse estado, você viu quanto despejo tá acontecendo? Quanto despejo tem agora programado? E nem todo despejo sai bem sucedido, entre aspas, nem todos sai.

(Des)União dos movimentos de moradia – Apesar de existirem vários movimentos de moradia lutando no centro, diz que não sente o clima de desunião, e fala que há mesmo divergências políticas, mas nada que atrapalhe a luta e demonstra otimismo

É, porque algumas pessoas fazem por onde que isso seja procedente [a visão de que os movimentos estão desunidos], mas eu falo pelo MMC, o MMC não tem desunião com ninguém. Porque é assim: eu acho que todos estão na mesma luta, porque que nós vamos ficar desunido, vamos não ser solidário a um despejo. Até eu sou solidário porque eu sou da Pastoral da Moradia, né, antes de ser do movimento pastoral eu sou um ser humano. Então, acho que o movimento (...) tem que estar unido porque são vários, se não tivesse divergência política não existiriam vários movimentos sociais. Aqui na região central nós temos quantos? Temos vários, isso não adianta dizer que não porque tem divergência política, né? Senão seríamos um só. (...) Tem divergência política, (...) mas eu acho que o objetivo de todos os movimento que luta por moradia é um só, é moradia digna pras família, porque as família tão aí, elas não querem saber se alguém tem uma política diferente, elas tão com um objetivo de conquistar a sua moradia”.

Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC)

O MMRC é, como vimos, um movimento ligado a FLM, que apresenta uma linha de estratégia diferente. O MMRC também tem sua origem no MMC, embora isso não tenha sido declarado oficialmente na entrevista.

Problemas do centro de São Paulo – Assim como nas demais entrevistas, o depoimento do membro desse movimento enfatiza a atual política de “higienização” do centro da cidade como um dos maiores problemas existentes:

“Tamos passando por problemas sérios no centro, principalmente com essa revitalização fantástica que diz que querem fazer, isso só na cabeça de um cidadão que não tem projeto de revitalização nenhuma, e nem de revigorar, porque o que eu vejo no dia a dia, convivendo no centro, é coisas absurdas, por exemplo, a limpeza no centro, que limpeza do centro? A limpeza humana...Tão tirando nosso povo da rua e jogando

onde eles querem, então essa é a forma do PSDB de urbanização. Então acho que é um aspecto muito chato da nossa cidade, antes tinha banheiros, agora tá tudo fechado, e a gente vê o povo jogado na marginalidade, a prefeitura e o governo do estado não tão se entendendo, não tão se beijando, e quem paga é o povo né... Então, o centro tá entregue às traças e às baratas.”

Relação dos movimentos sociais com as organizações não-governamentais – A opinião deste entrevistado aproxima-se da que foi manifestada pelo representante do MMC, pois não vê grandes problemas na relação das ONGs com os movimentos sociais. Da mesma forma, a ajuda fornecida pelas ONGs foi destacada:

“A gente sabe que tem problemas, tem maré boa, tem maré ruim, eu tiro mesmo pela Apoio, que não tá passando por um momento bom, e por mais recursos que receba, mais tem que investir, e quando investe legal, firme, consciente, é pouco. Não posso falar mal, porque várias já vieram me procurar, alguns vêm ajudar a raciocinar, tenho amigos que são de ONGs, vão lá dar aula e estão dispostos a colaborar com o curso de formação popular, que nós vamos tá fazendo, então, se está com pessoas boas isso vai se tornar uma boa coisa, e tem pessoas que tão fazendo o bem e a gente tem que estar valorizando essas pessoas.”

Relação da Igreja Católica com o movimento – O entrevistado se declarou católico, contudo, chamou a igreja de latifundiária de imóveis, que não contribui para a resolução da questão da moradia:

“Olha, eu sou católico, mas a igreja nos deixa a desejar, não todas, mas eu vejo a igreja ainda como uma trincheira de bens, e eu costumo dizer também que, as grandes latifundiárias são as igrejas, o que tem de imóvel essas igreja, tem rua que o quarteirão todo é da igreja, mas será que a igreja não tem conhecimento que tem tanta gente morando na rua, e a igreja não doa nenhuma casa, pra que que quer tanta casa essa igreja, é como o governo federal, pra que que o governo quer tanta terra e por que não faz essa reforma agrária tão rápido. Então eu tenho esse ponto de vista, contra a Igreja Católica, porque se a igreja quisesse tá participando da elaboração de um cambio gestor pra reforma urbana, ela daria uma boa contribuição, mas só que não contribui.”

Relação da Pastoral da Moradia com o movimento – Apesar de reconhecer a importância de uma Pastoral da Moradia para os movimentos, aponta suas deficiências e falta de posição mais firme na direção dos movimentos:

“A Pastoral da Moradia é boa? É, mas tem seus defeitos, que é não saber direcionar os movimentos, porque eu acho que a própria Pastoral tinha um papel muito essencial à

frente dos movimentos, mas não, faz de conta que não existe. A pastoral da moradia tem que ter algumas coisas a serem acertadas.”

Relação das igrejas evangélicas com o movimento – Novamente, o patrimônio imobiliário das Igrejas evangélicas é contrastado com a falta de moradia da população:

“Pelo amor de Deus. Os patrimônio que tem essas igreja evangélica. Você vê aquela igreja que tem o Davi Miranda, que eu chamo de Davi Muquirana, aquele palacete ali no Glicério, quanta gente dava pra morar aí, e mais pra frente tem outro espaço que é deles, é um mundaréu, um absurdo. Agora vê o povo ali no Glicério, tomando sopa, água de lavagem, e aquele patrimônio daqueles, não demorou um mês pra aquilo ser construído, é um absurdo...”

Ações no centro da Associação Viva o Centro – O entrevistado desconhecia as ações do Viva o Centro.

Ações da Gestão Marta Suplicy no centro (2001-2004) – O representante desse movimento foi o único que criticou o governo de Marta Suplicy no que se refere às políticas de habitação, ainda que reconheça suas dificuldades em outras áreas:

“A Marta ele teve um período péssimo, mas eu tenho que reconhecer, que ela teve que enfrentar algumas barreiras pra pôr as coisas no trilho, como a máfia do transporte. Acabou com a greve no transporte, na área de transporte eu acho que ela fez uma grande revolução, na educação, já no fim, na moradia eu acho que ela foi péssima e isso eu falo com todo mundo, porque o que construiu, foi muito pouco, e já no finzinho, pensando na reeleição, então, nesse plano, pra mim, foi negativo. Teve suas benfeitorias? Teve...como o bilhete único, os telecentros, muito bons...De 1 a 10, eu daria 8 pra Marta.”

Ações da Gestão José Serra no centro (2005-) – Confirma-se, com esse depoimento, as críticas à maneira como a administração municipal vêm intervindo na região central da cidade:

“E essa administração que tá aí, eu dou zero, até o final eu vou dar zero, porque o José Serra não tem projetos, pode até ter uns assessores bons, bem intencionados, mas não tem política, não teve nenhuma ação desde que ele assumiu, quase um ano. Ele diz que limpou a Cracolândia, mas passa lá agora, pode passar...diz que fechou um monte de hotel ali, tirando os moradores de rua, e jogando onde? O secretário da Habitação até agora não fez nada, deveria ter uma prestação de contas pro povo, pra gente ficar sabendo quais foram as ações que ele já fez aí no centro ou em qualquer canto, mas não tem prestação de conta...”

De uma maneira geral, há um consenso entre os movimentos neste aspecto, pois têm como referência política a idéia de que *“A reforma urbana é a luta por um centro como lugar do*

povo, do direito à moradia, à cidade, à cidadania, um centro aberto e democrático, não um centro de repressão, de expulsão, de exclusão” (Fórum Centro Vivo, 2004: 2). O próprio entrevistado se colocou a favor dessa afirmação:

“Eu sou a favor. De uma cidade democrática, aberta, sem fronteiras, mas, com uma cidade, que a gente tá quase ameaçado de se ter pedágio no centro, porque eu não duvido nada que até o final do governo desse cidadão ele não implante um pedágio, porque ô povo pra gostar de pedágio. Mas eu acredito que a cidade tem que ser do povo, o centro tem que ser do povo, não de carro, de automóvel, o povo é quem tem que dizer o que vai fazer ou não no centro, escola, posto médico, se nós tiver isso no centro, nós tamos vivo.”

Quando questionado se está contra o governo, disse de modo irônico:

“Vocês conhecem, vocês têm até o endereço, vocês pega ali o Viaduto do Chá, do lado direito, também do lado esquerdo, se você descer aqui na Avenida do Estado, 900, também, a subprefeitura, você vai encontrar pessoas que são contra um centro aberto, democrático, popular, porque você vê que eles nem querem manifestação no centro e a gente tem que, mesmo, fazer manifestação no centro.”

Movimentos que atuam no centro de São Paulo – O entrevistado disse que de quatro anos para cá os movimentos que atuaram no Centro foram somente o MMRC e o MSTC. Pois os outros movimentos estavam totalmente comprometidos com o governo. Isso nos revela pontos fundamentais das divergências entre a FLM e a UMM:

“Porque teve movimento aqui do centro que tava totalmente vendido pro governo. As lideranças tava tudo nas secretarias, ficou sem poder agir, e não deixou seus militantes fazer luta. E nós vemos que hoje ainda continua essa coisa de o movimento não querer fazer luta, e ficar assim, em negociaçãozinha com o governo, vai lá, senta com o governo, recebe sua fatia, e não faz luta, e ainda é contra nós quando nós fazemos ocupação. Mas não é isso que vai impedir que a gente faça luta, a gente vai continuar fazer luta, sim.”

(Des)União dos movimentos de moradia – Apontou a desunião dos movimentos como um grande problema. Mas há uma imensa dificuldade de “afinar os movimentos” entre a UMM e a FLM, tanto à questão dos horários quanto à do discurso e práticas políticas:

“Nós sentimos isso, e nós sempre falamos aqui, 'aqui é um passo aberto pra movimentos se reunirem...' A desunião tem mesmo e a gente pretende fazer uma corrente de união, mas nós tamos enfrentando dificuldades, porque às segundas-feiras, acontece reunião em vários movimentos, então não dá pra gente se encaixar no dia,

mas a gente já chamou aqui, pra outras reuniões, acho que uns três sábados reunidos com as lideranças de outros movimentos, chamando pra gente tá discutindo as lutas e tudo, mas tem algumas coisas que não bate, o companheiro não tem tempo, não bate, não dá, então fica sempre assim. É ruim, porque a gente não tem um discurso afinado e isso se torna difícil da gente trabalhar, porque se não tiver união como pode trabalhar, desunidos? Eu falo uma coisa, você fala outra, ela vai e fala outra, pô, se a gente tiver afinado, não é melhor pra todos? Então eu tava falando isso ontem com a ... , coordenadora Geral do MSTC], se sentar aqui na sala, não dá nem meia hora pra gente afinar o discurso que nós queremos, porque senão vai ficar dando tiro pro ar...Então eu tô bastante firme pra que a gente faça essa união, porque fica chato a gente tá desunido, porque a luta é uma só..."

Se há uma ligação entre a FLM e a CMP, o entrevistado respondeu secamente que não.

Mas quando perguntado sobre as divergências disse também que não há muita, e insistiu que a luta é uma só:

"Não, não. O pessoal lá é nosso companheiro, nós não temos divergência. Eu acho que nós quebramos o pau na hora que tem que quebrar, mas depois tem que estar unido, porque a gente luta contra um opressor que é muito maior e muito mais pesado que nós, e se a gente tiver desunido é que danou mesmo. Algumas divergências políticas pode ter, mas não é negocio que tem muito problema."

Fórum dos Cortiços

Problemas do centro de São Paulo - Nosso entrevistado aponta dois problemas do Centro da cidade: primeiro, o valor da terra, e a outra questão, a política, que não atende a população de baixa renda. Coloca que os programas de governo são excludentes ao exigirem uma alta renda. Dessa forma, o processo de expulsão da população de baixa renda do Centro se acentua:

"Eles colocam nos jornais 'vamos recuperar o Centro, vamos revitalizar o Centro, vamos fazer não sei o que do Centro' e aí não fazem nada. Porque não é fácil fazer. Por exemplo, reforma, é muito complicado. Por exemplo, hoje eu digo muito claro, quem vai morar no Centro é a classe média. Os nossos pobres vão morar num mutirão lá na Santa Etelvina, ou lá na Zona Norte. Então, nós estamos fazendo vários projeto da região do Centro, é o 460. Mas uma renda de quatro salário até oito. Aí quem ganha de um a três, que é onde a gente vai conseguir comprar uma terra 50 reais o metro quadrado, não é aqui na região do Centro. Então o grande enrosco da região do Centro é isso. Por exemplo, quando a CDHU atende um cortiço, que ela dá a Carta de Crédito individual e a família tem 15.000 reais de desconto, aonde que ela vai comprar um apartamento, se ela é uma família pequena, conforme o valor da renda dela, se ela pegar 30.000 reais hoje, ela compra uma kitchenette, quer dizer, até dois, meses atrás, uma kitchenette no Centro ninguém queria nem de graça, com a regularização da 460, do Governo Federal, hoje não encontra uma kitchenette por menos de 25 até 30.000 reais aqui na região do Centro. E aí joga essa população pra onde? Cada vez mais longe do Centro. E aí você não tem uma política, 'eu vou recuperar o Centro, mas os

prédios que são patrimônio histórico, que são do Governo e tá fechado, eu vou transformar em locação pra população que ganha até cinco salário, que trabalha nessa região'. Aí sim é que você tem uma política voltada pro Centro. Mas enquanto você tá concedendo financiamento pra cada vez jogar mais longe a população, isso quer dizer que o Centro vai continuar sempre mais vazio, e com toda a infra-estrutura que você tem no Centro e que toda a população paga. Esse que é o maior crime”

O mesmo entrevistado adianta uma solução para os imóveis vazios:

“A solução é aquilo que eu acabei de falar, é uma política voltada pra atender a população mais pobre, na região do Centro. Por exemplo, quem que trabalha de faxineira nos hotéis? Quem que limpa a Prefeitura, por exemplo? Não é a classe média, vamos falar a verdade aqui, né? Quer dizer é uma senhora que mora lá na Cidade Tiradentes, que pega um ônibus às vezes quatro da manhã pra chegar, duas, três horas pra chegar no Parque Dom Pedro, pra depois chegar no local de trabalho dela. Então, essa população deveria estar morando no Centro. Não necessariamente numa propriedade, mas que fosse uma locação, e que essa pessoa tivesse condições de, futuramente, vim até a adquirir esse imóvel. Faltam políticas ainda pro Centro.”

Relação dos movimentos sociais com as organizações não-governamentais – destacou fundamentalmente o Polis, qualificando-o como insuficiente e não-parceiro:

“Olha, tem as... por exemplo, que eu conheço mais é o Polis, né? Assim, tem horas que ajuda, tem horas que chama a gente a gente pra debate. Então é assim, mas ainda falta muita coisa. Muita coisa. Às vezes as coisa que a gente tava precisando naquela hora, num sufoco de um despejo, de qualquer coisa, aí você não acha o fulano, não encontra o ciclano, ainda fica muito por desejar. O que nós temos mais contato é com o Polis mesmo, mas é isso, tá muito longe de ajudar a gente. (...) Dizer assim, não, Polis é parceiro, faz isso, não, não é. (...) Por exemplo, quando tem seminário, às vezes eles chamam nós pra participar. Quando às vezes tem um debate que fala da questão da moradia, às vezes eles chama a gente pra fazer parte da mesa, do debate. Mas, não é todas as vezes não. É isso.”

Relação da Igreja Católica e da Pastoral da Moradia com o movimento – Considera a Igreja Católica como omissa diante dos problemas que atingem a população mais pobre, mas reconhece que no passado ela teve uma função fundamental de apoio aos movimentos, e citou o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns:

“Omissa. Totalmente omissa. Nós tínhamos até alguns padres, algumas freira, uns seminarista, lá em 99, hoje não tem mais nada (...) Era diferente, por exemplo, lá nos anos 80, quando eu comecei minha militância, a Igreja era envolvida com a questão social, hoje, a Igreja acha que só tem que rezar pelos pobre. Ou não sei se pedir a Deus que morra mais depressa pra se livrar deles. Acho que é o único jeito que eles verem a questão social. Ou, às vezes a pessoa ia na porta da Igreja chorar pedindo uma cesta básica, mas não se envolve mais com a questão social. Por exemplo, quando o Dom Evaristo Arns era o bispo de São Paulo, tinha as pastorais, né. Pastoral da

Moradia hoje, tem duas pessoas lá dentro. Tá acabada. Uma ou outra pastoral ainda que tá mais fortalecida, mas as pastorais mesmo que tinha um grande trabalho social com os movimentos sociais, elas foram acabando, acabando, pegaram os padre e jogaram do outro lado do Brasil. E as irmãs, os seminaristas, e destruíram tudo.”

Disse que a Pastoral não funciona, mas que era muito boa na época do cardeal Arns, quando, efetivamente, a Igreja Católica tinha uma posição mais definida e atuante na questão da moradia:

“Imagina, a Pastoral da Moradia é o padre Vidal, que é o padre que coordena a Pastoral. Sabe onde é que ele é padre? Lá na Vila Industrial, na divisa de Santo André, a Pastoral tá aqui na Sé, e tem duas pessoas que fica lá, quando não ele vai e fica seis mês na Espanha. Quer dizer, como é que funciona? Não funciona. E é a forma que a Igreja achou, de dizer assim, 'tá bom, eu não vou dizer não, mas eu vou deixar eles falarem aí, acabando, acabando, até acabar'. Foi assim. Então eu sinto muito porque nós tínhamos padres muitos envolvido, muitos que eu cito nomes, hoje eles fizeram o quê, por exemplo, o padre, os padres na época do Dom Evaristo, Dom Luciano Mendes, da região do Belém, o outro bispo da região da Leste II, em 88, ele mandou, nós começamos o movimento da moradia naquelas regiões, a luta pela moradia, pra desapropriação das terra na época do Quércio, ele mandava carta pra Igreja e dizia o seguinte: todas as paróquia têm que abrir as portas pra ter movimento de moradia. Quando nós fazíamos ocupação de terra naquela época, ele dizia assim 'a missa das nove da manhã de todas as Igreja será destinado às ocupações de terra'. Hoje, cadê?”

Relação das igrejas evangélicas com o movimento – Este depoimento, além de confirmar o afastamento das igrejas evangélicas com relação aos movimentos sociais, acentua a oposição sistemática por parte dos pastores, avessos à participação política dos crentes:

Nem falo nada, viu? Essas são mais omissa ainda, muito mais omissa. Porque o pessoal quem vem que é, por exemplo, de principalmente daquela Universal, eles vêm escondido. Os pastor diz que eles não podem participar do movimento. (...) Vem, vem gente. O estatuto do Fórum dos Cortiços, o estatuto diz que nós não podemos discriminar nem cor, nem raça, nem religião, nem partido. Então a gente fica sabendo depois que a pessoa é evangélica, depois que a pessoa participa de uma determinada Igreja. (...) aqui nós temos pessoas assim, né? Então, é isso. Mas é omissa, é omissa de tal ponto de fazer uma lavagem que diz assim “Movimento Social de Moradia é coisa do demônio”, imagina. Aí depois que a pessoa consegue uma casa, por exemplo, aí eles vão lá ainda faz a pessoa fazer uma garagem pra eles montar uma Igreja lá dentro do mutirão, por exemplo, ou lá dentro do conjunto. É isso.

Ações no centro da Associação Viva o Centro – O entrevistado falou que a Associação está ligada a outras pequenas associações no centro, fazendo parte, assim, de uma rede de poder:

“É a Associação Viva o Centro que ela tem poder, né? Ela é ligada ao Banco de Boston, Banco Itaú. A todas essas... cada esquina aqui, o Centro da cidade, que às vezes as pessoas não conhecem, ela é loteada, então, da esquina da Rio Branco até a rua Vitória tem uma.... como é que é o nome dessas entidades principais, caramba?”

Tem mais de 42 entidades aqui no Centro da cidade, que são essas associações que tão junto com essa Associação Centro Vivo. (...) Então é assim, cada pedaço da cidade tá na mão de uma associação. E eles tão ligado a esse pessoal do... dos ricão mesmo. Porque aí eles falam assim 'mas a gente quer que o Vale do Anhagabaú fique bonito', mas não há Prefeitura que cuide, aí vai terceirizado. A Praça da República tá ficando feia, né? Então vamo terceirizar a Praça da República, aí você faz uma coisa legal que todo mundo só passe e olhe, 'que bonita a praça', mas você não tem direito de andar na praça. Então eles discutem esse tipo de coisa. Junto com essas associações."

Ironicamente, responde à pergunta se a Associação Viva o Centro atrapalha os movimentos:

"Eles tão dizendo agora, essa associação tá dizendo o seguinte que a Prefeitura de São Paulo não pode atender a população de até quatro salários mínimos morar do Centro, num raio de 70 km. Legal, né?"

Ações da Gestão Marta Suplicy no centro (2001-2004) – Considera que a gestão Marta fez pouca coisa, e citou exemplos de projetos que a Marta só aprovou, mas foram os movimentos que fizeram tudo:

"A Marta fez muita pouca coisa. Terminou alguns projeto da época da Luiza Erundina, e só fez dois programas novos, que foi, por exemplo, o Parque do Gato, a rua das Olaria, com tudo as coisas que a gente teve que fazer, a Baronesa de Porto Carreiro que é um projeto nosso, quer dizer, tá um ano parada a obra, a gente nem sabe quando vai terminar, o povo morando de aluguel no maior transtorno. Então ficou umas coisas assim, tudo pelo meio."

Ações da Gestão José Serra no centro (2005-) – O entrevistado tem uma visão muito negativa da administração José Serra, especificamente no que se refere á aprovação de projetos. Citou vários que estão parados na prefeitura, sob alegação de que "não tem dinheiro, porque a Marta deixou mais dívida do que dinheiro" e, com isso, até agora também não fez nada. Portanto, mais uma vez as ações do governo José Serra são vistas negativamente na medida em que não correspondem às expectativas dos movimentos:

"Quer dizer, as periferia tá muito pior do que o Centro, agora claro, qual que é o jogo do José Serra, é pegar esses projeto que já tinha 41 mil dólar, do BID, aprovado pra

essas questão de locação social, bolsa aluguel, pra fazer essas moradias, que são tudo esses projeto que eu falei, Belém, Bresser e outros que tavam aí sendo feito, e desviar os projeto. Em vez de você construir moradia pra população mais carente, é dizer que você vai deixar uma parte do Centro, que tá a droga, que tá prostituição, que tá não sei o quê, bonita, provar isso pro BID pra desviar o dinheiro. E não vai resolver. O que ele quer fazer aqui na Cracolândia não vai resolver. Foi o que eu falei numa reunião pro secretário, em vez da Cracolândia, por que não a Baixada do Glicério? Que é pior do que Cracolândia?”

Movimentos que atuam no centro de São Paulo - O entrevistado foi dos fundadores do Fórum Centro Vivo, mas não participa dele hoje, pois acha que tem muita discussão e pouco poder de ação:

“Olha, eu participei da fundação dessa associação, e eu não tenho quase participado, mas eu percebo assim que eles também não têm muito poder de ajudar a gente, né? Fica meio que amarrado em duas, três pessoas, quer fazer isso, fazer aquilo, tá certo? Então a gente, não sei... em relação... o Centro Vivo, né, que eu tô falando, que é uma associação que é formada por estudantes essa coisa toda, né? Nós formamos o Fórum pra contrapor essa associação que você falou.”

Alinha-se, entretanto, na defesa da proposta do Fórum Centro Vivo de uma reforma urbana que garanta ao povo o direito à moradia, à cidade e à cidadania. Segundo ele, apenas a administração José Serra é contra essa concepção democrática do centro:

“Claro que tem. O tempo todo o governo tá afirmando isso, né? Quando a outra associação [a Viva o Centro] diz que num raio de 70 km do marco da sede não pode morar quem ganha até quatro salário, é óbvio. Eles estão afirmando exatamente a expulsão da população mais pobre. Pra você ter uma idéia, agora o José Serra tá falando que vai cadastrar os carroceiro, olha que troço maluco, pra você trabalhar na reciclagem do Centro, se você não tiver com a tua carroça cadastrada, você não vai trabalhar. Isso é o quê? Por Deus! Quer dizer, então pega esse infeliz... Sabe o que eu fico pensando? Todo mundo critica o Hitler, né? Que matou um monte de judeu. Tudo bem, foi um puta filho-da-puta, mas ele teve a coragem de botar todo aquele monte de gente naquelas câmeras de ares, de gases e matar as pessoas. Agora esses infelizes matam pior do que o Hitler, de uma maneira muito mais massacrante, e ninguém diz nada pra eles. Nem processo eles responde. Você viu o Maluf ontem? Tadinho, né? O que que ele fez pra melhorar quando ele foi Governo do Estado de São Paulo? Ele botou mais gente na cadeia, tirou as escola, quando você tira as creche, as EMEIS. Aí as criança vão pra rua, vão aprender o que não presta e tá hoje o que tá o Estado de São Paulo. Tá certo? O que que ele fez quando governador? Então, essas afirmações a dos momentos nós estamos ouvindo. E não é dos trabalhadores, é de quem está no poder.”

Os três movimentos colocados como mais importantes além do Fórum foram o MMC, a ULC e o MSTC que saiu do próprio Fórum.

Quando perguntamos sobre as divergências com o MSTC o entrevistado falou que foi uma divergência política e apontou diretamente as questões das ocupações:

“Olha, as divergências sempre são as questões políticas. Porque eu penso na seguinte questão, que eu já te falei, você ocupar prédio pra colocar o povo na área de risco, não é isso que a gente quer. O MSTC diz o seguinte “nós temos que ocupar, ocupar, ocupar”, eu digo o seguinte “nós temos que ocupar, negociar, ocupar e conquistar a moradia”, porque a pessoa já tá... Leva uma vida tão desgraçada de miséria, aí você joga ela dentro de um prédio mais miserável ainda? Entendeu? Então são essas as diferenças que a gente tem.”

Quanto às divergências da ULC, movimento do qual saiu o Fórum de Cortiços, a questão era com uma coordenadoria da época:

“Da ULC foram antigas, isso que eu falei, com os antigos pessoais que tavam na coordenação. Hoje até a gente senta junto, discute com a ULC, com o pessoal do MMC, que o Gegê também era de lá. A gente até discute dentro da União junto, né, na Secretaria de Cortiço a gente sente os movimento juntos. Por exemplo se tem um despejo ... Ia despejar a rua do Ouvidor, esses dias atrás, né? E aí, dentro da União se discutiui, eu falei “não, nós temos que fazer essas, e essas, e essas proposta”. E foi pra negociação e que deu certo. Então a gente acaba, esses três movimentos, sentando, por exemplo, o MSTC não tá mais na União. Mas, dos movimento que a gente tem as luta acho que a gente quanto entidade tem se destacado muito, por respeito, perante o Governo, as negociações sérias, essas coisa. Claro que os outros movimentos também têm os seus respeitos, as suas lideranças, tudo isso, mas em negociação, essas coisas, a gente tem conseguido negociar muita coisa.”

Mas, em outro momento da entrevista esclareceu um pouco mais os motivos das divergências com a ULC. Disse-nos que a instituição Miserior “bancou” o movimento, fato que desuniu a militância:

“Aquela instituição que chama Miserior, que é ligada à Igreja Católica. Bancou, eles conseguiram um financiamento pra comprar aquela casa. Eu tava lá na época. Depois, logo que começou, chegou o dinheiro da Miserior, quem fez a militância, trabalhava num emprego, final de semana, à noite ia, a gente foi ficando meio que de lado. Aí na época da Luíza Erundina, eu fui parar aonde? Nos mutirões, lá no Rodolfo Pironea. Depois um dia eles falaram assim XX, você não pode mais fazer parte da coordenação aqui da Associação da Moóca, da ULC, você tem que voltar a fazer o que você fazia’. Falei ‘legal, muito bem, muito bem o que você fizeram pra mim. Tchau’. Saí fora. É assim que funciona? A hora que você não tem dinheiro você serve, a hora que você tem dinheiro, dane-se? E no que deu? Não é isso?”

(Des)União dos movimentos de moradia – O entrevistado foi enfático quanto à desunião dos movimentos, dizendo que está cada um por si. Apontou como principal problema a

participação dos movimentos no governo, pois desmobiliza e, como leu nos livros de Marx e Lênin, liderança tem que ser liderança e se for para o governo vai de vez.

“Olha, te digo uma coisa, sabe o que que é o mal dos movimentos? Te digo nos anos 80, que eu comecei minha militância, a gente não sabia o que era mutirão, não sabia o que era desapropriação de terra, não sabia nada. A gente queria é casa pra morar, e eu mesma construí minha casa lá em 85, né? Que moro até hoje. Então, nós não tínhamos noção das coisas. A gente era muito mais unido, era muito mais unido. Quando nós falávamos assim “vamo ocupar”, nós se preparávamos três, quatro meses, nós íamos pra porta da Igreja vender bônus, nós íamos roubar placa da Sabesp, fazia o diabo, nós éramos muito mais unido. Hoje não, hoje tá meio mais ou menos assim, cada um por si e Deus por todos. (...) Quando começou isso foi já na gestão quando a Luiza Erundina ganhou a administração, depois na gestão da Marta, só eu que não fui pro governo, eu falei “não quero, vou ficar na minha entidade, vou tocar os trabalho, vou fazer”, mas a maioria, por exemplo, se você pegar e hoje mesmo, lideranças de aqui de São Paulo tão em Brasília, tão em Prefeitura próxima daqui, esse é o mal.

Mesmo tendo participado do gabinete do deputado Henrique Pacheco, não deixou a militância em sua entidade e esteve presente em muitas ocupações. Aponta que a desunião também é um problema da disputa de poder dentro dos movimentos (O entrevistado expõe com clareza a disputa entre as pessoas e os grupos e a tentativa de impedir que algumas pessoas, como ele, ganhem maior destaque):

“Eu acho o seguinte, pode ser que sim, e pode ser que não. A gente não consegue avaliar, a cabeça do ser humano é muito complicada. É muito complicada, fora a cabeça de seres humano que nem Deus pisou, porque senão tinham matado ele. É muito complicado, porque ao mesmo tempo em que você tenta unir todo mundo, cada um já tá pensando assim 'mas porque que eu tenho que obedecer ele, ou respeitar ele, ou você?' Tá certo? Isso dentro do movimento social é muito difícil, é uma disputa de poder terrível. Mesmo dentro da União, você pensa que não tem? Tem. Tem. 'Ah, por que a XX sabe tudo da Caixa e a gente não consegue aprender?' Tá certo? Porque quando você vai discutir a Caixa, dentro da União, 'ah, a XX tem que estar porque ela consegue acompanhar os programa e consegue explicar pra gente', aí o pessoal fica muito puto com isso. 'Por que a XX?' Mas caramba, é porque eu fui atrás, eu aprendi, eu corri, eu quis entender como é que eram as leis. Então se cada pessoa quisesse fazer esse empenho, não tinha essa disputa de poder. Porque dentro das entidade não tem poder, tem muito trabalho, e aí, tem essa questão. Aí, por exemplo, forma um grupinho, um grupinho de fulano, daí outro grupinho de ciclano, isso é muito ruim. É isso o que acontece dentro das entidade. “

Sobre uma possível polaridade entre a UMM e a FLM, considera que a FLM tem ainda que aprender muito:

“Não, eu acho que a Frente ainda vai quebrar muito a cara. Eu acho, por exemplo, quando nós tínhamos a Leste II, a parte de campo, por exemplo, nós fomos os fundadores da União, eu, Baticão, Dito, Donizete, Lucimara, e outras pessoas que já até morreram. O Paulo Conforto, que hoje é Promotor Público do Paraná, e tantos outros que podia estar citando aqui. Da coleta de assinatura pelo Fundo Nacional que se aprovou esse ano, depois de 14 anos em Brasília. Então a gente conseguia se unir muito mais, pra você ter uma idéia, às vezes, por exemplo, quando nós vamos pra Brasília, que tinha, uma pessoa tinha que falar pelas entidade nacional, só tinha a CONAN, CMP, e a gente nem tava filiado à CMP, nem existia a União Nacional, você imagina 14 anos atrás o que que não era a vida da gente. Às vezes ficava horas discutindo quem que ia falar três minuto. Pra se chegar em consenso. Hoje não tem mais isso. Ah, o Dito fala.”

Especificamente sobre os objetivos do Fórum colocou que o primeiro é dar moradia, e o segundo é dar condições para morar. Afirma que seu relacionamento com os participantes é guiado pela franqueza e transparência:

“O objetivo é a gente, por exemplo, formar, ter que as pessoas tenham suas casa, primeiro; segundo, que elas consigam pagar e não sejam despejadas de lá. Porque a gente às vezes, na hora de você fazer o programa, e fala assim 'ah, muito bem, você ganha 300 reais, você vai morar na Antártica', e eu não digo isso. 'Ah, tá bom, você ganha 300 reais, você vai poder morar ou na Zona Norte ou na Zona Leste. Que você prefere? Que que é mais perto pra você?' Eu sou realista. Então, acho que a verdade, ela sempre prevalece. Mentira você vai... um dia desmorona. É isso. Eu tenho muito isso comigo. Prefiro chegar e falar 'gente, deu tudo errado aquele projeto, aquele terreno', nós tavamos discutindo um terreno lá no Itaim, maravilhoso, quando nós pegamos o raio da documentação, problema de confronto de área. Vai resolver quando? Já faz quatro ano que tá rolando, daqui seis mês resolve. 'Ó pessoal, deu esse problema aqui', expliquei que que é confronto de área, pode ser que lá pro ano que vem, nós vamos construir esse projeto. E é melhor você falar isso, do que ficar falando mentira pra pessoa.”

Movimentos dos Sem-Teto do Centro (MSTC)

Problemas do centro de São Paulo – O contraste entre o grande número de prédios desocupados no centro de São Paulo e a crescente demanda por moradia por parte da população foram destacados pelos entrevistados desse movimento:

“ Uma maioria dos prédios fechados, se você sair nas ruas de São Paulo no Centro, aqui, no Centro Velho que eles chamam, Praça da Sé, Brigadeiro Luis Antonio, Consolação, vamos pegar, fechar um círculo aqui, Duque de Caxias, você vai ver que tem muito imóvel fechado. Aí você vai lá e consulta esses imóveis, a maioria dos proprietários devem quase o valor do prédio em IPTU. Então o grande problema é que não existe lei pra cobrar [...]”

Vale ressaltar que citaram a conquista da lei sobre o IPTU no projeto piloto de São Paulo:

“ Até que depois da gente brigar muito, fazer ocupações, fazer atos, foram criadas algumas leis, né, e no Plano Diretor diz que o IPTU é progressivo, né, se você deve hoje com o imóvel fechado, o ano que vem você vai dever o dobro e daqui a cinco anos você tem que dar uma destinação pra aquele imóvel. Só que cinco anos os problemas do lado de cá, das famílias vão se agravando também, porque a crise de desemprego aumenta, um número maior de famílias são reintegradas, né, e colocadas na rua e os problemas vão surgindo, onde há necessidade da gente fazer as lutas muitas vezes pra acelerar esse processo.”

O objetivo do movimento, portanto, é de resolver esse impasse, recorrendo às ocupações com a expectativa de negociar. Dessa maneira, as ocupações para o MSTC constituem o principal meio de reivindicação e luta.

Os encaminhamentos de conquistas como Bolsa-Aluguel, Carta de Crédito, Alocação, etc. são resolvidos em assembleias:

“O movimento ele procura o atendimento, o governo faz as suas propostas do que ele tem pra oferecer, né. Então não sou eu, nem, nem a XX, que estamos na frente, que vamos decidir. É feita a Assembleia com as famílias, as opções são colocadas e elas decidem o que é melhor.”

Mas depende de como as conquistas chegam ao movimento. Houve casos em que os benefícios só chegaram depois da reintegração e a associação de famílias já havia se desfeito. Então, os benefícios foram divididos e encaminhados às famílias cadastradas. Existem critérios definidos pela liderança do movimento para receber os benefícios e as famílias devem se ajustar a eles, caso contrário não são contemplados:

“[Para quem vai os benefícios] Pra todo mundo, dentro do critério, você pode estar morando no prédio, mas se você não participa de uma assembleia, você vive criticando o local que você mora – porque acontece muito disso sabe? ‘Que bando de sem teto’. Porque eu vou xingar se eu estou no meio ali, eu faço parte da panela como se diz, então tem algumas laranjinha podre que atrapalha, a gente tem que fazer eles voltar pra base da teoria, pra depois ir pra prática. Então a gente manda a lista de quem, ou então a família fala assim “eu não preciso daqui”, então se ela não precisa vamos ceder o lugar pra quem precisa. Então é o critério do movimento, o nosso critério.”

Relação dos movimentos sociais com as organizações não-governamentais – Falaram muito pouco sobre o assunto, pois responderam somente sobre a ONG que ajuda o movimento, a

já citada APOIO, e acham a atuação dela ótima, muito boa, mas não houve aprofundamento no tema.

Vale dizer que o entrevistado da UMM referiu-se a um advogado que era do governo da Luíza Erundina e que criou a Ong Apoio: “o Manuel Del Rio, que é um advogado que tem uma ONG chamada Apoio, que dá apoio a essa organização no centro de São Paulo [MSTC] e também a alguns movimentos da periferia de São Paulo”.

Um dos entrevistados, no entanto, falou que se pode considerar a UMM como uma ONG.

Perguntamos por que, e disse que não sabia exatamente, mas que suspeitava:

“Olha, a UMM ela tem projetos, ela recebe verbas pra poder ter a sua estrutura. E eu não sei se eles recebem isso como ONG ou como movimento, então como eles recebem dinheiro de fora, de outros países, geralmente essas entidades elas só atendem ONGs mesmo, então quem sabe ela deve ter na sua documentação alguma coisa que diz se ela é uma ONG. Mas isso eu não posso dizer com certeza. Mas que ela tem verba pra poder fazer o trabalho, ela tem, uma ajuda de custo acho que da Miséria³², eu acho, se eu não me engano, e da APPM, uma da Alemanha e outra da Inglaterra.”

Relação da Igreja Católica e da Pastoral da Moradia com o movimento - Para os entrevistados desse movimento, a presença da Igreja Católica é relacionada à Pastoral da Moradia:

“A Igreja Católica em termos ela é boa. Tem aí a Pastoral da Moradia e tem alguns momentos assim nossos, que as reuniões são cedidas em salas. O Santa Efigênia mesmo, tem reuniões lá quinzenais que o padre cedeu. Mas existe alguns padres que eu não sei, então em termos somente ela é boa.”

A resposta sobre a relação com a Pastoral teve dois momentos. No primeiro responderam, como na fala acima, que era boa em termos, e remeteram à época em que um padre, cujo nome não lembram, ajudava muito o movimento:

³²O entrevistado refere-se à Misericórdia, órgão da Igreja Católica alemã que financia projetos sociais, especialmente elaborados por ONGs.

“Anteriormente era melhor, até então com ele, porque ele era uma pessoa assim, bastante companheiro. Hoje em dia a gente participa da Pastoral da Moradia mas não da freqüência que era anteriormente.”

O segundo momento qualificou melhor a ação da Pastoral:

“A Pastoral hoje está fechada, hoje em dia ela atende alguns segmentos, ela não está mais abertas aos movimentos sociais como era em 97, nos anos 90. A Pastoral hoje ela está assim, ela tem uma barreira, hoje ela é mais elite.(...) A Pastoral da Moradia, ela é elite, ela não está tão voltada para as questões dos movimentos sociais, ela não dá aquele apoio mais quando nos anos 90. (...) a preocupação hoje da Igreja no geral, tem alguns segmentos que não, a preocupação no geral da Igreja Católica hoje realmente é voltar o nome forte da Igreja Católica, que as Igrejas Evangélicas conseguiram tomar. Então ela não está mais voltada... ela está voltada pra questão mesmo dela levantar o nome dela.”

Relação das igrejas evangélicas com o movimento - Enfaticamente disseram que não há nenhum apoio das igrejas evangélicas ao movimento. Uma dos entrevistados, que deixou isso claro, no entanto, se declarou evangélica:

“Eu sou evangélica e digo que não tem nenhum apoio. E, assim, existem alguns segmentos da Igreja Evangélica, alguns nomes, alguns rótulos da Igreja Evangélica que usa realmente o povo pra seus próprios interesses.”

Além de não darem apoio, as Igrejas Evangélicas expulsam famílias que participam do movimento, pois consideram vandalismo: *“É, nas Igrejas mais contemporâneas elas excluem realmente e ela acha que é vandalismo, diz que é errado ocupar, invadir o que é dos outros. Aí eu brigo (...)”*

Ações no centro da Associação Viva o Centro – Houve grande indignação em relação ao Viva o Centro. Quando perguntamos sobre a associação falaram ironicamente se

poderiam se calar diante dessa pergunta. E qualificaram a associação como elitista e responsável pelos limites impostos aos programas habitacionais:

“Porque na realidade Viva o Centro é culpada, em suma, é culpada de muitos programas habitacionais pra o pobre não avançar, porque ela não quer o pobre no Centro. Então hoje se reúnem várias entidades ricas, que não vai querer de forma alguma sem-tetos no Centro.”

Ações da Gestão Marta Suplicy no centro (2001-2004) – Classificaram a gestão da Marta como uma boa administração, “apesar de que ainda durante os quatro anos não focou a moradia”. Esperavam que ocorresse a reeleição, e o foco, então, seria a moradia. Contudo, deixaram explícito desde o começo da entrevista que não pararam de ocupar por causa da gestão do PT:

“Na gestão Marta a gente entrava, a porrada a gente dava, nunca deixamos de brigar pra conseguir. Só que é aquilo que ... falou, eu acho que eles estavam contando com mais quatro anos e deixaram a questão da habitação, que é um problema sério em São Paulo, pro último ano quando eles lançaram o Programa de Bolsa-aluguel”

Num outro momento da entrevista, elogiaram muito a criação dos CEUs como respostas às reivindicações de creche e lazer para crianças:

“ Os CEUs, eu pego os CEUs, eu me baseio nos CEUs, nós brigamos há muito tempo, né..., pra que tenha alguma coisa onde o filho da gente possa ficar e a gente fique despreocupado. O CEU ele oferecia isso. Ele oferecia o que eles vê na televisão, que é uma piscina, oferecia um teatro, que filho de trabalhador dificilmente consegue ir, e você tendo a mente da criança ocupada, ela vai se tornar um adolescente com perspectivas.”

Ações da Gestão José Serra no centro (2005-) – A gestão José Serra foi duramente criticada, pois retirou os programas pertinentes à habitação e o programa de Renda Mínima, fato esse que desarma os movimentos:

“ Mas com o Serra, cara, está pior, eu preferia ficar com a espada que a cruz, sabe, porque a espada você se defende, a cruz você fica lá tomando porrada. Com o José Serra nós estamos se sentindo assim na cruz mesmo, sem defesa, sem poder se defender. Não tem programa, ele cancelou todos os programas, Bolsa-aluguel, Locação Social e o cara durante toda a época antes de se eleger ele vivia falando que ele iria planejar, planejar, planejar e ele continua planejando, ele ainda está planejando.”

O contraste entre as duas gestões ficou gritante. Quando falavam sobre a gestão José Serra a indignação era evidente, chamando a atenção para o fato de que o então prefeito José Serra foi ministro da Saúde, portanto, sabe da proliferação de doenças pelo contato com animais. Relacionou esse fato com a ocupação que fizeram na Prestes Maia onde havia uma quantidade imensa de ratos e baratas, e tiraram 333 caminhões de lixo. E contou outro caso, da ocupação da Nove de Julho, na qual, depois do despejo, houve abaixo assinado para eles voltarem, pois havia diminuído muito o número de insetos e ratos, além do tráfico que voltou a ocupar o prédio.

Movimentos que atuam no centro de São Paulo – Os três movimentos mais importantes do Centro para os entrevistados, fora o MSTC, são a ULC, o Fórum de Cortiços e o MMC. Mas agora há mais movimentos reconhecidos pela Prefeitura: o MMRC (Movimento de Moradia da Região Centro) e o MTSTRC (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Região Central). E também a FLM como uma entidade-mãe divergente da UMM.

Quanto às ações conjuntas dos movimentos, deixaram claro que as fazem. No entanto, chamaram atenção para a falta de luta, em alguns casos, da UMM e do Fórum de Cortiços:

“Quando os outros movimentos tiram pra ocupar, a gente está junto. Pra você ver, no Canindé, quando nós ocupamos o Pari/Canindé em 2002, ocupamos em conjunto, nós, MMC e ULC, só o Fórum de Cortiços na época foi convidado mas não quis participar porque não era o feitiço dela mais participar. Então os três participaram e os três conquistaram (...).

Os três participaram e os quatro conquistaram.

Os quatro conquistaram, é. Porque no final acabaram conquistando. Que nem as lutas de julho de 2003 que nós fizemos em conjunto com a FLM, a ULC também veio participar, outros movimentos, poucos se juntaram e vieram participar e, no final todos os movimentos acabaram ganhando. Todos foram contemplados.”

Vale recuperarmos aqui a rede de origens dos movimentos. Como se disse no início, o MSTC saiu do Fórum de Cortiços, que por sua vez saiu da ULC, entidade que deu origem a todos os movimentos vistos nesta pesquisa:

“Aliás, toda luta, se você pegar de 1982 pra cá, tudo começou na Moóca com um grupo que ainda existe que é a ULC. Da ULC saiu o Gegê, que criou o MMC, que é o Movimento de Moradores do Centro, que vocês devem conhecer. Da Moóca saiu a

Verônica que criou o Fórum de Cortiços. Da Verônica nós saímos e criamos o MSTC... (...)
Acabou ramificando na verdade, né, porque era um movimento só e aí a partir da ULC (...)
que a ULC é a entidade considerada mãe, porque saiu de todos.
[Solange] Na verdade é a Associação da Moóca.
Da ULC saiu o MMC, que é um outro movimento. Do Gegê saiu o Nelson [atual líder do MMRC]”.

Tais divergências foram apontadas como uma das maiores dificuldades que os movimentos do centro enfrentam para conseguir suas reivindicações. Indagados sobre o aparente refluxo dos movimentos especificaram algumas divergências que expressam as dificuldades atuais:

“Cada um tem um tipo de trabalho, cada um tem uma metodologia de trabalho. Não é que eles estão desunidos, é que nós, que nem a ... falou, nós somos encarados como os radicais, porque a gente vai pra luta. O MMC, ULC, Fórum de Cortiços eles ficaram mais na faixa da negociação, só que eles também estão acordando que só ficar fazendo atinho e marcando reunião não está dando resultado, porque do mesmo jeito que não está saindo o que a gente espera, pra eles muito menos. As promessas feitas de gabinete não estão sendo cumpridas. Então se precisar sentar nós e todos os movimentos, a gente vai sentar sim, sem dúvida nenhuma.”

Mas enfatizaram o fato dos movimentos ligados à UMM não quererem sentar com os movimentos da FLM:

“Agora, eles que não sentam com a gente. E assim, a visão que vocês têm de fora, nós temos dentro também. É verdade sim, que eles não sentam com a gente, todos os momentos que a gente faz luta, chama reunião da Frente. Pra se ter uma idéia, nós chamamos uma reunião da Frente pra discutir a questão da reintegração de posse que está acontecendo no Centro de São Paulo. E aí chamamos todos os movimentos, não vieram, o Polis chamou, foram todo mundo, entendeu? Então, quer dizer assim, por quê? O que que tem o MSTC de errado? É que o movimento ele vai pra dar cacete mesmo, não vai pra passar a mão na cabeça de ninguém, ninguém passa na nossa cabeça, porque que a gente vai passar. Então a gente tem essa visão. Mas se for pra sentar quando chamam a gente, logicamente que a gente também não tem que ficar trabalhando só com a agenda deles, nós temos um plano de luta a seguir pela frente mas quando chamam a gente, a gente vê se dá pra jogar peso, a gente joga.”

3.3 Síntese analítica

“(...) é preciso antes de mais nada, saber a respeito do que falamos, quer dizer, aprender a reconhecer os “movimentos sociais urbanos”, colocar um pouco de vida, isto é, de história concreta, no que ainda permanece um espaço teórico mal delimitado ou uma referência ideológica globalizadora”³³.

Observamos as diversas politizações dos movimentos dos sem-teto e as diferenças ideológicas existentes entre eles - dos mais pragmáticos aos mais revolucionários. Transcrevemos, a seguir, a interpretação de Oliveira (2000:10-13) a respeito das características da população que compõe os movimentos dos sem-tetos, seus objetivos e sua composição ideológica:

Os movimentos dos sem-teto são compostos por pessoas pertencentes às camadas mais pobres da sociedade. Nelas estão incluídos: trabalhadores subcontratados, pessoas que possuem salários muito baixos e não têm estabilidade no emprego, aqueles que atuam na área informal e os desempregados. Muitos desses indivíduos vivem nas ruas³⁴ ou dependem da boa vontade de parentes e amigos para terem onde morar. Outros ainda são inquilinos, mas são constantemente ameaçados de despejo, ou moram em péssimas condições em cortiços e favelas. Ou seja, os sem-tetos são homens e mulheres³⁵ que vivem exclusivamente da venda da sua força de trabalho, ou melhor, são homens e mulheres que não mais conseguem sobreviver com a venda da sua força de trabalho, daí o (di) lema de um desses movimentos: “Se pagar o aluguel não come, se comer não paga o aluguel” (MSTC – Movimento Sem-Teto do Centro, São Paulo). Cabe ainda acrescentar que também fazem parte dos movimentos dos sem-teto: jovens sem preparo para o mundo do trabalho, indivíduos egressos da prisão, pessoas que passaram por uma desestruturação familiar e ainda crianças e idosos cujos parentes mais próximos também se encontram no movimento³⁶.

³³ CASTELLS M. “Pesquisas sobre os movimentos sociais urbanos”. In: CASTELLS, M. *A questão urbana*, São Paulo, Paz e Terra, 1975. p392.

³⁴ Acreditamos que a grande maioria dos moradores de rua não faz parte dos movimentos reivindicatórios por moradia. Isso provavelmente se dá por causa da tamanha miséria em que se encontra o morador de rua, o qual não possui dinheiro, tempo nem disposição para lutar. Tal população se encontra muito mais ligada às políticas de assistência social do que às políticas habitacionais apud OLIVEIRA, Nathalia Cristina. *Os Movimentos dos sem-teto da cidade de São Paulo frente aos governos neoliberais (1995-2002)* Projeto de Iniciação Científica, 2005, p11.

³⁵ Com o passar dos anos o número de integrantes femininas nos movimentos dos sem-teto aumenta cada vez mais. O poder das mulheres nas ocupações passa a ser mais notório, muitas delas são as grandes lideranças dos acampamentos e estes, por sua vez, tendem a ser batizados com nomes de grandes revolucionárias, como por exemplo: Olga Benário Prestes, Anita Garibaldi. Durante a assembleia dos movimentos dos sem-teto realizada no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, havia um grande apoio e incentivo para que as mulheres fizessem o uso da palavra, e, na ocasião, a mesa estava sendo comandada por uma mulher. apud Idem, *ibidem*, p11

³⁶ De acordo com uma carta aberta ao Governador Geraldo Alckmin, o MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro) expõe a situação das crianças e dos idosos dos movimentos dos sem-teto. As crianças são impedidas de se matricularem nas escolas ou creches porque não têm como apresentar atestado de residência e por isso se sentem muito envergonhadas frente aos amigos de escola. Enquanto as crianças penam para se conservar crianças devido às suas condições precárias de vida, os idosos penam para ter uma velhice tranquila, depois de muitos anos de vida e de lutas, ainda se sentem inseguros e fragilizados frente aos despejos recorrentes pelos quais passam, muitos ficam tão abalados que acabam sendo internados em hospitais. apud Idem, *ibidem*, p11

René Mouriaux (2002) acredita que na nova fase do capitalismo é possível definirmos três tipos distintos de lutas sociais e políticas na Europa³⁷. Respeitando as diferenças entre o quadro europeu e o brasileiro, acreditamos que a tipificação feita por Mouriaux aplica-se ao Brasil, assim colocamos essa tipificação:

As lutas de urgência seriam aquelas em que as pessoas lutam para garantir sua sobrevivência devido à deterioração da situação econômica de uma parcela da classe trabalhadora, sendo obrigadas a lutarem pelas coisas mais elementares, tais como: comida, abrigo e emprego. Temos também as lutas defensivas, que seriam as que buscam a manutenção das conquistas sociais já alcançadas. Por fim, existiriam as lutas que propõem soluções, que seriam as que se contrapõem radicalmente à lógica do liberalismo econômico de maior rentabilidade à curto prazo. Dentre esses tipos de lutas sociais e políticas, acreditamos poder classificar os movimentos dos sem-teto como um movimento de urgência, posto que lutam para a obtenção de uma moradia segura, lutam por condições básicas e urgentes que garantam minimamente a sua existência física. Apesar da reivindicação de urgência (aquisição de uma casa) dos diferentes movimentos dos sem-tetos ser a mesma, esses movimentos apresentam uma diversidade de orientações ideológicas. Poderíamos dizer que existem gradações de politização nos distintos movimentos.

Um primeiro nível de politização poderia ser representado por um grupo de pessoas com habitação precária que se organiza para pressionar o governo para que arrume casa para elas; representaria uma luta localizada para resolver interesses localizados – legítimos, mas localizados. Agora, saindo da luta local para a luta ampla dirigida a todos que têm habitações precárias, estaremos saindo também do corporativismo para a política, ou seja, o problema habitacional é posto em outro nível, no nível da política de Estado, onde se pressiona um governo (municipal, estadual ou federal) para que ele tenha uma política habitacional que resolva o problema da habitação no país³⁸. Esse grau de politização fez com que um dos movimentos, o MSTC, levantasse a palavra de ordem: “O governo federal cede as terras, os imóveis, o governo Estadual constrói as moradias populares, a prefeitura urbaniza”. Os movimentos por moradia também apresentam importantes discussões no que se refere à Reforma Urbana, à aprovação e à implantação do Estatuto da Cidade (criado pela lei 10.257 de 2001) em nosso caso, na revitalização do centro da cidade de São Paulo, neste último, os movimentos pressionam os governos para que reformem e legalizem os prédios vazios ocupados pelos sem-teto. Há ainda, um terceiro nível, e esse é o mais elevado. Seria aquele em que os movimentos dos sem-teto percebem que para mudar a política habitacional é preciso mudar toda a política econômica e social e concluem que com o bloco vigente no poder tal política não mudará - com a manutenção da dependência, do pagamento da dívida, do crescimento econômico baixo, da concentração da propriedade urbana e da renda, não é possível uma política habitacional popular. Aí eles passariam da luta para influenciar o poder à luta pelo poder.

Temos, então, três níveis: reivindicativo localizado e corporativo, a luta política por uma nova política para o seu segmento (moradores em condições precárias) e a luta pelo poder político em aliança com todos os demais interessados em acabar com aquilo que o segmento identifica como obstáculos para a realização dos seus interesses.

³⁷ MOURIAX, René. “A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa.”. In: *Crítica Marxista*, nº14, São Paulo, Boitempo Editorial, 2002. apud Idem, *Ibidem*, p11

³⁸ No que se refere às políticas habitacionais essas são muito escassas, burocráticas e ineficientes, principalmente para as famílias mais carentes. Temos conhecimento da existência de dois programas habitacionais que criados durante o governo FHC: o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), no âmbito federal, e o Programa de Atuação em Cortiços (PAC) na esfera estadual paulista. Porém, ambos os programas não oferecem recursos às famílias que mais precisam, que são aquelas que recebem até três salários mínimos mensais – no âmbito nacional, cerca de 83% do déficit habitacional está concentrado nas famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Existem três outros programas habitacionais: Pró-Moradia, Carta de Crédito Individual e Carta de Crédito Associativo. apud Idem, *Ibidem*, p12

Para a tipificação das ideologias devemos ver quais são as justificativas para as organizações e ações dos sem-teto visam na conquista da moradia. São elas - as justificativas - um direito constitucional³⁹, um motivo religioso, socialista, ou, ainda, a situação de penúria em que se encontram?

Em suas colocações não encontramos fundamento religioso ou de cunho socialista, mesmo tendo citações de leituras de autores de origem marxista. Os Movimentos legitimam suas ações com base nos direitos sociais e em sua situação: moradores de cortiços (históricos) e na existência de prédios vazios.

Temos como referência que a construção de uma nova concepção de sociedade civil é resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais das décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaço de participação social. Essa nova concepção construiu uma visão ampliada da relação Estado – sociedade, que reconhece e legitima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivo de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental.

Nesse processo, observou-se o desenvolvimento da concepção de cidadania, não apenas como categoria individual, mas, também coletiva, segundo Silva Telles(1994), há “o reconhecimento do outro, até então excluído, segregado e estigmatizado, como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas”.

Oliveira (2005:13) também afirma: *“Outro aspecto a ser analisado é qual a percepção dos movimentos quanto a desigualdade social e urbana que os rodeiam e, ainda, qual seria a visão que os movimentos por moradia possuem da sociedade e da cidade.”*

³⁹ De acordo com a Constituição, temos no Capítulo II - *Dos Direitos Sociais*, no artigo 6, o seguinte: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (grifo do autor). apud Idem, *Ibidem*, p13

“A reforma urbana é a luta por um centro como lugar do povo, do direito à moradia, à cidade, à cidadania, um centro aberto e democrático, não um centro de repressão, de expulsão, de exclusão” (Fórum Centro Vivo, 2004: 2)

Essa frase foi elaborada pelos participantes do Fórum Centro Vivo e colocada aos entrevistados para se posicionarem. Essa frase pode ser considerada um resumo da forma como os Movimentos participantes pensam da reforma urbana, e sobre o Centro que querem viver. Os entrevistados pontuaram de sobremaneira a forma com vem sendo a realizada a revitalização do centro de São Paulo, como um grande problema a ser enfrentado, desse modo questionam a sociedade e o que haveria de ser a “revitalização” proposta por grupos como a Associação Viva o Centro.

O conflito envolve a negociação, o questionamento de padrões, das maneiras de como a sociedade é concebida, da forma como se vive e, em nosso caso, da forma que se quer o Centro de São Paulo. Nesse sentido, esse questionamento envolve a ação e a fala, e revela uma necessidade, já apontada nas colocações, de termos um efetivo diálogo social.

Então, podemos pensar que os movimentos presentes no Centro são agentes da fala da população encortijada. A luta dos movimentos ali presentes é pela participação no debate sobre o Centro? É a luta para ser ouvido?

Oliveira (2005:13) aponta que: *“Existem diferentes associações articulando os movimentos dos sem-teto: a União dos Movimentos de Moradia (UMM), a Central dos Movimentos Populares (CMP), a Frente de Luta pela Moradia (FLM)”*. E nessas associações, percebemos que há uma diferenciação ideológica entre os Movimentos filiados a UMM e CMP, e os Movimentos ligados a FLM.

Continuamos através de Oliveira (2005) apresentando as diferenças:

Apesar da diversidade ideológica que existe entre os movimentos dos sem-teto, acreditamos ser um equívoco pensar que eles sejam grupos rivais entre si, posto que todos têm uma mesma prioridade: a obtenção de uma casa, lutando assim por uma mesma causa. Há momentos em que diferentes grupos agem conjuntamente, acreditando que a união traz mais chances de vitórias e conquistas. Podemos constatar que há uma relação de companheirismo entre os Movimentos⁴⁰.

As ações dos movimentos dos sem-teto se dão por meio de dois tipos de ocupações: a ocupação tática, que seria aquela em que os sem-teto ocupam locais, como repartições públicas, somente para chamar a atenção dos governantes e da população e não para morarem no lugar em definitivo. Um dos meios mais eficazes para adquirir visibilidade é a divulgação do movimento na mídia. Com esse tipo de ocupação os movimentos podem demonstrar as suas forças e apresentar as suas reivindicações. Essa ação é mais utilizada pelos Movimentos filiados a UMM e a CMP. Já o outro tipo de ação é a ocupação estratégica (“Ocupar, resistir, construir e morar”), é foco dos Movimentos pertencentes à FLM. Seria a ação direta do movimento para solucionar o problema da falta de moradia, ou seja, os sem-teto ocupam prédios vazios com o intuito de morar lá definitivamente⁴¹. Poderíamos ainda acrescentar, um outro tipo de ocupação, a ocupação-denúncia⁴² em que prédios vazios são ocupados para que o poder público os utilize como prédios “pulmão”, ou seja, o edifício funciona como uma moradia transitória para alojar famílias dos projetos cujos imóveis vão ser reformados.

Gostaríamos de observar um último ponto. Relaciona-se às duas principais reivindicações dos movimentos dos sem-teto por: a) políticas habitacionais para a construção das casas e b) reforma e legalização dos prédios vazios na região central. Será que há uma “preferência” por algumas das soluções?

Assim, vejamos agora as diferenças de pensamento dos Movimentos sobre esses aspectos apresentados:

Fala da UMM:

“O que a gente está vendo é que o Plano Diretor tem gerado pouco impacto sobre as políticas urbanas aqui na cidade de São Paulo, especificamente nas zonas especiais de interesse social e no centro. Então acho que esse é um dos problemas que nós temos para reverter e a expectativa que a gente tinha era de que, para melhorar e para modificar a situação, acho que uma legislação específica seria um dos pontos. O segundo ponto é a própria ação do poder executivo, o investimento de políticas de habitação no centro. (...) E a terceira questão é a possibilidade de você estabelecer convivências no território e a possibilidade de estabelecer uma convivência mista no centro. Se você combinar esses três – investimento, legislação específica e possibilidade de você estabelecer essa convivência – há uma nova mudança nas políticas no centro de São Paulo.”

⁴⁰ A respeito de mais ações conjuntas vide mais informações em: Boletim “Luta por Moradia”, nº7, julho de 2001 e nº9, novembro de 2001, São Paulo: MSTC apud OLIVEIRA, Nathalia Cristina. Os Movimentos dos sem-teto da cidade de São Paulo frente aos governos neoliberais (19950-2002) Projeto de Iniciação Científica, 2005, p14

⁴¹ Boito Jr, Armando. “Neoliberalismo e relações de classes no Brasil” In: *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, ano 9, nº1. Campinas, Unicamp/IFCH, 2002. p.36-37. apud Idem, *Ibidem*, p15

⁴² Utilizamos essa denominação “ocupação-denúncia” porque o Boletim *Luta por Moradia* utiliza esse termo ao se referir a uma ocupação conjunta (MMC, ULC e MSTC) de dois prédios da CDHU que seriam posteriormente negociados para serem transformados em prédios “pulmão”. Boletim *Luta por Moradia* nº 7, julho de 2001. São Paulo: MSTC. apud Idem, *Ibidem*, p15

“Já não é mais a intenção dos movimentos filiados à UMM realizar a ocupação com o objetivo de estabelecer moradia no local. A intenção é ocupar e ficar apenas um ou dois dias para dar visibilidade para a luta por moradia e pressionar o poder público”.

Fala do Fórum dos cortiços:

“Olha, as divergências sempre são as questões políticas. Porque eu penso na seguinte questão, que eu já te falei, você ocupar prédio pra colocar o povo na área de risco, não é isso que a gente quer. O MSTC diz o seguinte “nós temos que ocupar, ocupar, ocupar”, eu digo o seguinte “nós temos que ocupar, negociar, ocupar e conquistar a moradia”, porque a pessoa já tá... Leva uma vida tão desgraçada de miséria, aí você joga ela dentro de um prédio mais miserável ainda? Entendeu? Então são essas as diferenças que a gente tem.”

“A solução é aquilo que eu acabei de falar, é uma política voltada pra atender a população mais pobre, na região do Centro. Por exemplo, quem que trabalha de faxineira nos hotéis? Quem que limpa a Prefeitura, por exemplo? Não é a classe média, vamos falar a verdade aqui, né? Quer dizer é uma senhora que mora lá na Cidade Tiradentes, que pega um ônibus às vezes quatro da manhã pra chegar, duas, três horas pra chegar no Parque Dom Pedro, pra depois chegar no local de trabalho dela. Então, essa população deveria estar morando no Centro. Não necessariamente numa propriedade, mas que fosse uma locação, e que essa pessoa tivesse condições de, futuramente, vim até a adquirir esse imóvel. Faltam políticas ainda pro Centro.”

Fala da ULC

“A gente, na verdade, trabalha para o Fórum Nacional da Reforma Urbana(...) na verdade, lutamos na outra gestão para o Plano Diretor, que nós ajudamos a elaborar, tudo para facilitar a habitação de interesse social, para que barateie o custo da terra..”

“hoje o movimento é propositivo, ele aponta alternativas, mesmo com projetos, mesmo com indicações para os três tipos de governo, negocia até o prédio fechado, que é melhor.”

Fala do MMRC:

“Porque teve movimento aqui do centro que tava totalmente vendido pro governo. As lideranças tava tudo nas secretarias, ficou sem poder agir, e não deixou seus militantes fazer luta. E nós vemos que hoje ainda continua essa coisa de o movimento não querer fazer luta, e ficar assim, em negociaçõezinha com o governo, vai lá, senta com o governo, recebe sua fatia, e não faz luta, e ainda é contra nós quando nós fazemos ocupação. Mas não é isso que vai impedir que a gente faça luta, a gente vai continuar fazer luta, sim.”

Parece não existir uma preferência, se assim podemos dizer, mas uma opção estratégica em relação ao tipo de ocupação a ser realizada.

Os Movimentos, ligados a UMM, de modo geral, colocam em suas falas a falta de uma política comprometida com a questão Centro. Os programas existentes acabam sendo paliativos e ineficientes diante da demanda existente e ainda são extintos com a troca de governo.

A reforma de um prédio na região central para local social representa um ganho pontual para o Movimento, sem, no entanto, impedir a luta por reivindicação por políticas habitacionais mais amplas.

4 O Movimento de Moradia do Centro

O Movimento de Moradia no Centro iniciou suas atividades por volta de 1984. Em um primeiro momento, sua composição restringia-se aos moradores de cortiço que se organizavam para protestar contra as taxas de água, luz e IPTU. Tais taxas costumavam superar o valor do próprio aluguel. Contudo, não eram os moradores que recebiam as contas dos órgãos públicos. Entre eles e o governo colocava-se o proprietário do imóvel, que repassava o valor aos moradores, sem jamais apresentar comprovantes ou recibos. As cobranças de impostos eram altas. Ainda há de se considerar que o dono do cortiço podia muito bem acrescer o valor das tarifas, aumentando, assim, seus lucros. Aqueles que reclamassem da dupla exploração eram “convidados” a retirarem-se do cortiço. Sabendo que em outro cortiço a situação não seria diferente, não dispendo de outras opções de moradia – era o cortiço ou a rua – as pessoas acabavam se submetendo à exploração.

O primeiro passo para a formação do MMC foi dado naquele ano de 1984, quando Luís Gonzaga da Silva, o Gegê, viu uma manifestação de um movimento de favela em frente à prefeitura de São Paulo. Ele se aproximou dos manifestantes e se inteirou do motivo que ali os

trouxera e viu que no cerne da questão estavam as elevadas taxas públicas em comparação com os recursos financeiros que possuíam. Gegê conversou com seus companheiros de cortiço, contou aos colegas o que descobrira sobre as mobilizações populares da favela e decidiram que eles também precisavam se mobilizar. A primeira ação do grupo foi relativa à cobrança de água. Dirigiram-se até a Sabesp e os cálculos da companhia estavam realmente errados. As tarifas baixaram. Por outro lado, os moradores passaram a exigir dos proprietários do cortiço que prestassem contas e apresentassem os recibos. Em represália, muitas pessoas perderam a moradia. Os aluguéis também subiram de preço. Não podendo mais mentir acerca do valor da água, da luz e do IPTU, os proprietários de cortiço expulsaram os moradores mais engajados e aumentaram o custo dos aluguéis para compensar os lucros perdidos com o maior controle dos inquilinos no que tange às taxas públicas. A mobilização, no entanto, não se dissipou.

Os moradores que haviam sido expulsos do cortiço pelos proprietários, os que permaneceram no cortiço e ainda aqueles que foram para a rua por não poderem mais pagar o aluguel, mantiveram-se unidos. Eles oficializaram o movimento. O MMC passou a cadastrar os seus membros, a realizar assembléias periódicas e instituiu regras disciplinares. Há no MMC um estatuto formulado pelos próprios integrantes. Hoje, quem deseja se cadastrar no MMC, primeiramente, toma conhecimento do estatuto e só é aceito caso se comprometa a se enquadrar nas regras do movimento, tais como, por exemplo: não beber, não usar drogas, ter uma assiduidade mínima nas assembléias, contribuir financeiramente com o movimento e prestar serviços à coletividade.

Da exploração vivenciada nos cortiços à ausência total de moradia intensificada pela crise econômica, desemprego e queda do poder aquisitivo de fins da década de 80 e princípio dos anos 90, coloca-se em andamento a prática de ocupações de prédios públicos e privados abandonados, terrenos ociosos, instalações de fábricas falidas encampadas pelo governo como pagamento de

parte da dívida de empresários. O MMC concentrava-se em uma ocupação: a da rua do Ouvidor. A ocupação da Presidente Wilson (entre o bairro do Ipiranga e Mooca), na qual foi realizada uma primeira parte do trabalho de campo não pertence mais ao Movimento, pois um grupo de marginais, de fora do movimento, provocaram uma rebelião e tomaram posse do lugar, expulsando os moradores. O “líder” desse levante viria a ser assassinado posteriormente, levando Gegê a ser indiciado como co-autor do crime. O nome das ocupações fazia sempre referência à rua onde ele se localiza.

O MMC mantém contato com certas alas da Igreja, em especial com as pastorais da moradia e da criança. Além disso, tem como parceiros de luta política a Central Única de Trabalhadores (CUT), a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento dos Sem Terra (MST) e o Centro de Direitos Humanos Gaspar Garcia. No início, houve resistência por parte dos dirigentes do MMC quanto à aproximação com a Igreja Católica. Segundo Gegê, ele e outros companheiros achavam que “*não tinha nada a ver*” uma ação conjunta com a Igreja. Mas com o tempo perceberam que quanto mais pessoas fossem vinculadas à causa, mais chances teriam de conquistar moradias. A aproximação com a CUT explica-se pelo fato de alguns militantes do MMC serem ex- sindicalistas, a exemplo de Gegê. Esses membros do MMC desligaram-se dos sindicatos porque, uma vez desempregados, foram empurrados para a economia informal; contudo, trouxeram para o MMC forte herança do movimento sindical, conforme discutiremos posteriormente. A Central de Movimentos Populares (CMP) congrega movimentos de sem-teto, de cortiço, de saúde, de educação, de negros de todo o Brasil. A CMP busca o mútuo apoio dos movimentos às diversas causas.

4.1 Os moradores da Ocupação Presidente Wilson

Durante o trabalho realizado pelo Lab Hab/ FAU USP houve a necessidade de um conhecimento maior dos integrantes da Ocupação Presidente Wilson. Dessa forma foi aplicado um questionário com perguntas referentes à origem, hábitos de compras, lazer, rotinas, habilidades e interesses. Nossa pesquisa acompanhou de perto esse trabalho, colaborando em sua aplicação e por isso tivemos acesso aos dados que apresentamos a seguir.

Pela análise das tabelas 1 e 1.2 temos a composição básica da Ocupação Presidente Wilson do MMC, com predomínio de adultos, em seguida de crianças. Uma característica da Ocupação é a existência de uma grande área livre, considerada “própria para as crianças brincarem”, por isso há uma preocupação do Movimento em deslocar famílias com crianças para esse local. Com relação ao gênero temos uma diferença percentual pequena entre homens e mulheres, podemos dizer que há um equilíbrio.

Tab. 1) Idade		
a) 0 a 3	27	15%
b) 4 a 8	25	14%
c) 9 a 12	7	4%
Crianças até 12 anos	59	33%
d) 13 a 17	11	6%
e) 18 a 25	28	16%
Adolescentes/Jovens	39	22%
f) 26 a 35	31	17%
g) 36 a 45	34	19%
h) 46 a 55	13	7%
i) 56 a 65	2	1%
Adultos até 65 anos	80	44%
j) > de 65	2	1%
Total	180	100%

Tab. 1.2) Sexo		
a) F	81	46%
b) M	95	54%
Total	176	100%

Tab. 2) Natural de		
a) Norte	1	1%
b) Nordeste	75	43%
c) Centro-Oeste	2	1%
d) Sudeste	38	22%
e) SP-SP	51	29%
f) Sul	8	5%
Total	175	100%

Tab. 2.1) Tempo em SP		
a) até 1 ano	18	10%
b) 1 a 5 anos	39	23%
c) 6 a 10 anos	24	14%
d) 11 a 20 anos	25	15%
e) mais de 20	66	38%
Total	172	100%

Nas tabelas 2 e 2.1 encontramos a origem dos componentes da Ocupação. 43% dos moradores vêm do Nordeste. Um outro dado que podemos relacionar é o tempo de permanência em São Paulo, 38% reside na cidade a mais de 20 anos, reflexo da forte imigração ocorrida para São Paulo em nosso passado recente. Devido ao auge da industrialização, entre as décadas de 60 e 80 a migração nordestina para a região Sudeste, em especial ao estado de São Paulo foi intensa, pois a cidade era considerada a "terra das oportunidades".

Observamos também que há uma queda nos últimos 20 anos, Cunha e Dedecca (2001) colocam que São Paulo, passou por grandes mudanças sócio econômicas e demográficas. Além da desconcentração da atividade produtiva, que de certa maneira seguiu a tendência nacional, a região experimentou uma sensível deterioração das condições materiais de vida de sua população expressas pelo aumento da pobreza e da concentração de renda, pela explosão dos problemas habitacionais e de infra-estrutura e, sobretudo, pela precarização progressiva das condições de inserção econômica de sua população.

Um outro dado que chama atenção é a baixa escolaridade 64% tem até o ensino fundamental e 22% não estudou. Com relação ao trabalho temos um quadro da realidade a concentração de empregos dos moradores da Ocupação está nos bairros considerados centrais: Sé

/ República / Parque Dom Pedro, B.Retiro/Luz/P.Pequena / C.Elísios / Sta.Cecília Glicério / Cambuci. A área central é tida como um local de fácil locomoção devido a soma de transportes coletivos que ali “desembocam”, assim sendo o “ônibus” se torna a principal meio de transporte.

Tab. 3) Escolaridade		
a) pré-escola	7	4%
b) 1ª a 4ª série (fundamental)	61	36%
c) 5ª a 8ª série (fundamental)	47	28%
Ensino fundamental	108	64%
d) colegial imc. (ensino médio)	11	6%
e) colegial comp.(ensino médio)	3	2%
f) curso prof.	3	2%
g) curso superior	0	0%
h) não estudou	38	22%
Total	170	100%

Tab. 4) Trabalha?		
a) sim	71	42%
b) não	100	58%
Total	171	100%

Tab. 4.1) Região/Bairro do trabalho (o mesmo da escola)		
a) Sé / República / Parque Dom Pedro	11	15%
b) Brás	2	3%
c) B.Retiro/Luz/P.Pequena / C.Elísios / Sta.Cecília	8	11%
d) Liberdade	6	8%
e) Pari	2	3%
f) Bela Vista / Bexiga	2	3%
g) Mooca	4	5%
h) Santo Amaro	1	1%
i) Ipiranga	4	5%
j) Aclimação / Paraíso / V.Mariana	2	3%
l) Jardins / Ibirapuera	4	5%
M) Glicério / Cambuci	11	15%
n) Belém / Carrão	1	1%
o) V.Prudente / J.Elba	0	0%
p) Santana / Tietê / Armênia / V.Maria / V.Sabrina / V.Medeiros	6	8%
q) Zona Sul	0	0%
r) B.Funda/Pinheiros/Perdizes/Butantã	8	11%
s)outras cidades de São Paulo	3	4%
t) outras cidades fora de São Paulo	0	0%
Total	75	100%

Tab. 4.2) Transporte utilizado para ir ao Trabalho (mesmo da Escola)		
a) a pé	8	11%
b) ônibus	45	59%
c) Metrô	3	4%
d) Trem	15	20%
e) Carro	2	3%
f) outros	3	4%
Total	76	100%

a) Doméstica 1 (arrumadeira/ copeira/ camareira)	24	23%
b) Doméstica 2 (lavadeira/faxineiro)	3	3%
c) Segurança (vigia/ porteiro/ zelador/ caseiro)	11	12%
d) Recepcionista/balconista/ telefonista	4	4%
e) Vendedor (a)	7	7%
f) Auxiliar de escritório/em geral (entregador/office-boy)	12	13%
g) Costureiro (a)/ indústria têxtil	5	5%
h) Motorista (ônibus/táxi/moto)	4	4%
i) Trabalhador rural	4	4%
j) Cozinheiro (ajudante/ profissional)	5	5%
k) Operário (indústria/operador de máquina/metallúrgico)	6	6%
l) Borracheiro	3	3%
m) Pintor de paredes	2	2%
n) Educador de crianças	1	1%
o) Pedreiro	3	3%
p) Outros	12	11%
Total	106	100%

Nas tabelas 5 e 5.1 temos as respostas por família.

Com relação as compras de alimentos temos a relação direta com o local que se mora atualmente, 74% das famílias realizam suas compras de alimentos no bairro em que está localizada a Ocupação, no Ipiranga. No caso de compras de vestuário notamos que os bairros da região central apresentam maior destaque, já que possuem um forte comércio popular de rua.

a)	Sé/República/ Parque Dom Pedro	6	9%
b)	Brás	1	1%
c)	B.Retiro/Luz/P.Pequena/C.Elísios/Sta.Cecília	1	1%
i)	Ipiranga	52	74%
m)	Glicério/Cambuci	2	3%
r)	B.Funda/Pinheiros/Perfizes/Butantã	1	1%
u)	Doação	4	6%
v)	não compra	3	4%
T		70	100%

a)	Sé / República / Parque Dom Pedro	24	38%
b)	Brás	11	17%
c)	B.Retiro/Luz/P.Pequena/C.Elísios/Sta.Cecília	2	3%
h)	Santo Amaro	2	3%
i)	Ipiranga	4	6%
r)	B.Funda/Pinheiros/Perfizes/Butantã	1	2%
u)	Doação	8	13%
v)	Não compra	12	19%
T		64	100%

As habilidades e o lazer revelam em um primeiro momento características e hábitos do dia – a – dia, que podemos relacionar a questão do “não sair” para o lazer, como ouvir música e ver TV, mas há também opções culturais como ler e atividades físicas como a prática esportiva que pode estar relacionada a escolha por parques. Temos como local de lazer Jardins / Ibirapuera, que faz referência ao Parque do Ibirapuera que aos finais de semana recebe maior número de visitantes e tem um apelo mais popular.

Tab. 6) Habilidades			
a)	Cozinhar	62	25%
b)	Costurar	26	10%
c)	cuidar de crianças	45	18%
d)	Artesanato	23	9%
e)	Pedreiro	29	12%
f)	Eletricista	20	8%
g)	Encanador	23	9%
h)	Marcenaria	11	4%
i)	Outros	12	5%
T		251	100%

Tab. 7) Preferências de Lazer			
a)	tocar instrumento	6	2%
b)	ouvir música	51	20%
c)	ver TV	49	19%
d)	Cantar	14	5%
e)	Dançar	17	7%
f)	Esportes	26	10%
g)	Ler	22	8%
h)	Conversar	19	7%
i)	Desenhar	10	4%
j)	cuidar de plantas	8	3%
k)	Outros	39	15%
T		261	100%

Tab. 8) Local do lazer			
a)	Parques	37	20%
b)	boates/danceterias	10	6%
c)	Bares	5	3%
d)	Casa de parentes/ amigos	29	16%
e)	cinema/ teatro	4	2%
f)	Outros	26	14%
g)	não sai	70	39%
T		181	100%

Tab. 8.1) Região/Bairro do lazer			
a)	Sé/República/ Parque Dom Pedro	10	11%
c)	B.Retiro/Luz/P.Pequena/C.Elísios/Sta.Cecília	7	8%
e)	Pari	1	1%
f)	Bela Vista/Bexiga	7	8%
h)	Santo Amaro	2	2%
i)	Ipiranga	8	9%
j)	Aclimação/Paraíso/V.Mariana	3	3%
l)	Jardins/ Ibirapuera	22	25%
n)	Belém/Carrão	1	1%
o)	V.Prudente/J.Elba	2	2%
p)	Santana/Tietê/Armênia/V.maria/V.Sabrina/V.Medeiros	4	4%
r)	B.Funda/Pinheiros/Perdizes/Butantã	6	7%
t)	outras cidades fora de São Paulo	16	18%
T		89	100%

A tabela nos revela uma estatística já apontada por especialistas da área de Saúde: a insalubridade do tipo de moradia contribui para o aumento dos problemas de saúde

Tab. 9) Problema de saúde?			
a)	Sim	68	59%
b)	Não	47	41%
T		115	100%

Entender a importância do mutirão é um grande desafio para os Movimentos, tendo em vista que a 68% dos moradores da Ocupação nunca participaram. Na tabela 10. 1 temos a descrição das atividades realizadas.

Tab. 10) Participou de mutirão?			
a)	Sim	21	32%
b)	Não	44	68%
T		65	100%

Tab. 10.1) Atividades desenvolvidas no mutirão			
a)	Limpeza	2	7%
b)	Ajudante em geral	6	21%
c)	Pedreiro (ajudante)	13	46%
d)	Cozinheiro (a)	2	7%
e)	Eletricista	1	4%
f)	Encanador	2	7%
g)	Marceneiro/Carpinteiro	2	7%
T		28	100%

A partir da P11 as respostas foram por família. 29% das famílias residiam em casa alugada, pois tinham condições de manterem. Vários motivos foram narrados: perda de emprego, dívidas levaram as famílias a ingressarem no movimento.

Na tabela 11.1 vemos os bairros centrais como local da moradia anterior e outros municípios de São Paulo como destaque. A idéia de quem vem de outro município é de se estabelecer na região central, para facilidades como de deslocamento para o local de trabalho.

a)	Casa alugada	23	29%
b)	Casa própria	5	6%
c)	Casa de familiares	6	8%
d)	Prédio ocupado	4	5%
e)	Cortiço	7	9%
f)	Pensão	15	19%
g)	Barraco	2	3%
h)	Rua	3	4%
i)	Albergue ou outros	14	18%
T		79	100%

a)	Sé/República/ Parque Dom Pedro	6	10%
b)	Brás	3	5%
c)	B.Retiro/Luz/P.Pequena/C.Elísios/Sta.Cecília	10	16%
d)	Liberdade	2	3%
f)	Bela Vista/Bexiga	4	6%
h)	Santo Amaro	2	3%
i)	Ipiranga	1	2%
m)	Glicério/Cambuci	3	5%
o)	V.Prudente/J.Elba	8	13%
p)	Santana/Tietê/Armênia/V.maria/V.Sabrina/V.Medeiros	2	3%
q)	o mesmo da escola	1	2%
r)	B.Funda/Pinheiros/Perdizes/Butantã	8	13%
s)	outros municípios de São Paulo	12	19%
T		62	100%

a)	não pagava	23	37%
b)	até 1/2 salário mínimo (R\$75)	2	3%
c)	de 1/2 a 1 sm (R\$ 75 a 150)	9	14%
d)	de 1 a 1 1/2 sm (R\$ 150 a 225)	11	17%
e)	de 1 1/2 a 2 sm (R\$ 225 a 300)	14	22%
f)	de 2 a 3 sm (R\$ 300 a 450)	3	5%
g)	Mais de 3 sm (> de R\$ 450)	1	2%
T		63	100%

Nas tabelas 12, 13 e 14, podemos visualizar que o tempo de história no MMC dos moradores da Presidente Wilson é curto, inferior a um ano. E que a maioria nunca havia participado de algum Movimento anterior. Os Movimentos apresentam certa rotatividade, tanto entre os próprios movimentos quanto com outros tipos de moradia, devido à dura experiência do cotidiano. Mesmo assim temos o dado interessante, de 47% das famílias pretendem ficar na ocupação, e no Movimento e outros 54% não sabem se ficam ou já tem planos para irem embora.

Tab. 12) Tempo no MMC			
a)	0 a 3 meses	24	36%
b)	3 a 6 meses	9	14%
c)	até 1 ano	27	41%
d)	de 1 a 2 anos	4	6%
e)	de 2 a 3 anos	1	2%
f)	mais de 3 anos	1	2%
T		66	100%

Tab. 13) Outro movimento?			
a)	Movimento rural	2	3%
b)	Fórum dos cortiços	4	6%
c)	outro movimento de moradia	7	11%
d)	outro tipo movimento por luta de cidadania	3	5%
e)	não pode ser identificado	1	2%
f)	não participou	47	73%
T		64	100%

Tab. 14 - Pretende ficar?			
a)	Sim	29	47%
b)	não sabe/ indefinido	18	29%
c)	planos para ir embora	15	24%
T		62	100%

4.2 Pequenas notas etnográficas do Movimento

O objetivo desse tópico é lançar um olhar sobre os moradores de uma Ocupação, e assim oferecer um breve panorama da dinâmica interna do Movimento. Ao dissertarmos sobre esta, abordaremos questões ligadas a como se instituem as lideranças, o relacionamento entre essas e os demais membros do MMC, a desigual aderência de líderes ao discurso ideológico, se comparados aos militantes em geral. A ocupação pelo MMC de um prédio público localizado na rua Floriano Peixoto (Centro), fora transferida pelo governo do Estado para as instalações abandonadas de uma antiga fábrica de fundição de ferro situada na rua Presidente Wilson. Trata-se de um amplo terreno totalmente murado, de tal forma que um observador situado do lado de fora não consegue ver nada do interior da área ocupada. A rua é completamente deserta. No muro, foi estendida uma faixa na qual se lê “*Fora FHC*” e uma bandeira da Central de Movimentos Populares ao seu lado. Há apenas duas entradas que permitem o acesso à ocupação. Uma delas ficou o tempo todo fechada. A outra, por sinal a que utilizamos, é na verdade um portão de madeira compensada, no qual há uma janela que permite visualizar quem chega. Identificados como estudantes, não encontramos nenhuma dificuldade para entrar na ocupação. Os moradores se revezam na tarefa de servir de porteiros. Cada turno é de seis horas e há uma escala feita *a priori* que indica de quem é a vez de vigiar a entrada. Por certo, esse é um serviço voluntário prestado à comunidade, mas, eles têm enfrentado problemas para cobrir todos os turnos, porque muitos moradores não se dispõem a desempenhar essa função. A desculpa é sempre de que não estão com tempo, precisam procurar emprego, ou os que trabalham dizem que estão cansados. A existência da portaria é justificada não só como medida de segurança para evitar a entrada de pessoas estranhas, como também para fiscalizar se os próprios moradores

estão chegando alcoolizados ou drogados. Como dissemos anteriormente, faz parte do estatuto do MMC a proibição do uso do álcool e de drogas.

O contato com os membros do MMC foi a princípio mediado por estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU) participantes do LAB HAB (Laboratório de Habitação).

Esses estudantes desenvolvem trabalhos comunitários organizando mutirões para melhorar as condições habitacionais da população. É bem verdade que os poucos recursos não permitem grandes mudanças, mas estão tentando oferecer o mínimo. O atual projeto, para se ter uma idéia da precariedade da ocupação, envolve a construção de banheiros coletivos. As condições de higiene estão bastante comprometidas, muito embora o interior da ruína da fábrica seja limpo. Porém, no pátio há muito entulho. Os moradores cobram das empresas de entulho para permitir que descarreguem no terreno que ocupam.

Residem na ocupação da Presidente Wilson 180 pessoas, divididas em 80 cubículos cujas dimensões são proporcionais ao tamanho das famílias. As divisórias entre os cubículos são apenas de compensados. As crianças, algumas aparentando desnutrição, perambulam entre os entulhos presentes no pátio, onde está hasteada uma bandeira verde-amarela e pregados cartazes da Marta Suplicy e de Santo Dias, metalúrgico morto em confronto com policiais em uma greve de metalúrgicos em 1979. Os moradores nos contam que o estado do terreno quando chegaram era muito pior do que é hoje. O terreno estava tomado pelo mato, cheio de cobras, escorpiões e lacraias. Eles limparam a área e aos poucos foram promovendo melhorias. Os estudantes de Arquitetura entraram com o conhecimento e os membros do MMC com a força de trabalho e os materiais que conseguem comprar ou recebem de alguma doação. Em termos legais, a área ocupada é alvo de uma emaranhada teia de interesses. A fábrica faliu e a área foi apropriada pelo Estado para saldar as dívidas da empresa. Para agravar a situação, o antigo proprietário estava

também endividado com um grande banco internacional que deseja ser ressarcido por um empréstimo feito à fábrica ressarcido, por isso reclama a propriedade do terreno.

A idéia do movimento era que ali fossem construídos blocos habitacionais, mas para as pessoas abordadas essa meta está cada vez mais distante. Acreditam que é mais provável que adaptem um outro prédio público e os desloquem para lá. Achem difícil que o governo pague alguma coisa para o banco ou mesmo para os antigos proprietários que ainda lutam pelo que sobrou da fábrica. A região fabril visitada encontra-se visivelmente em uma fase de decadência. Segundo os estudantes de Arquitetura, o valor do terreno já caiu em decorrência disso. Todavia, os ocupantes julgam ser muito caro o terreno. Afirmam enfaticamente que não queriam que os blocos habitacionais fossem construídos de graça. Eles desejam pagar por suas moradias, mas de acordo com a renda que por ventura tenham. Esse é um ponto problemático, pois como os que trabalham estão na economia informal, não há uma fonte de renda fixa e torna-se difícil estabelecer uma prestação compatível com as variações de ganhos.

Cada ocupação é administrada por *colaboradores*, os quais são solicitados para resolverem as questões mais diversas, desde assuntos da política do movimento até contendas e dificuldades de relacionamento entre os “companheiros de ocupação”. Os colaboradores são escolhidos pela comunidade e são as pessoas mais próximas de Gegê, um dos dirigentes do MMC. Durante o tempo que estivemos no local, os colaboradores foram requisitados em vários momentos. Percebe-se que há uma certa dependência deles para a tomada das menores providências, ele são chamados para fazer um vizinho abaixar o volume do rádio, para apartar brigas de família, para opinar sobre a construção dos banheiros e para fazer um companheiro cumprir a escala de trabalho comunitário. É constante entre os colaboradores a queixa de que “*não têm sossego*”. Conhecemos três colaboradores, Leo, Nelson e Marinalva.

Leo, 37 anos, é natural do Rio de Janeiro, filho de paraibanos. Saiu de casa aos 10 anos. Vem de uma família desestruturada, referindo-se a si mesmo como a *ovelha negra* da família, há mais de dois anos não manda nem recebe notícias de parentes. Vive sozinho em um dos cubículos. Trabalhou como garçom desde que chegou a São Paulo. Segundo ele, “não tem parada fixa”. Já morou em vários lugares do litoral paulista e não demonstrou interesse em continuar em São Paulo. Para ele, a cidade não é mais a terra de oportunidades de antes. Tem pensado em voltar para o Rio de Janeiro. Entrou para o MMC por intermédio de um amigo. Morava em um quarto alugado e vivia com uma mulher que já tinha dois filhos. Estavam sem dinheiro e acabando o relacionamento. Diz ter deixado todos os móveis que possuíam com a antiga parceira. Estava indo morar na rua, quando um amigo filiado ao MMC falou para ele procurar Gegê. Ele fez isso e Gegê arrumou-lhe um quarto na ocupação.

Como colaborador, diz ter passado por momentos difíceis de muita tensão. Uma vez um companheiro de ocupação, ex-presidiário, chegou bêbado e, aplicando o estatuto, o rapaz que estava na portaria o impediu de entrar. O ex-presidiário ameaçou o porteiro, Leo foi chamado e apoiou o porteiro. O infrator do estatuto estendeu a ameaça a ele. Por coincidência um camburão da polícia ia passando pela rua e prendeu o rapaz bêbado. Alguns dias depois ele retornou à ocupação mais revoltado do que quando partira, pois havia apanhado dos policiais na delegacia. Permitiram sua entrada, afinal não estava mais bêbado. Foi para o seu barraco. Logo a seguir, acompanhado por alguns de seus amigos rendeu o porteiro. Eles estavam todos armados, ninguém sabia que possuíam armas escondidas ali. O grupo rebelde não deixou ninguém sair da fábrica abandonada. Aos moradores que chegavam do trabalho, eles permitiam a entrada e esses só quando abriam os portões é que percebiam o que estava acontecendo. Foram cinco dias de tensão. Leo passou cinco noites sem dormir. Desconhecia quem estava do seu lado e quem era simpatizante de seu novo inimigo. As pessoas recolheram-se cada qual para o seu cubículo e de

lá não arriscavam sair. Os rebeldes faziam terrorismo, mas não atiraram em ninguém. Marinalva, Nelson e o próprio Leo resolveram conversar com eles. Marinalva foi quem os convenceu a largar as armas. Leo sentiu que poderia morrer, mas não havia saída. Não nos contou exatamente o que Marinalva disse aos rapazes, mas a atuação dela foi à chave para pôr fim ao conflito. Uma vez desarmados, os moradores imediatamente se reuniram e decidiram pelo banimento dos rebeldes. Segundo Leo, o causador do conflito morreu seis meses depois ao tentar cortar fios de eletricidade durante um assalto.

Leo nos conduziu ao interior da ruína da fábrica, toda ela agora compartimentada para abrigar as famílias. Há tanto pessoas sozinhas sem ninguém no mundo como famílias numerosas de até onze pessoas. Os arranjos familiares são os mais diversos, sendo a estrutura pai-mãe-filhos de pouca validade, mas ainda pode ser encontrada. Pai, mãe e nove filhos dividem um dos cômodos improvisados, como ficam muito apertado, às vezes, os filhos mais velhos dormem em cubículos de amigos. Essa família de onze pessoas chama a atenção. A filha mais velha, uma jovem de seus vinte anos trabalha como vendedora. Eles estão há pouco tempo na ocupação e moravam em casa alugada. Como eles, há outras pessoas que têm trabalhos relativamente bons que há alguns anos atrás assegurariam a manutenção de uma casa. Há no MMC marceneiros, vigilantes, costureiras, mecânicos e metalúrgicos, ambulantes, por exemplo.

A ruína da fábrica tem três andares. Como bem definiu um estudante da FAU, a arquitetura do lugar é uma arquitetura de guerra. O aspecto externo gera mal-estar porque há muitas infiltrações nas paredes, as janelas estão quebradas, algumas paredes foram demolidas ou simplesmente ruíram, a impressão é de que estamos em um prédio alvo de um bombardeio. O interior dos cubículos é arrumado de maneira a se aproximar ao máximo de uma casa. A disposição dos poucos móveis tenta recriar a “sala”, o “quarto” e a “cozinha”. Eles religaram a

água e a luz. Puxaram fios que levam energia para os compartimentos, porém a água precisa ser buscada em uma espécie de lavanderia coletiva, localizada ao lado do portão principal.

A violência urbana tem feito suas vítimas nesse grupo social. As mulheres queixam-se de que são perseguidas quando retornam do trabalho ou da escola à noite. Uma garota relatou ter desistido dos estudos por temer um estuprador que age na região e que a teria seguido duas vezes. Leo foi roubado no trem quando voltava para casa, após receber algo em torno de R\$ 100,00 por um serviço prestado, levaram tudo. A região é perigosa. Eles nos aconselhavam a recolher o carro não o deixando estacionado na rua. Na última laje da fábrica, na qual ninguém mora porque não é segura, ou deveríamos dizer a mais insegura de todas, pode-se ler pichações, nas quais criminosos escrevem seus nomes, afirmam ter estado ali e registram a data. Leo conta que no passado esses criminosos levavam pessoas para aquela ruína e as torturavam.

Conversamos com Nelson, outro colaborador da ocupação da Presidente Wilson. Nelson tem 42 anos, é baiano, mora em São Paulo desde a juventude. Não tem notícias da família. Voltou para a Bahia há alguns anos atrás por ocasião da morte da mãe. Teve vontade de ficar, deixou uma filha lá. Mas diz ser complicado. Quando está em São Paulo quer ir para a Bahia, quando está na Bahia sente saudades de São Paulo. Quer juntar dinheiro e voltar para a Bahia, contudo sabe que o custo de vida lá é muito alto, contou que alguns produtos chegam a custar cinco vezes mais. Tratando-se de um colaborador, ou seja, uma liderança, causa certa estranheza tanto ele quanto Leo ambicionarem sair de São Paulo, quando o MMC luta para que conquistem moradia nesta cidade. Perguntado sobre se ficaria em São Paulo se conseguisse uma casa, Nelson respondeu que isso é muito difícil. Eles manifestam em suas falas que acreditam que as condições nas próprias ocupações podem melhorar, mas não contam com conjuntos habitacionais, projetando-os para um futuro longínquo. Quanto ao governo da Marta, acreditam em uma boa administração, mas têm a consciência de que o governo não depende apenas dela. A

administração de Erundina (PT), do início dos anos 90, é lembrada como boa. Naquela época algumas lideranças de movimentos populares foram recrutadas pela prefeitura, tornaram-se funcionários públicos afastando-se das massas e das bases. Quando terminou o mandato de Erundina estavam todos desempregados e mal vistos pelos companheiros. Dessa experiência aprenderam que os movimentos populares devem manter-se independentes do governo seja qual for o partido que esteja no poder. Uma frase de Gegê foi marcante: “(...) *a transformação da sociedade não passa pelas eleições, e sim pelas organizações de massa, pelas organizações populares*”.

Quando questionados sobre os problemas que sentem no cotidiano, Nelson relata sofrer preconceito por ser negro e baiano. Ouve de colegas do MMC que “apesar de baiano é trabalhador”, “apesar de negro é gente boa”. Nelson vive com uma mulher branca e ela adotou um bebê também branco. Nelson nota que as pessoas comentam, reparam e pensam que um homem negro que está com uma mulher branca alimenta preconceitos contra sua própria raça. Em verdade, a população da Presidente Wilson é muito heterogênea. Com exceção da luta por moradia não há uma identidade que os una. Embora a Igreja Católica atue junto a eles, boa parte não é católica. Não há uma identidade religiosa, étnica ou regional – estão representadas ali praticamente todas as regiões do país. Eles próprios afirmam que é difícil conviver e agir em conjunto porque “*cada um pensa de um jeito*”.

Marinalva, artesã, trabalha como acompanhante de um idoso, está na faixa dos trinta anos e quer juntar dinheiro para comprar material para trabalhar com artesanato. Morava em favela, mas foi obrigada pelos traficantes a mudar de lá, porque um primo seu estava endividado com o tráfico. Sua condição econômica foi piorando progressivamente. Ela e mais uns três amigos, não tendo onde morar procuravam uma casa abandonada, iam até o cartório descobriam quem eram os donos, se fossem de outra cidade ou já falecidos, mudavam-se em um final de semana e

evitavam grande movimentação para não serem descobertos. Entretanto, quando os vizinhos notavam a presença de estranhos e os herdeiros reivindicavam direitos de propriedade, era hora de mudar novamente. Ouviu falar de Gegê, acabou conhecendo-o e entrou para o Movimento. Marinalva é muito respeitada pela comunidade, participa da Pastoral da Criança, é alegre e otimista. Dos três colaboradores consultados foi à única a manifestar o desejo de continuar em São Paulo.

Conhecemos a história de Dona Conceição. Franzina e aparentando mais de 50 anos, é sozinha no mundo. Saiu de Minas Gerais aos 20 anos para ser empregada doméstica em São Paulo, nunca teve carteira assinada, o patrão morreu e ela ficou não apenas sem emprego como também sem casa. Hoje vive de suas costuras, mais do que moradia parece carente de proteção. Diz que Leo e Gegê a “defendem”. Há ainda a misteriosa história de Aliete, uma mulher que nos seguia o tempo inteiro, diziam que ela fora diagnosticada como louca. Ela está representando um problema para os colaboradores que parecem não saber bem o que fazer com ela, não trabalha e entra em atrito com os vizinhos.

Cada família ou pessoa que ocupe um dos cubículos deve contribuir com R\$ 20,00 mensais pagos ao movimento e mais R\$ 3,50 doados nas assembléias mensais. O dinheiro serve para fretar ônibus para as manifestações, para confeccionar bandeiras e camisetas do movimento e para comprar o material utilizado nas melhorias da ocupação.

Na assembléia ocorre aquilo que eles chamam de *mística*, trata-se de um momento no qual cantam músicas como *Ordem e progresso*, *Tocando em frente*, *Pra não dizer que não falei das flores* e *Cio da terra*. Os membros são obrigados a freqüentar as assembléias, pois a baixa assiduidade pode culminar com o desligamento do movimento. Durante a assembléia, Gegê lembrou várias vezes às lutas e conquistas do MST e convocou os presentes para irem em um protesto no interior do estado onde três membros do MST foram presos. A reunião ocorre em

uma sala cedida pelo Centro de Direitos Humanos Gaspar Garcia. A sala estava lotada e poucas pessoas se prontificaram a ir. Uma mulher fez uma comparação em alto e bom som para todos os presentes escutarem: se Gegê fosse preso todos ali iriam protestar, se qualquer outro membro do MMC fosse preso, ninguém se mobilizaria, mas no MST as pessoas protestariam em favor de qualquer um dos seus membros que fosse preso.

Na assembléia que assistimos foi votada uma nova invasão. Houve instantes de intensa discussão. Muitos dos presentes participaram da invasão da rua do Ouvidor que, em 2004, completou oito anos. Também as lembranças do despejo da Floriano Peixoto reavivadas nessa assembléia foram de grande comoção para alguns dos presentes. Eles ficaram por dez horas sitiado pelos policiais, a luz e a água foram cortadas, mas resistiram, e o governo acabou cedendo o terreno. Uma colaboradora da Líbero Badaró manifestou-se contra uma nova invasão e iniciou a polêmica. Na opinião dela ao invés de se preocupar com uma nova invasão, o MMC deveria empreender um trabalho de educação e preparação das bases do movimento, ela queixou-se do baixo comprometimento dos membros com os trabalhos que por certo deveriam ser voluntários. As reclamações, embora vindas de outra comunidade que não visitamos, de fato poderiam se estender à comunidade da Presidente Wilson. No dia anterior apenas metade das pessoas que assumiram participar do mutirão para a construção dos banheiros coletivos havia comparecido. A votação favoreceu uma nova invasão, porém não foi revelado o local exatamente para que a informação não vazasse.

Gegê tem uma forma bastante expressiva de falar com o grupo. Não faz cerimônia para dirigir-se a eles até com certa aspereza. Afirmou que aqueles que não se dispõem a pagar um financiamento é porque não querem trabalhar e que nenhum estado no mundo dará casa de graça, nem um estado comunista quanto mais um estado burguês como o nosso. Para ele, a luta por justiça social não tem fronteiras, é o seu projeto de vida. Segundo suas próprias palavras, se

todos os problemas sociais brasileiros se resolvessem, ele não pararia de lutar, migraria para outras terras onde houvesse necessidade de organizar outros homens. O seu discurso é totalmente voltado para inculcar disciplina em seus companheiros de movimento. Passa conhecimentos sobre a história recente do país numa linguagem acessível e procura levá-los a concentrar suas energias na causa do movimento, serem capazes de dormir menos, dominar a fome e a sede se for preciso em nome do movimento.

Uma das moradoras da Presidente Wilson disse que os moradores têm suas vidas, não dá para atender a todos os chamados do movimento. Os moradores da ocupação reproduzem padrões inusitados, eles pagam vizinhos para cuidarem de seus filhos enquanto trabalham e sugeriram que se contratasse um porteiro para a ocupação. Para as lideranças isso soou como um absurdo, eles fazem de tudo para que as bases compreendam a importância do trabalho comunitário e o quanto ele fortalece a solidariedade dentro do grupo e o espírito coletivo. Durante a assembléia além de cobrar maior responsabilidade e respeito em relação às escalas dos mutirões, Gegê solicitou que alguém se prontificasse a cuidar das crianças para não atrapalhar a assembléia. A troca sem a mediação do dinheiro, apenas pelo compromisso com os ideais de justiça e solidariedade, é incentivada.

Hoje, a Ocupação da Presidente Wilson não pertence mais ao MMC, e nem a outro Movimento social, um grupo assumiu o controle e expulsou as pessoas ligadas ao Movimento, ou que desejavam continuar ligadas a ele.

5. Conclusão

A heterogeneidade dos movimentos de luta pela moradia do centro de São Paulo faz coro com a caracterização de Gohn (1991) acerca dos movimentos sociais urbanos. Para ela, os movimentos que emergem da sociedade civil são de composição heterogênea. A homogeneidade existente não pode ser identificada no grupo, mas no tipo de reivindicação pela qual luta. Está claro que a causa dos problemas reside na esfera da produção, todavia, a mobilização em torno do consumo ou da privação do consumo, é um primeiro passo para que se perceba a raiz da desigualdade social e da segregação espacial. Os movimentos de luta pela moradia do centro de São Paulo representam uma resposta não apenas à carência de moradia, mas também ao desemprego, como no caso do MMC que é organizado por ex-sindicalistas desligados dos sindicatos por terem sido excluídos do mercado de trabalho formal. O grande desafio é viabilizar e engendrar nas bases dos movimentos uma autoconsciência coletiva que faça cada indivíduo transcender os problemas imediatos e assumam reivindicações mais amplas. As lideranças, em especial Gegê, abarcam ao menos no discurso essas reivindicações mais amplas: um projeto de transformação da sociedade, de eliminação do regime capitalista, pois para ele não se pode contentar com uma reforma do Estado burguês, qualifica isso como uma ilusão.

O voluntarismo e a espontaneidade são atitudes esperadas de qualquer militante de movimento popular. Todavia, há a tendência de muitos de debruçarem-se sobre seus problemas particulares e privilegiarem seus interesses pessoais imediatos. Citando novamente Gegê: *A visão dos companheiros é mais ou menos assim, você conquistou a moradia, você realizou a sua vida, você realizou o seu sonho.* Quando aquela colaboradora dizia que era necessário educar as bases, denunciava a urgência de libertar o homem do seu individualismo, comparsa da desigualdade social. Renato Boschi (1983), que elaborou uma análise comparativa de seis movimentos populares brasileiros, sustenta que altos níveis de participação não se mantêm

inalterados ao longo do tempo. O envolvimento individual em algum momento é vítima da percepção de que é possível tirar partido de algo além do que se consegue coletivamente. A participação envolve disponibilidade de tempo, o cultivo de certos valores que se oponham à perspectiva utilitarista de curto prazo e não é fácil sublimar o ideal de sociedade sobre a privação e humilhação experimentada quotidianamente.

Na teoria de Gohn (1995), uma diferença entre os movimentos sindicais e os populares é que os primeiros giram em torno de um líder, enquanto estes últimos gravitam ao redor de um núcleo articulador. No caso do MMC, a instauração da posição de colaboradores, além de ser um modo de descentralizar as decisões e democratizá-las, afinal cada ocupação conta com seus colaboradores, pode ser interpretada como um esforço de criar um núcleo articulador. Porém, à maneira dos movimentos sindicalistas personalistas, alguns moradores da Presidente Wilson referiram-se a Gegê como o *pai do povo*, o que sugere a hipótese da construção de uma lealdade pessoal. Esta hipótese vai de encontro à reclamação da colaboradora da Líbero Badaró de que o MMC se mobilizaria se Gegê fosse preso, mas não se o mesmo ocorresse com qualquer outro companheiro. Os movimentos sindicais da década de 80 definiam-se por serem representativos de um segmento profissional, por lutarem na esfera da produção e por reivindicarem direitos trabalhistas. Em comparação a eles, os movimentos de luta pela moradia do centro de São Paulo guardam significativas diferenças além de denunciar o reflexo de problemas básicos da esfera de produção na esfera de consumo, eles se tornaram canal de expressão de grupos subalternos e excluídos do mercado de trabalho, não importando sua atual ou antiga atividade profissional. Em lugar dos direitos trabalhistas surge a luta pelo direito ao trabalho.

Os estudos de Gohn (1995) conduziram-me à conclusão de que os governos, na maioria dos estados latino-americanos, desempenharam o papel de catalisadores e diluidores dos conflitos sociais. Quando os movimentos sociais atingem certa representatividade e legitimidade

na América Latina em geral são absorvidos ou logo atrelados às estruturas do poder constituído. Foi exatamente isso que ocorreu na administração de Erundina em 1991.

É bastante nítido no MMC o questionamento da ação governamental, a crítica ao governo estatal e o esforço para compreender a engrenagem da globalização. O capitalismo se sofisticou, a exploração se acentuou e a participação política não pode mais se limitar às eleições. Os movimentos populares ampliam os espaços de atuação política, por isso, traduzem-se como a chance dos desprivilegiados de reassumirem o lugar de direito na tomada de decisões.

A questão da igualdade, liberdade e democracia são colocadas pelos movimentos sociais, principalmente a questão da igualdade. Estes se constituem como lugar privilegiado onde a noção abstrata de igualdade pode ser referida a uma experiência concreta de vida. Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida em que sofrem as mesmas carências. Essa vivência em comunidade, isto é, da coletividade de iguais criada pela ação conjunta de todos, implica na passagem da pessoa para o plano público e não privado. Para Durham (1984), esse reconhecimento se inicia dentro do grupo, no qual há a valorização da participação de todos, onde todos devem falar, opinar, decidir, enfim acontece um processo de constituição do sujeito da pessoa na esfera pública.

Tilman Evers (1984) reconhece em seu trabalho esse caráter social nos movimentos, isso por que cria-se uma nova prática coletiva que passa a fazer parte integrante da vida pessoal e social que fundamenta novas representações. Como, no caso, da cidadania que é colocada na dimensão de direitos. Para Durham (1984), a passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação é mediada pela afirmação de um direito, que caracteriza como “amplo processo de revisão e redefinição do espaço de cidadania”. Atores se fazendo na luta e não agentes como produtos da estrutura. Há, então, a valorização da cultura em substituto à

ideologia, mostrando seu entrelaçamento com a noção de política. Temos aqui, no mesmo sentido das reflexões de Evers (1984), a valorização de uma microcultura constituída de pequenos espaços onde o poder não é considerado o elemento fundamental de transformação social.

Os movimentos sociais ligados ao urbano constituem observatório privilegiado para o estudo dos processos de constituição da cidade enquanto espaço de construção da identidade do sujeito cidadão/ cidadão em relação às representações do espaço urbano. Coloca-se a questão da luta pela moradia e o direito à cidade (Lefevre,1968), enquanto modalidade de inserção dos atores sociais nas práticas urbanas.

Para Jacobi (1989) os movimentos têm tornado manifesta uma identidade que se concretiza a partir de uma construção coletiva de uma noção de direitos, que, relacionada com a ampliação do espaço da cidadania, cristaliza o seu significado não somente em termos de conquistas materiais. Assim como já colocado para Durham (1994), o que está em curso é um processo coletivo de construção da cidadania em que é pressuposto a participação política e fundamento de avaliação da legitimidade do poder. Estamos de acordo com o debate proposto por Francisco de Oliveira⁴³ que nos delega a tarefa de deciframos os sentidos da atualidade sem perdemos nossas referências e buscamos as conexões (os elos perdidos) que permitem atualizar a tarefa crítica de recolocar o enigma na política.

Esta questão está longe de ser simples. É na diferença de dois momentos que temos a medida das complicações atuais. A articulação entre esses dois momentos se dá com a questão da constituição das classes e dos sujeitos políticos. Neste ponto, encontramos a questão da constituição do espaço da política, o movimento de representação, de reconhecimento. Para tanto,

⁴³ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista ; O ornotorinco*; prefácio, Roberto Schwarz
Edição 1a ed São Paulo : Boitempo, 2003.

é necessária a constituição de um equivalente geral que permite a construção de um discurso identificador de classe e a definição, em disputa, da medida dessa mesma relação. O “elo perdido” referia - se às mediações políticas, que não chegaram a se completar. Trata - se das incompletudes do contrato mercantil que não se generaliza como regra da sociabilidade de classe. Significa a impossibilidade da própria constituição das classes como identidade e representação.

Ainda que estejamos vivendo um amplo processo de mudanças, a existência de Movimentos de luta pela moradia nos mostra que no cenário atual os processos de vulnerabilidade e descidadanização⁴⁴ continuam em curso.

⁴⁴ KOWARIK, L. “Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano.” In: Novos Estudos no.63 julho 2002

6. Referências Bibliográficas

- ABRAMS, Charles. *The city is the frontier*. New York, Harper Colophon Books, 1967.
- AGAMBEN G 2002. *Homo Sacer*. Ed. UFMG, Belo Horizonte.
- ALEXANDER, J.C. *Ação coletiva, cultura e sociedade civil. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos Movimentos Sociais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 13, no.37, São Paulo, junho, 1998;pg 3-33.
- AMITRANO, Claudio Roberto. *A região metropolitana e a área central da cidade de São Paulo nos anos 90: estagnação ou adaptação?* Caminhos para o Centro. 2004
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001
- ARANTES, A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000. 190 páginas.
- ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo, São Paulo. Cia das Letras. 1997.
- _____. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo, Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1993.
- _____. *Sobre a Violência*. Trad. André Duarte, Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 2001
- _____. *Sobre a Revolução*. Trad. I. Morais. Lisboa, Relógio d'água Editores 2001b
- ARRETCHE, Marta. "A intervenção do Estado e o setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional". In: Espaço e Debates. n.º 31, 1990.
- AVRITZER, L. *Sociedade Civil e democratização*. Ed. Del Rey: Belo Horizonte, 1994;
- _____. *Teoria crítica e teoria democrática: diagnóstico da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública*. Novos Estudos, no.53 ,pg167-188, mar, 1999.
- BARRETO, J. *Uma ong para o centro*. In: www.vivaocentro.org.br Acessado 2007.
- BENOIT, Hector. *A luta popular pela moradia*. - entrevista com Luís Gonzaga da Silva (GG). Crítica Marxista. n.º 10, out., pp. 157-172, 2000;
- _____. "O assentamento Anita Garibaldi. Entrevistas com lideranças do MTST" In: *Crítica Marxista*, n.º 14. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.
- BERNARDES, Lysia. "Política urbana: uma análise da experiência brasileira". In: *Análise e Conjuntura*. v.1, n.º 1, janeiro/abril de 1986.

BESSA, V. O setor de serviços à Empresas. Caminhos para o Centro. 2004

BESSIN, M. *Temps, une question de pouvoir*. Mouvements, no.2, 1999

BLOCH, J. A., LAJE, D., NEUROLDO, R. Relatório Final- Entrevistas com as lideranças dos Movimentos de Moradia que atuam na região central de São Paulo- circulação restrita, dez, 2005.

BOITO JR., Armando. “*Neoliberalismo e relações de classes no Brasil*” In: *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, ano 9, nº1. Campinas, Unicamp/IFCH, 2002.

_____. “*Neoliberalismo e trabalhadores*”, “*Condições históricas da implantação do neoliberalismo*”. In: *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.
BOLETIM: Luta por Moradia. In: www.mstc.org.br. Nº 1, agosto de 2000 ao nº12 agosto de 2002.

BONDUKI, N. e KOWARICK, L. “*Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização*”. In: *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo passado e presente*. 2ª ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BONDUKI, N. “*Crise na habitação e a luta por moradia no pós-guerra*”. *Ibidem*.

BONDUKI, N. *Habitar São Paulo* São Paulo, Estação Liberdade, 2000

_____. *Origens da habitação social no Brasil* : arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo : Estação Liberdade/FAPESP, 2004

BOTELHO, Isaura e Carlos Torres FREIRE. *Equipamentos e serviços culturais na região central da cidade de São Paulo*. Caminhos para o Centro. 2004

BOSCHI, Renato Raul (org.). *Movimentos coletivos no Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, (Série Debates Urbanos) 1983.

CARDOSO, Adauto. “*Municipalização da Política Habitacional: uma avaliação da experiência brasileira recente*”. In: *Associação Nacional de Pós-Graduação e Planejamento Urbano e Regional. Encontro Nacional da ANPUR*. (7: 1997: Recife, PE) Anais do 7º Encontro Nacional. 3v.

CARLOS, ANA F. “O lugar: modernização e fragmentação” In: SANTOS, M(org) *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

_____. “*Prefácios*” e “*Pesquisa sobre os movimentos sociais urbanos*” (p.392-293) In: *A questão urbana*, São Paulo, Paz e Terra, 1975

- Comin, A. *Diagnósticos, Oportunidades e diretrizes de ação: Os Caminhos para o Centro*, 2004
- CUNHA, José Marcos Pinto da; DEDECÇA, Cláudio Salvadori. *Migração e trabalho na região metropolitana de São Paulo*. Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [Nº 94 (81), 2001
- DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994
- _____. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte, editora da UFMG, 2000
- _____. “Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades”. In: *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002
- DEL RIO, Manoel. “A luta por moradia”, “Para uma reforma urbana e habitacional”, “Proposta do programa habitacional”, “Do pântano nasce a flor”. Disponível em: www.mstc.org.br, acesso em 1º de dezembro de 2004.
- DREIER, Peter. *The tenants movement in the United States*. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, 8(2): 255-79, 1984.
- DOIMO, A. *A vez e voz do Popular*. Rio de Janeiro. Relume/ Dumará, ANPOCS, 1995
- DURHAM, E R. *A construção da cidadania*. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, 1984; pg24-30.
- ENGELS, Friedrich. *Contribuição ao problema da habitação*. Lisboa: Dinalivro, Textos Políticos, 14, ref. à 1ª. ed,1872;
- EVERS, Tilman. *Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais*. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, 1984;pp 11-23.
- FARIA, Vilmar. “Cinqüenta anos de urbanização no Brasil”. In: *Novos Estudos CEBRAP* 29, março/ 1991.
- FIPE/SEHAB. *Estudo das favelas e cortiços na cidade de S. Paulo, visando conhecer em profundidade as condições atuais destes tipos de agrupamentos urbanos para servir de orientação aos programas para a população de baixa renda e reassentamento urbano da SEHAB*. Relatório Final: favela, vol. 1, S. Paulo, PMSP, 1999 Folha de São Paulo, Caderno 4. 2003
- FRUGÚLIO JUNIOR,H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias , conflitos e negociações*. São Paulo: Cortez,2000.
- GIDDENS, Antony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Ed da Unesp,1990
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores de São Paulo*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Classes sociais e movimentos sociais*. CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, módulo 02, s/d, p. 36/54

HABERMAS, Jürgen. *The Theory of communicative action*. Vol.01 Boston: Beacon Press, 1983;

_____. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993;

HORA, Maria Lúcia Falconi da. “A (re)produção do espaço urbano e a lógica dos agentes produtores”. In: *Formação*. n.º 5, 1998.

IBGE. *População e Domicílios – Censo Demográfico 2000- com Divisão Territorial 2001*

JACOBI, P. *Atores sociais e Estado*. _Espaço e debates no.26 ano IX , 1989.

KOWARIK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano*. *Novos Estudos* no.63 julho 2002; pp 9-30.

_____. *O centro de São Paulo e seus cortiços*. *Sociologia e história e etnografia*. Circulação restrita. 2005

LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (org). *A Era FHC: um balanço*. São Paulo, Cultura Editores Associados, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1968

MARTINS, Berenice “Algumas vertentes de análise da questão da habitação nos Estados Unidos, Inglaterra e França. In: *Análise e Conjuntura*. v.1, n.º 1, janeiro/abril de 1986.

MELO, Marcus André B. C. de. “Estado e mercado: a construção social da agenda do Estado na esfera da habitação, 1930-1990”. In: *Encontro Nacional da ANPUR*, 4, salvador, 1991. P. 103-111.

MELUCCI, Alberto. *Um objetivo para os movimentos sociais*. *Revista Lua Nova*, nº 17, São Paulo, CEDEC, 1989.

MELLUCI, A. *Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 1994;

MOURIAX, René. "A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa." . In: *Crítica Marxista*, nº14. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

NAKANO, Kazuo, Candido Malta CAMPOS e Raquel ROLNIK. *Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo*. Caminhos para o Centro. 2004

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *Partidos políticos e nuevos movimientos sociales*. Madri: Sistema, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista ; O ornitorrinco; prefácio*, Roberto Schwarz Edição 1a ed São Paulo : Boitempo, 2003

OLIVEIRA, Luciano. "Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito" In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº33. São Paulo, Anpocs, 1997

OLIVEIRA, Nathalia Cristina. *Os Movimentos dos sem-teto da cidade de São Paulo frente aos governos neoliberais (19950-2002)* Projeto de Iniciação Científica apresentado à CNPq/PIBIC sob orientação do Prof. Armando Boito. Campinas, 2005

PARSON, Don. *The development of revelopment: public housing and urban renewal in Los Angeles*. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, 6 (3): 393-413, 1982.

PICCINI, A. *Cortiços na cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo*. São Paulo:Annablume,1999

QUEIROZ, M. "Relatos orais do indizível ao dizível" & MACIOTI, Maria Imacolata. "Vida Cotidiana". In: *Experimentos com histórias de vida :Itália-Brasil/org.* e introdução Olga de Moraes von Simson. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais)

Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena : experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)* Rio de Janeiro, RJ : Paz e Terra, 1988

SANCHEZ, Fernanda. Políticas Urbanas em renovação: Uma leitura crítica dos modelos emergentes. *Revista brasileira de Estudos Urbanos Regionais* 1, 1999

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel ,1987

_____. *A urbanização brasileira*. Hucitec : São Paulo,1993

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. Hucitec: São Paulo,1988

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996

SMOLKA, Martin O.. "Revisitando as relações entre a política habitacional (SFH) e o mercado imobiliário". In: *Encontro Nacional da ANPUR*, 4º, Salvador, 1991. p.449-458

TARROW, S. *Power in movement*. Cambridge; Un. Press, 1994.

- TASCHNER, Susana. “*Tendências Recentes na Política de Desfavelamento Brasileira*”. In: *Associação Nacional de Pós-Graduação e Planejamento Urbano e Regional. Encontro Nacional da ANPUR*. (7: 1997: Recife, PE) Anais do 7º Encontro Nacional. 3v.
- TELLES, Vera Silva. *Sociedade Civil e a construção de espaços públicos* in: Evelina Dagnino(org) Anos 90- política e sociedade. SP: Brasiliense, 1994;
- TELLES, Vera Silva *Direitos Sociais: Afinal do que se trata?* Ed: UFMG: Belo Horizonte, 1999
- THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
 _____. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Cia das letras: São Paulo, 2002
- TOURAINE, Alain. *The Self-Reproduction of Society*. Chicago, University of Chicago Press, 1977.
- _____. *The Return of the Actor. Social Theory in Postindustrial Society*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1988.
- _____. “The study of social movements” In: *Social Research* ,v52,n4,1985
- TOURAINE, Alan. *Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes*. In: Albuquerque, J. A. G. (org.). *Classes médias e política o Brasil*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.
- _____. *Palavra e Sangue*. Campinas: Unicamp, 1989.
- VAINER, Carlos B. “*Regionalismo: anacronismo ou pós modernidade?*” in: GONÇALVES, Maria Flora(org). *O novo Brasil Urbano: dilemas, impasses e perspectivas*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1995
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 1998.
- WEFFORT, F. 1989. *O populismo na política brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WORSLEY, P. 1973. *O conceito de populismo*. In: TABAK, F. (org.). *Ideologias - populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado.
- ZARPELON, Sandra R. “*ONGs: novo movimento social ou nova filantropia?*” In: ZARPELON, S. R. *A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGS e o cooperativismo da CUT*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Ciência Política da Unicamp.
- ZUKIN, S. *Landscapes of power* . University of California Press, 1991

Sítios:

www.mstc.org.br

www.ibge.gov.br

www.cdhu.sp.gov.br

www.prefeitura.sp.gov.br/portal/governo

www.cidades.gov.br

www.fjp.gov.br

www.habitacao.sp.gov.br

www.usp.br/fau/deprojeto/labhab

7. Anexos

QUADRO I. Roteiro de entrevista (agosto de 2005)

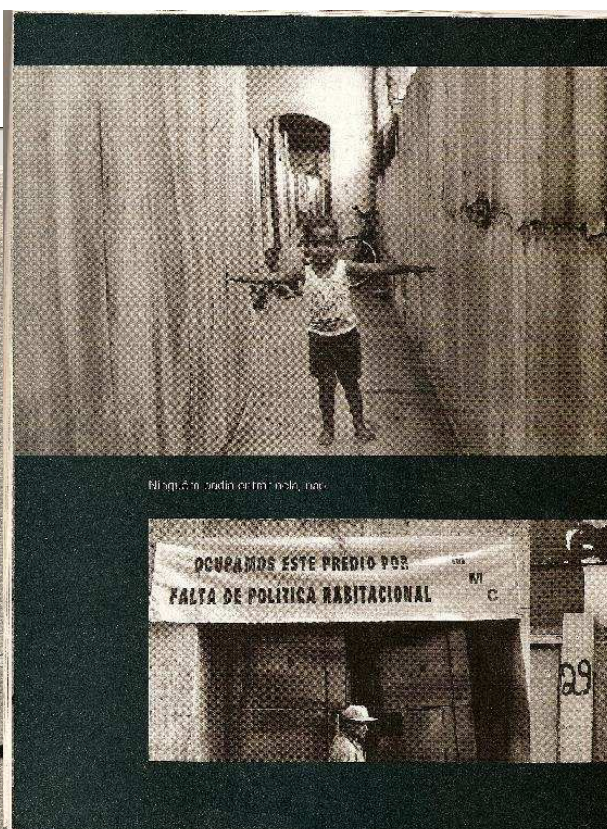
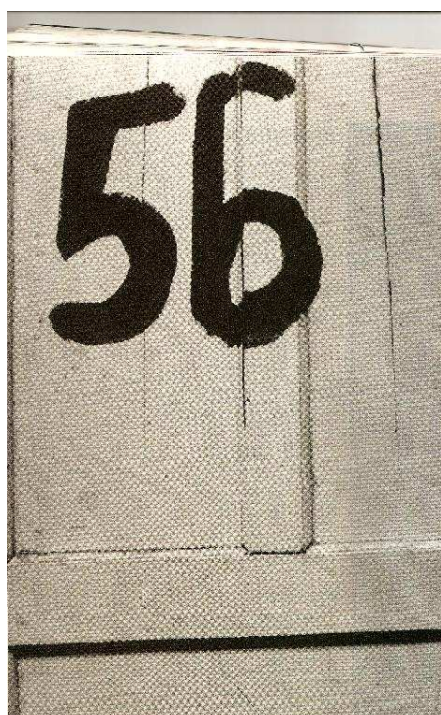
Roteiro de Entrevista Movimentos de Moradia da Área Central da cidade de São Paulo Agosto de 2005	
Informações gerais e características do movimento	
1.	Informações: <ul style="list-style-type: none"> • Nome. • Idade. • Escolaridade. • Cargo que ocupa. • Tempo de dedicação. • Remuneração.
2.	Características do Movimento: <ul style="list-style-type: none"> • Ano de fundação. • Diretoria: tempo de mandato, forma de escolha. • Funcionamento: assembléias regulares, reuniões, etc. • Quadro técnico/administrativo remunerado.
3.	Membros do Movimento (tentar quantificar o número atual): Quais são as exigências feitas aos simpatizantes e militantes do movimento (formas de recrutamento, atividades de formação, contribuição, etc.)?
4.	O Movimento conta com apoio de assessorias? Quais (Ambiente, Fábrica Urbana, Integra Cooperativa, Instituto Pólis)? O que fazem essas assessorias? (qualificar). O movimento conta com apoio de convênios? Quais?
Histórico do movimento	
5.	Principais atividades entre 2004 e 2005: <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho com encortiçados, moradores de rua. • Pressão, negociação sobre órgãos públicos. • Participação em fóruns, assembléias, passeatas, mobilizações, ocupações.
6.	Que tipo de protesto o movimento fez / faz? Quantos membros o movimento é capaz de mobilizar?
Problemas do centro	
7.	Quais são os dois principais problemas do centro (10 mil moradores de rua, ambulantes, crime-violência, 600 mil encortiçados)?
8.	Como resolver os dois principais problemas?
Opiniões	
9.	Foram realizadas várias ocupações de prédios no centro. Quais foram os resultados delas? O que se espera dessas ocupações?
10.	Qual a sua opinião sobre as principais ações no centro: <ul style="list-style-type: none"> • Da Igreja Católica (comparação entre o presente e o passado). • Da Pastoral da Moradia. • Das Igrejas Evangélicas. • Da Ação das ONGs. • Da Gestão Marta e José Serra. • Da Associação Viva o Centro.
11.	Qual é a sua opinião sobre a frase: “A reforma urbana é a luta por um centro como lugar do povo, do direito à moradia, à cidade, à cidadania, um centro aberto e democrático, não um centro de repressão, de expulsão, de exclusão (Fórum Centro Vivo, 2004: 2)”. <ul style="list-style-type: none"> • Quem está a favor desta afirmação? Por quê? • Quem está contra esta afirmação? Por quê?
Redes de movimentos	
12.	Sem contar o seu, quais são os três principais movimentos de moradia que atuam no Centro? (Falar sobre: ações comuns, diferenças e tipo de relação).
13.	Você acha que atualmente os movimentos sociais de moradia do Centro estão em refluxo? Olhando de fora, parece que os movimentos sociais de moradia estão bastante desunidos, cada um por si. É procedente esta visão?
14.	É possível mais coesão entre os movimentos? Como?
Outras informações	
15.	Outras informações que gostaria de fornecer.
Dia:	
Horário:	
Tempo de Entrevista:	

Ensaio fotográfico realizado na Ocupação Presidente Wilson

Revista Veredicto, ed. 01, ano1, 2001

Imagens: Alan Nilsen

Prod: Renata Cintra.



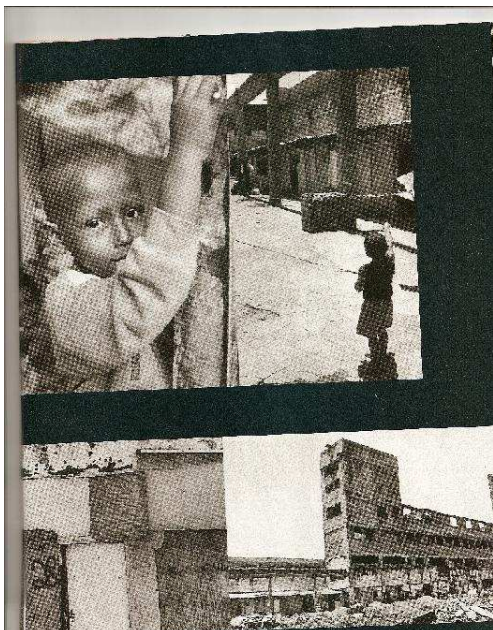


Foto Fachada do Prédio da Rua do Ouvidor: Ocupação MMC

